

**PRODUZINDO SABERES:
EXPERIÊNCIAS E LEGADOS DA
40º SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL**



**SE
MA
GEO
UEL**

**Sergio Aparecido Nabarro
Ricardo Lopes Fonseca
Leonardo Rodrigues
Patrícia Fernandes Paula-Shinobu**
Organizadores



Sergio Aparecido Nabarro
Ricardo Lopes Fonseca
Leonardo Rodrigues
Patrícia Fernandes Paula-Shinobu
Organizadores

**Produzindo Saberes:
Experiências e Legados da
40ª Semana de Geografia da UEL**

Londrina, Paraná

2024

© Copyright 2024, Organizadores e Autores.

1ª edição

(Publicado em janeiro de 2024)

Arte da capa: Leonardo Rodrigues (2024)

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei de n. 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito do detentor dos direitos, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Os conteúdos dos trabalhos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Esta obra foi produzida com recursos do Departamento de Geografia (DGEO) da UEL, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UEL, da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade (PROEX) da UEL, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Governo do Estado do Paraná - e da Fundação Araucária - Governo do Estado do Paraná.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Produzindo saberes [livro eletrônico] experiências e legados da 40^a Semana de Geografia da UEL / organizadores Sergio Aparecido Nabarro...[et al.]. -- Londrina, PR : Edição Leonardo Rodrigues, 2024.

Outros autores: Ricardo Lopes Fonseca, Leonardo Rodrigues, Patrícia Fernandes Paula-Shinobu.

Formato: PDF

ISBN: 978-65-01-25299-5

1. Geografia - Pesquisa. I. Nabarro, Sergio Aparecido.
II. Título.

CDD-910.28

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(**SC Assessoria Editorial, SP, Brasil**)

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia 910.28

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adriana Castreguini de Freitas (UEL)
Andrea Cristina Fontes Silva (UEL)
Caio Cesar Cunha (UEL)
Carlos A Bortolo (UNIMONTES)
Cristóvão Henrique Ribeiro da Silva (UFAC)
Danieli Araujo (UEL)
Daisson Felix Jacinto (UEL)
Diego Alves Ribeiro (UEL)
Douglas Vitto (UEL)
Edilson Luis Oliveira (UEL)
Efigênia Rocha Barreto da Silva (UEL)
Fabio Cunha (UEL)
Felipe Costa Aguiar (UEL)
Flávio Henrique Navarro Hashimoto (UEL)
Francisca da Silva Reis (UEL)
Francisco Manoel de Carvalho Neto (UEL)
Giovana Sanna Maia (UEL)
Ideni T Antonello (UEL)
Isabela Guilherme da Silva (UEL)
Jamile Lima-Payayá (UNEB)
Jéssica Bianca dos Santos (UEL)
João Valdecir Casaroto Filho (UEL)
José Antonio Lobo dos Santos (UFBA)
José Paulo Pinese (UEL)
Josilaine Amancio Corcovia (UEL)
Julio César Fernandes Alves de Lima (UEL)
Jussara Fraga Portugal (UNEB)
Leia Aparecida Veiga (UNILA)
Luiz Fernando Ribeiro Ferreira (UEL)

Lygia de Oliveira Ribeiro (UEL)
Maico Eduardo Dias Dias (UEL)
Marcelo Gonçalves (UEL)
Marcelo Rocha (UNILA)
Marciel Lohmann (UEL)
Margarida de Cassia Campos (UEL)
Marjana Vedovatto (UEL)
Nicolas Vinicius Cesário de Aguiar (UEL)
Osmar Fabiano de Souza Filho (UEL)
Ramon Guerini Candido (UEL)
Rodrigo Batista da Silva (UEL)
Stelly Brenda Pinho Petile (UEL)
William Henrique Kurunczi Ferreira (UEL)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
CAPÍTULO I.....	14
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DINÂMICAS DO ESPAÇO AGRÁRIO NA REGIÃO IMEDIATA DE CIANORTE - PR	
<i>William Henrique Kurunczi Ferreira</i>	
<i>Marciel Lohmann</i>	
<i>Sergio Aparecido Nabarro</i>	
CAPÍTULO II	36
RESISTÊNCIA E REINTEGRAÇÃO: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL FEMINISTA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	
<i>Vitória Alves de Moraes</i>	
<i>Rafaela Vieira Naiwerth</i>	
<i>Larissa Cristina Figueiredo Ramiro</i>	
CAPÍTULO III.....	55
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS ELI VIVE I E II NO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR	
<i>Maria José Sartor</i>	
<i>José Paulo Peccinini Pinese</i>	
CAPÍTULO IV	77
INVESTIGAÇÃO ESPACIAL DOS AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE - PR (2010- 2024)	
<i>Larissa Cristina Figueiredo Ramiro</i>	
<i>Rafaela da Veiga Paraíso Martins</i>	
<i>Adriana Castreghini de Freitas Pereira</i>	

CAPÍTULO V 94

A INVISIBILIDADE DA MULHER NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL
E DESAFIOS PELA FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO

Andrea Cristina Fontes Silva

Ideni Terezinha Antonello

José Paulo Peccinini Pinese

CAPÍTULO VI..... 105

SKATE E CIDADANIA: O PAPEL DO PROJETO “SKATE MONTE
ALTO” NA INCLUSÃO SOCIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA

Victoria Zaupa Montini

Ideni Terezinha Antonello

CAPÍTULO VII 121

A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA (BRI) COMO UMA
ALTERNATIVA CHINESA DE GLOBALIZAÇÃO ANTICOLONIAL: A
LUTA DE CLASSES SOB UMA OUTRA PERSPECTIVA

Osmar Fabiano de Souza Filho

Nathalia Moraes Marcolin

Léia Aparecida Veiga

CAPÍTULO VIII..... 148

PENSAR A CUBA DE HOJE: OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E
DESENVOLVIMENTO URBANO DE HAVANA A PARTIR DA
GEOGRAFIA CRÍTICA

Gina Mardones Loncomilla

APRESENTAÇÃO

A Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (SEMAGEO - UEL) é o maior e mais tradicional evento da área do Norte do Paraná. Sua realização só é possível porque, todos os anos, professores, alunos e funcionários do Departamento de Geografia dedicam parte do seu tempo, durante meses, para organizar o evento. Além disso, pesquisadores de várias universidades brasileiras se dispõem a vir para Londrina ministrar palestras, minicursos e oficinas. Portanto, a SEMAGEO sempre foi fruto de um trabalho coletivo.

Em 2024, o evento chegou à sua 40ª edição e foi realizado entre os dias 4 e 8 de novembro, reunindo quase 200 inscritos. A SEMAGEO 2024 teve como tema central o debate sobre os fundamentos da ciência geográfica frente aos desafios do mundo contemporâneo. Por isso, foi preciso repensar temas tradicionais da Geografia aliados aos debates da sociedade atual (mudanças climáticas, inteligência artificial, uso de drones em mapeamentos, desafios da democracia, debates sobre Geografia e gênero etc.).

Além das conferências de abertura e encerramento, das mesas redondas e dos minicursos e oficinas ofertados, a 40ª edição do evento contou também com as sessões de comunicações, ou seja, apresentações de trabalhos referentes às pesquisas desenvolvidas por alunos de graduação, pós-graduação e por professores do ensino básico e superior. Foram 30 submissões aceitas e discutidas durante as comunicações.

Após uma análise criteriosa dos pareceristas do evento, foram selecionados 8 (oito) trabalhos para compor este livro comemorativo. São textos sobre temas variados, mas que convergem no intento de melhor compreender o espaço geográfico. Não são necessariamente debates inéditos, mas discussões, reflexões e considerações que buscam melhor compreender a dinâmica atual dos fenômenos espaciais em suas relações e contradições.

Desejamos que a leitura deste livro abra novos horizontes e possibilises a todas e todos que estão comprometidos em avançar os debates geográficos!

Sergio Aparecido Nabarro
Ricardo Lopes Fonseca

Universidade Estadual de Londrina

PREFÁCIO

O conhecimento geográfico é tão antigo quanto a história da humanidade. Entretanto, a Geografia, enquanto ciência, é relativamente recente. O surgimento desta área do conhecimento sistematicamente organizada remonta à segunda metade do século XIX. Além disso, nas últimas décadas, temos presenciado profundas e conflituosas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que nos colocam novos desafios para a compreensão das dinâmicas do espaço geográfico. Neste sentido, organizar um livro com resultados de pesquisas contemporâneas da ciência geográfica é sempre uma felicidade muito grande. Mas, quando trata-se de um livro comemorativo das 40 (quarenta) edições da Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (40ª SEMAGEO-UEL) a honra é muito maior.

Os textos presentes nesta coletânea, cuidadosamente selecionados, contemplam temas extremamente relevantes ao debate geográfico.

O primeiro capítulo, intitulado *Uso e ocupação do solo e dinâmicas do espaço agrário na região imediata de Cianorte-PR*, de autoria de Wiliam Henrique Kurunczi Ferreira, Marciel Lohmann e Sergio Aparecido Nabarro, apresenta uma importante contribuição ao debate sobre os desdobramentos espaciais da expansão das relações capitalistas de produção no campo. A categoria renda da terra, e os processos espaciais advindos da sua exploração, são demonstrados e analisados por meio dos dados do MapBiomas e pelo cruzamento de informações em programas de geoprocessamento.

O capítulo dois, intitulado *Resistência e reintegração: a educação ambiental feminista como ferramenta de transformação na privação de liberdade*, de Vitória Alves de Moraes, Rafaela Vieira Naiwerth e Larissa Cristina Figueiredo Ramiro, nos mostra novas perspectivas para a Educação Ambiental: a feminista e o trabalho com mulheres em situação de encarceramento. O artigo promove um debate extremamente importante, que parte da legislação brasileira sobre Educação

Ambiental, e discute como tratar essa temática com mulheres em privação de liberdade por meio de uma perspectiva que objetiva reintegrar essas mulheres à sociedade.

O terceiro capítulo, intitulado *Avaliação da qualidade da água nos assentamentos rurais Eli Vive I e II no município de Londrina-PR*, de Maria José Sartor e José Paulo Peccinini Pinese, nos oferece um estudo completo sobre a qualidade da água para consumo humano nos assentamentos estudados, que juntos abrigam mais de 3.000 pessoas, reunidas em 501 famílias. O local estudado possui mais de 7.000 hectares, sendo considerada a maior área de assentamento rural em região metropolitana no Brasil. Por meio da pesquisa-ação, os autores mapearam as fontes de água existentes em toda a área, coletaram amostras, realizaram a análise microbiológica em laboratório e mensuraram a eficiência das nascentes e minas protegidas em relação aos padrões de potabilidade.

O capítulo quatro, cujo título é *Investigação espacial dos autos de infração ambiental no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange-PR (2010-2024)*, de Larissa Cristina Alves Ramiro, Rafaela da Veiga Paraíso Martins e Adriana Castreghini de Freitas Pereira, parte de uma análise da legislação brasileira sobre as Unidades de Conservação (UCs), e de um minucioso mapeamento da área de estudo (baseado em técnicas de geoprocessamento), para compreender a distribuição espacial das infrações ambientais registradas na área estudada e suas relações com as atividades irregulares existentes nas imediações da UC.

O quinto capítulo, intitulado *A invisibilidade da mulher no planejamento territorial e desafios pela falta de saneamento básico*, Andrea Cristina Fontes Silva, Ideni Terezinha Antonello e José Paulo Peccinini Pinese, apresenta uma importante contribuição para pensar o planejamento também a partir da questão de gênero. O texto busca identificar os elementos característicos das necessidades das mulheres, mas que o planejamento tradicional não considera. Além disso, discute como os problemas relacionados à falta de saneamento afetam especificamente as mulheres e quais suas consequências.

O capítulo seis, intitulado *Skate e cidadania: o papel do projeto “Skate Monte Alto” na inclusão social e requalificação urbana*, de Victoria Zaupa Montini e Ideni Terezinha Antonello, traz uma importante contribuição ao compreender o skate como elemento de inclusão social para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para isso, estuda o caso do projeto Skate Monte Alto no interior do estado de São Paulo, uma iniciativa que une esporte, cultura e requalificação urbana.

O sétimo capítulo, intitulado *A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) como uma alternativa chinesa de globalização anticolonial: a luta de classes sob uma outra perspectiva*, de Osmar Fabiano de Souza Filho, Nathalia Moraes Marcolin e Léia Aparecida Veiga, analisa a atuação do capital chinês em escala global. O texto problematiza a BRI como alternativa, de viés anticolonial, para o enfrentamento ao modelo tradicional de globalização, imposto pelo chamado Norte Global aos demais países do mundo.

Por fim, o oitavo e último capítulo, intitulado *Pensar a Cuba de hoje: ocupação do território e desenvolvimento urbano de Havana a partir da Geografia Crítica*, de Gina Mardones Loncomilla, tem por objetivo realizar um resgate histórico da formação territorial cubana, com ênfase no processo de urbanização da capital Havana. Além disso, o texto recorre à economia política para compreender a dinâmica espacial cubana.

Desejamos que as contribuições publicadas neste livro comemorativo das 40 edições da Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina possam fomentar o debate sobre os temas mais relevantes da ciência geográfica na contemporaneidade.

Boa leitura!

Sergio Aparecido Nabarro

Ricardo Lopes Fonseca

Leonardo Rodrigues

Patrícia Fernandes Paula-Shinobu

Universidade Estadual de Londrina

CAPÍTULO I

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DINÂMICAS DO ESPAÇO AGRÁRIO NA REGIÃO IMEDIATA DE CIANORTE - PR¹

Wiliam Henrique Kurunczi Ferreira
Marciel Lohmann
Sergio Aparecido Nabarro

INTRODUÇÃO

A interferência antrópica sobre o meio, especialmente no contexto do modo de produção capitalista, é amplamente influenciada pela necessidade de exploração de recursos naturais e de transformação de espaços para a produção, frequentemente feita sem considerar adequadamente os impactos na dinâmica ambiental e suas consequências sociais. De acordo com Moreira (2009), grande parte dessa problemática surge da percepção dos elementos naturais apenas como meios de exploração, evidenciada pelo fato de serem comumente denominados como "recursos" e assim, tratados como produtos passíveis de utilização, tratados como mercadorias e submetidos às dinâmicas do mercado, especialmente sob a lógica da propriedade privada inserida como elementos de poder e exclusão social.

Nesse sentido, Paulino e Almeida (2010), afirmam que a terra, enquanto equivalente de capital, somente proporcionará lucro quando integrada ao circuito produtivo por meio do trabalho assalariado e pela exploração daqueles que não a possuem, submetendo-se como fornecedores da força vital que a fará produzir. No contexto brasileiro, a oligarquia agrária tem desempenhado um papel dominante desde o período colonial, mantendo suas condições de

¹ Texto resultante de reflexões no âmbito da disciplina Questão Agrária no Brasil, ministrada pelo Prof. Dr. Sergio Aparecido Nabarro no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Londrina no primeiro semestre de 2024.

concentração de renda devido ao modelo pretérito de acumulação baseado no monopólio fundiário. Dessa forma, a consolidação da burguesia brasileira emerge do próprio seio do latifúndio e da economia agroexportadora, direcionada para as atividades urbano-industriais.

Por sua vez, conforme Nogueira (2017), a categoria da renda terra é um elemento fundamental para entender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tal dinâmica de transformação do território reflete uma lógica tipicamente brasileira, caracterizada pela unicidade do capitalista como proprietários dos meios de produção e latifundiários. A partir da intensa relação entre indústria e agricultura, entre campo e cidade, o capital impõe a sujeição da renda da terra à sua lógica, por meio de processos espaciais denominados por Oliveira (2014) como *territorialização do monopólio e monopolização do território*, drenando a mais-valia sob a sujeição da renda da terra.

Dentro dessa lógica capitalista, as atividades humanas realizadas sem a devida preocupação com a sustentabilidade contribuem significativamente para a degradação da qualidade ambiental. Conforme Guerra e Guerra (1997), essa degradação se manifesta por meio de alterações prejudiciais às características do meio ambiente e dos ecossistemas, como a erosão dos solos, a extinção de espécies vegetais e animais, a poluição e o assoreamento dos cursos hídricos, entre outros problemas.

No Paraná, de acordo com Beckauser (2020), observa-se um aumento expressivo dos processos erosivos do solo e da degradação ambiental à medida que a ocupação do território se intensificou. A partir da década de 1930, a ocupação das regiões Norte Central e Noroeste seguiu um modelo imediatista de substituição da vegetação nativa por atividades agrícolas, com destaque para a cafeicultura. Com o tempo, o parque cafeeiro foi substituído por pastagens para a pecuária de corte e as monoculturas de cana-de-açúcar e de soja, associadas à mecanização da agricultura e à ascensão de complexos agroindustriais do setor sucroenergético, promovendo alterações significativas no meio físico e social.

No caso específico do Noroeste, de acordo com Santos, Mangueira, Oliveira, (2023) essa situação foi intensificada pelo modelo de ocupação rural e

urbana implementado a partir da década de 1940, que não considerou adequadamente as condições pedológicas locais, notadamente a presença de solos arenosos e suscetíveis à erosão. As cidades foram estabelecidas sobre os divisores de águas, conhecidos como espigões, e planejadas, em termos de traçado urbano, para facilitar a circulação de produtos. Como consequência, muitas cidades após suas fundações nas décadas de 1940 e 1950, já apresentavam sérios problemas de degradação ambiental relacionados aos processos erosivos, incluindo os municípios da área de estudo, comprometendo áreas agricultáveis, aparelhos viários e demais estruturas urbanas.

Dessa maneira, a Região Imediata de Cianorte - RIC, está inserida na dinâmica histórica de ocupação territorial e nas conseqüentes situações de degradação ambiental no Noroeste do estado do Paraná. Assim, o objetivo central do presente trabalho é analisar a evolução do uso e ocupação do solo na Região Imediata de Cianorte, com base nos dados disponibilizados pelo projeto MapBiomias no período de 1985 a 2023, considerando o primeiro e o último conjunto de dados disponíveis na plataforma no momento de elaboração do trabalho. Assim, a localização pode ser melhor visualizada pelo mapa da Figura 1, bem como unidades em operação de complexos agroindustriais do setor sucroenergético na região.

Nesse sentido, para melhor compreensão de como as atividades humanas impactam o ambiente, é fundamental analisar sua distribuição espacial ao longo do tempo. Dessa maneira, tais dinâmicas espaciais, voltadas principalmente para fins econômicos dentro do modo de produção capitalista, foram historicamente produzidas e apresentam diversas implicações sociais e ambientais, podendo agravar ou mesmo ocasionar os processos erosivos e situações de degradação ambiental, devido principalmente ao baixo grau de proteção das classes de uso e ocupação do solo, conforme as características físicas da área de estudo.

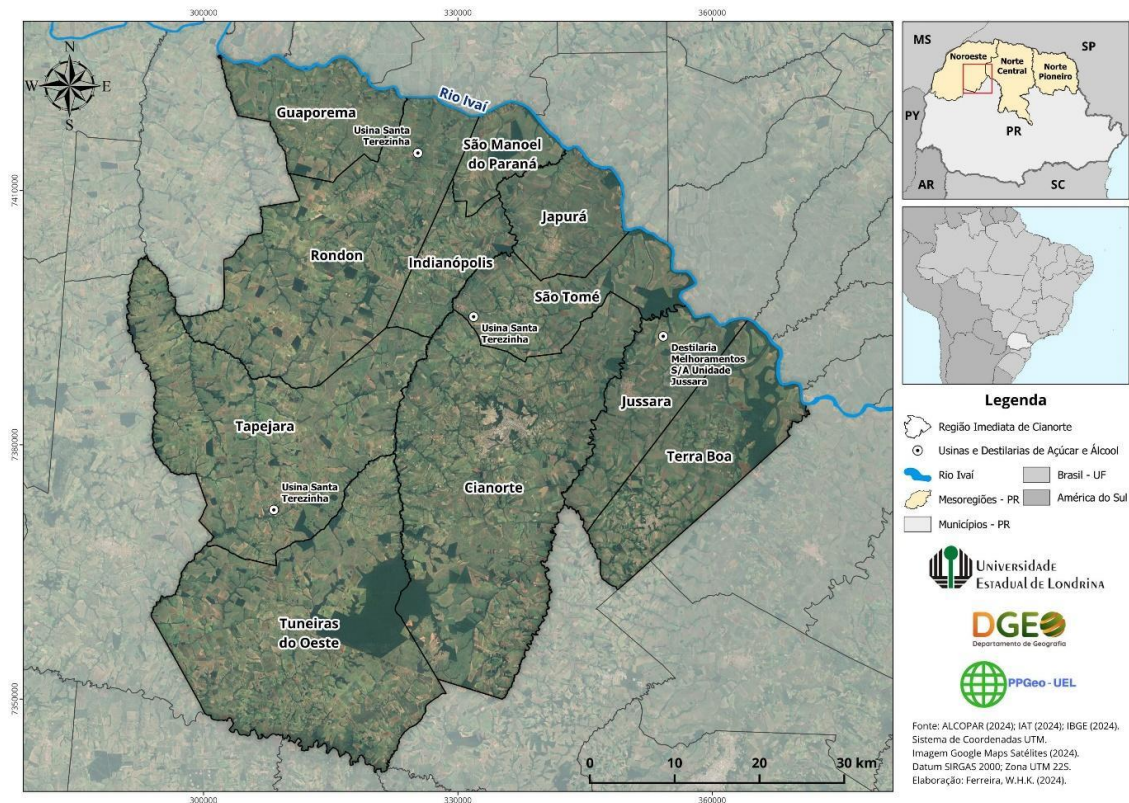


Figura 1: Mapa de Localização da Região Imediata de Cianorte - PR.

Elaboração: Ferreira, W.H.K. (2024).

METODOLOGIA

Para a realização dos objetivos propostos, foram utilizados arquivos vetoriais (shapefiles) de delimitação dos municípios do estado do Paraná, disponibilizados pelo Instituto Água e Terra do Paraná (IAT, 2024). No que diz respeito à localização das usinas e destilarias de álcool do setor sucroenergético na área de estudo, os dados foram obtidos por meio da Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR, 2024). A divisão da Região Imediata de Cianorte, definida pelo IBGE em 2017, foi baseada nos estudos da configuração da rede urbana local, considerando que as Regiões Geográficas Imediatas correspondem a áreas que buscam centros urbanos próximos para a satisfação de necessidades imediatas, como emprego, saúde, educação, compras de bens de consumo e prestação de serviços públicos (IBGE, 2017).

Os dados de uso e cobertura do solo para a região Imediata de Cianorte - PR foram obtidos gratuitamente por meio do projeto MapBiomas coleção 9.0,

com abrangência de todo o território do estado do Paraná e em formato matricial (raster), por intermédio da plataforma Google Earth Engine. Os dados do projeto MapBiomas são produzidos a partir de imagens de satélite LANDSAT, com resolução espacial de 30 metros. Para as análises, foram selecionados os anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2023, possibilitando comparações em intervalos de tempo definidos, contribuindo para o entendimento da evolução do uso e cobertura do solo na área de estudo.

De posse dos dados de uso e cobertura do solo, os mesmos foram recortados para a área de estudo e reprojitados para o Datum SIRGAS 2000, Sistema de Coordenadas Planas UTM Zona 22S, compatibilizando todos os dados no mesmo sistema de referência. Em seguida, com o intuito de se obter os valores de área para cada uma das classes de uso e ocupação do solo, foi realizado o processo de vetorização dos dados, convertendo-os de formato matricial (raster) para vetores no formato shapefile, permitindo sua quantificação. Para todo o processo de tratamento dos dados e de produção dos mapas, foi utilizado o software QGIS versão 3.4.10, de forma que as cores nos mapas de classes de uso e cobertura do solo correspondem às estipuladas pelo projeto MapBiomas, com exceção das classes de café, soja e pastagem, objetivando uma maior diferenciação ao analisar a expansão da área ocupada pelas respectivas classes.

Dessa maneira, foram identificados um total de 13 classes de uso e ocupação do solo para o recorte territorial em todo o período avaliado, considerando os diferentes níveis de detalhamento de classificação do projeto MapBiomas, sendo elas:

- **Formação Florestal:** No bioma Mata Atlântica, compreende Floresta Ombrófila Densa, Aberta e Mista e Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual e Formação Pioneira Arbórea;
- **Silvicultura (monocultura):** Áreas ocupadas por espécies arbóreas plantadas para fins comerciais (ex. pinus e eucalipto);
- **Campo Alagado e Área Pantanosa:** no bioma Mata Atlântica, corresponde à vegetação com influência fluvial e/ou lacustre;

- **Pastagem:** Áreas de pastagem predominantemente plantadas, vinculadas a atividade agropecuária;
- **Mosaicos de Usos:** Áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura. Pode incluir áreas de ocupação periurbana, como chácaras, sítios e condomínios;
- **Área Urbanizada:** Áreas com significativa densidade de edificações e vias, incluindo áreas livres de construções e infraestrutura;
- **Outras Áreas não Vegetadas:** Áreas de superfícies não permeáveis (infraestrutura, expansão urbana ou mineração) não mapeadas em suas classes;
- **Rio, Lago e Oceano:** Compreende rios, lagos, represas, reservatórios e outros corpos d'água;
- **Lavouras Temporárias (Soja, Cana-de-açúcar e Outras Lavouras Temporárias):** Áreas cultivadas com as monoculturas da soja (primeira safra), cana-de-açúcar e outros cultivos agrícolas de curta ou média duração (trigo e milho), geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano e que necessitam de novo plantio para produzir;
- **Lavouras Perenes (Café e Outras Lavouras Perenes):** Áreas cultivadas com a monocultura do café ou de outros cultivos agrícolas de ciclo vegetativo longo (mais de um ano), que permitem colheitas sucessivas, sem necessidade de novo plantio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E DINÂMICAS DO ESPAÇO AGRÁRIO NO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

De acordo com Fonseca (2019), no contexto da produção agrícola no Paraná, as monoculturas apresentam uma tendência de forte concentração geográfica, cujas expressões territoriais podem ser denominadas como extensão dos monocultivos, com foco principalmente na produção de *commodities*, o que resulta na redução da área destinada à produção de alimentos. Dessa forma, as monoculturas exercem o controle territorial por meio da combinação das esferas

econômica, social e ambiental, além da infraestrutura e logística, o setor de serviços, força de trabalho disponível e apropriação privada das terras.

Dessa maneira, o processo histórico de ocupação das regiões Norte Central e Noroeste do Paraná, segundo Serra (2010), foi produto da sintonia entre características físicas do solo, aptidão para determinadas formas de cultivo, a repartição da terra e sua apropriação jurídica. Inicialmente, observa-se a forte atuação da colonização empresarial a partir das décadas de 1930 e 1940, especialmente a Companhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em um sistema de parceria com o Estado para implementação de um modelo de valorização da pequena propriedade, com o trabalhador morando e explorando diretamente a terra com predomínio da mão-de-obra familiar, além de determinar a localização e função das cidades e dos meios de transporte.

Nesse contexto, segundo Nóbrega e Serra (2009), no sistema de parceria, as empresas recebiam do Estado terras a baixo custo e de grande potencial de valorização no mercado. Essas empresas dotavam as terras de infraestrutura para a ocupação humana e planejavam a repartição das terras, em que o sucesso do projeto de colonização acontecia à medida que os lotes rurais eram comercializados e explorados, incrementando a circulação de mercadorias, principalmente de matérias-primas agrícolas. Esse processo seguia tanto a lógica do mercado imobiliário quanto a do setor agrícola, com as lavouras de café desempenhando um papel central na sustentação econômica. As aquisições imobiliárias eram impulsionadas pelas perspectivas favoráveis do café no mercado externo, o que assegurava que o lote negociado seria pago com os lucros gerados pela atividade cafeeira.

Conforme Serra (2010), ao derrubar a floresta nativa, de imediato eram plantados o café e outras lavouras de subsistência, além da construção de edificações básicas para a fixação humana no campo. Dessa maneira, as partes mais altas da propriedade localizadas nos espigões, eram destinadas às lavouras de café, enquanto as partes mais baixas eram destinadas às lavouras de subsistência, casas, paiol, chiqueiros, galinheiros, pomares e outras benfeitorias

para a manutenção no espaço rural do agricultor, familiares e empregados. Tal dinâmica se manteve até o esgotamento das terras disponibilizado pelo Estado para as loteadoras e de sua comercialização nos anos de 1960, bem como do expansionismo da cultura cafeeira paranaense, ocupando na região, em um primeiro momento, toda a mancha de “terra roxa”, mais apropriada à cultura, e posteriormente as zonas de “solo misto”, produto do contato entre solos derivados do arenito e do basalto e, por fim, as áreas de domínio do arenito.

No entanto, de acordo com Galafassi, Bebbber e Shikida (2020), o excesso da oferta do café resultou na queda brusca dos preços e uma série de medidas políticas de Estado para desestimular a atividade cafeeira, porém com uma resistência dos produtores até a década de 1970. Contudo, as fortes geadas que ocorreram em 1975, comprometeram o parque cafeeiro regional, de forma que os proprietários rurais optaram por substituir o café por outros produtos de maior segurança na comercialização e de eventuais instabilidades climáticas. Foi nesse contexto, a partir da crise do café desde meados da década de 1960, que o setor canavieiro e lavouras mecanizadas iniciaram sua expansão no territorial no estado do Paraná.

Em vista disso, uma das principais medidas políticas do Estado para beneficiar a produção de cana-de-açúcar, foi o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), criado em 1975 a partir da pressão de organizações corporativistas canavieiras ao governo federal, para fomentar a produção de álcool (etanol) e proporcionar maior estabilidade ao setor canavieiro. Em um contexto de conflitos bélicos entre os países do Oriente Médio, do segundo choque do petróleo em 1979 e do aumento das taxas de juros internacionais, houve um grande incentivo do governo brasileiro para o uso do álcool hidratado como principal combustível no país. Sendo assim, recursos foram destinados tanto para a formação de lavouras como para a implantação de usinas de açúcar e álcool, permitindo que o setor canavieiro paranaense se desenvolveu expressivamente (Galafassi; Bebbber; Shikida, 2020).

Como resultado, surgem progressivamente no Noroeste do Paraná as lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho nas áreas de domínio do solo sobre

o basalto e nas zonas de contato arenito-basalto, além das lavouras de algodão, pastagens plantadas para a criação de gado de corte e, posteriormente de cana-de-açúcar, nas áreas de domínio de solos sobre o arenito da formação Caiuá. Observa-se também uma nova dinâmica do uso do solo atreladas a ascensão de complexos agroindustriais na região, em um contexto de tecnificação da agricultura, seja para a produção de maquinários para a lavoura quanto para o beneficiamento da cana-de-açúcar, modificando o modelo fundiário pioneiro com redução drástica do número de estabelecimentos agrícolas e consequente aumento das áreas ocupadas. Nesse sentido, foi propiciada a concentração fundiária, que expulsa do campo os pequenos e mini proprietários, que perdem suas terras para os médios e grandes proprietários (Serra, 2010).

Conforme apontado por Fonseca (2019), no processo de territorialização da cana-de-açúcar no Paraná, em 2017, havia um total de 30 usinas e destilarias no estado, pertencentes a 16 grupos econômicos e cadastradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com destaque para a Usina de Açúcar Santa Terezinha, do Grupo Usaçúcar, com sede em Maringá, que controla 10 unidades. As atividades dessas usinas no Paraná começaram nas décadas de 1970 e 1980, como parte de um processo de centralização de capitais, com a agregação de grupos menores sob uma mesma razão social. Já nos anos 2000, houve um novo processo de centralização, impulsionado pela entrada de capital estrangeiro.

De acordo com Souza (2017), a monocultura de cana-de-açúcar e a presença de unidades agroindustriais do setor sucroenergético, especialmente em municípios com menos de 20 mil habitantes, promovem a homogeneização da economia, da produção e do uso dos solos. Esse modelo absorve grande parte da população economicamente ativa e limita a diversificação das atividades econômicas uma vez que os grupos hegemônicos controlam os atributos locais para territorializar seu monopólio sobre as atividades agrícolas e industriais. Essas condições fazem com que o espaço agrário desses municípios apresente uma dinâmica econômica suscetível às oscilações de mercado,

expondo-se a crises setoriais e a decisões empresariais que podem afetar negativamente a dinâmica econômica local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em termos de evolução do uso e ocupação do solo nos anos escolhidos para o estudo, ou seja, os anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2023, constatou-se o atual predomínio de atividades agrícolas da Região Imediata de Cianorte - RIC, especialmente de monoculturas de soja nas zonas de domínio do solo sobre o basalto e solos mistos do contato arenito-basalto nos municípios de Terra Boa, Jussara, Japurá, Cianorte e Tuneiras do Oeste. Além disso, observou-se o predomínio das monoculturas de cana-de-açúcar, mosaicos de usos e pastagem para a pecuária de corte nas zonas de domínio de solos sobre o arenito da formação Caiuá, onde se fazem presentes as Usinas Santa Terezinha do Grupo do Usaçúcar nos municípios de Rondon, São Tomé e Tapejara, e da Destilaria Melhoramentos no município de Jussara, como um desdobramento da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. Assim, os mapas da Figura 2 a 4 ilustram a espacialização das classes para os anos analisados, enquanto as Tabelas 1 a 3, retratam os valores de área das respectivas classes.

Para o ano 1985, conforme indicado no mapa da Figura 2 e nos dados da Tabela 1, observa-se o forte predomínio de pastagens plantadas destinadas à pecuária de corte na região, totalizando área de 2.030,41km² (50,81%), seguido da classe de Mosaico de Usos, com 715,46km² (17,90%), correspondendo às áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagens e agricultura, concentradas principalmente nas zonas de solos de textura arenosa decorrentes dos arenitos da formação Caiuá.

I - Uso e ocupação do solo e dinâmicas do espaço agrário na região imediata de Cianorte - PR

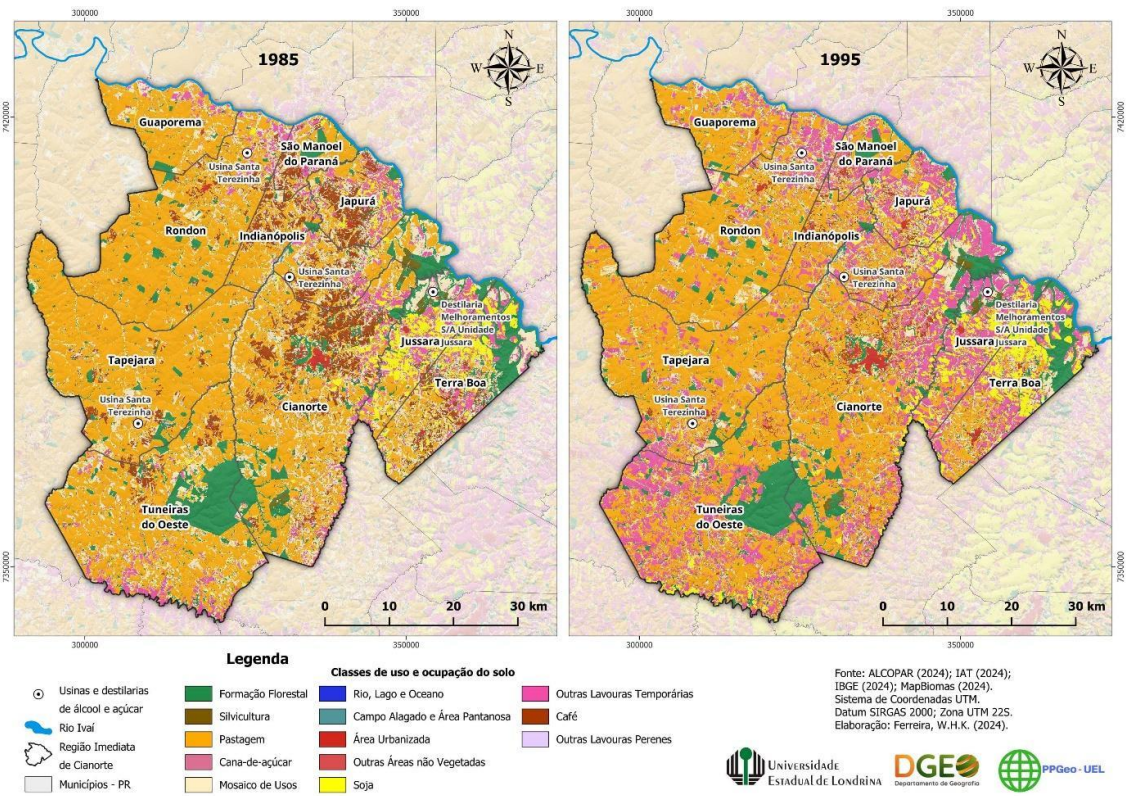


Figura 2: Evolução das Classes de Uso e Ocupação do Solo na RIC em 1985 e 1995.

Elaboração: Ferreira, W.H.K. (2024).

No que diz respeito aos cultivos de soja e cana-de-açúcar, em 1985, apresentavam valores de área menos significativos, totalizando 176,34 km² (4,41%) e 0,07 km² (0,001%) respectivamente, com maior presença nas zonas de solos resultantes do basalto do grupo Serra Geral e do contato arenito-basalto nos municípios de Terra Boa e Jussara. Nessas áreas, a classe de Outras Lavouras Temporárias também se destacava, totalizando área de 272,21 km² (6,81%), incluindo principalmente culturas mecanizadas de milho e trigo.

Ainda neste período, vale ressaltar a área ocupada pela cultura cafeeira, que totalizava 288,38 km² (7,22%) especialmente nos municípios de São Manoel do Paraná, Japurá, Indianópolis, São Tomé e Cianorte. Contudo, tais áreas apresentarão uma redução progressiva em função da crise do café e da contínua substituição por lavouras mecanizadas, refletindo as transformações no espaço agrário do Noroeste paranaense causadas pela queda nos preços e políticas do Estado para desestimular a atividade desde a década de 1960. Por fim, a classe de Formação Florestal, terceira mais expressiva em 1985, ocupava área de 419,79 km²

(10,51%), enquanto a classe de Área Urbanizada, ocupava área de apenas 17,31 km² (0,43%). As demais classes apresentaram menor representatividade em termos de área na região.

Classes	1985		1995	
	Km ²	%	Km ²	%
Formação Florestal	419,79	10,51%	392,26	9,82%
Silvicultura (monocultura)	13,48	0,34%	10,17	0,25%
Campo Alagado e Área Pantanosa	1,57	0,04%	1,67	0,04%
Pastagem	2.030,41	50,81%	1.811,71	45,34%
Cana-de-açúcar	0,07	0,00%	17,01	0,43%
Mosaico de Usos	715,46	17,90%	478,71	11,98%
Área Urbanizada	17,31	0,43%	29,01	0,73%
Outras Áreas não Vegetadas	13,01	0,33%	0,11	0,001%
Rio, Lago e Oceano	14,10	0,35%	13,86	0,35%
Soja	176,34	4,41%	308,29	7,72%
Outras Lavouras Temporárias	272,21	6,81%	860,03	21,52%
Café	288,38	7,22%	72,71	1,82%
Outras Lavouras Perenes	33,79	0,85%	0,39	0,01%
Total	3995,9	100%	3995,9	100%

Tabela 1: Valores de Área das Classes de Uso e Cobertura do Solo na RIC em 1985 e 1995

Fonte: MapBiomias (2024). Org. Ferreira, W.H.K. (2024).

Com base nos dados referentes ao ano de 1995, a classe de Pastagem apresentou uma redução de área em comparação ao período anterior, totalizando 1.811,71km², mas ainda permanecendo como a mais expressiva, ocupando 45,34% do território da região. Reduções ainda mais acentuadas foram observadas nas classes de Mosaico de Usos, que diminuiu para 478,71 km² (7,16%); na área de plantio de café, que reduziu para 72,71 km² (1,82%); e na Formação Florestal, que caiu para 392,26 km² (9,82%), como indicativo de derrubada da vegetação nativa para a expansão das atividades agrícolas.

Nesse sentido, tais áreas foram possivelmente convertidas para as classes de Outras Lavouras Temporárias e de plantio de soja, que registraram aumentos consideráveis de área, com 860,03 km² (21,52%) e 308,29 km² (7,72%)

respectivamente. Esses acréscimos ocorreram principalmente nos municípios de Terra Boa e Jussara, nas áreas de transição entre arenito e basalto, bem como no município de Japurá e na porção norte de Rondon, mais próxima ao vale do Rio Ivaí. Na sequência, a Figura 3 e a Tabela 2 apresentam os dados de uso e ocupação do solo na Região Imediata de Cianorte para os anos de 2005 e 2015.

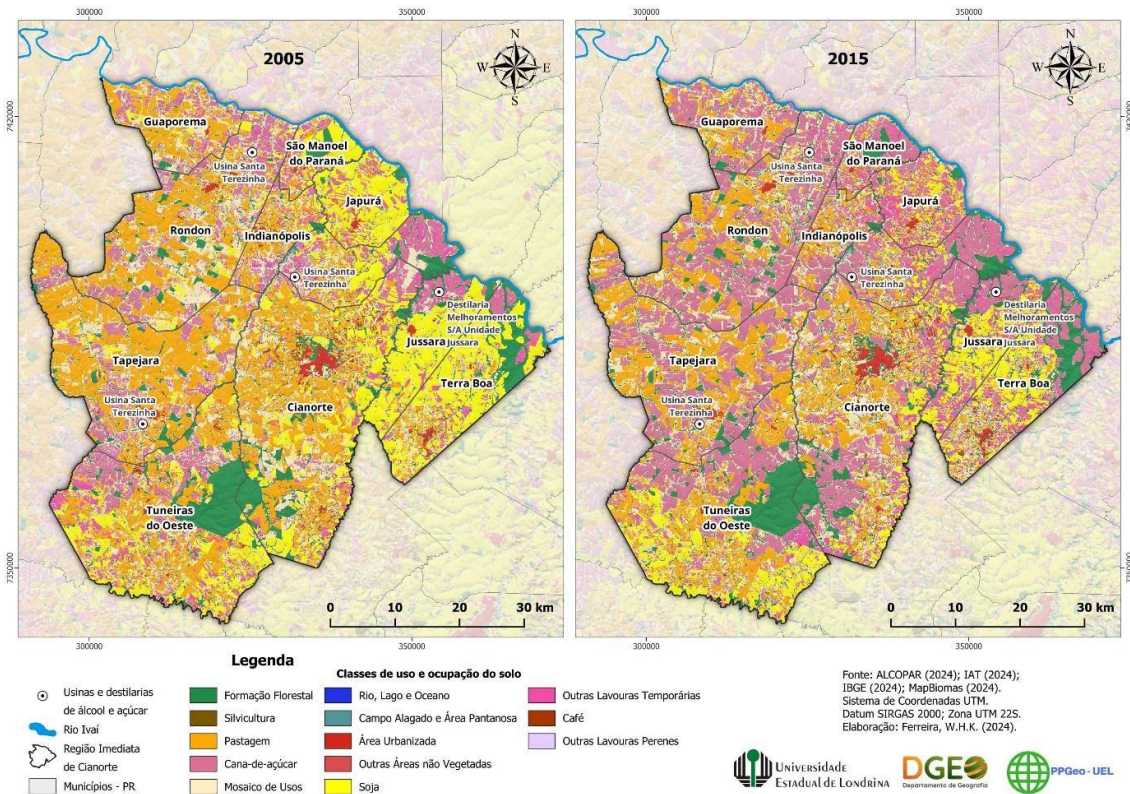


Figura 3: Evolução das Classes de Uso e Ocupação do Solo na RIC em 2005 e 2015.

Elaboração: Ferreira, W.H.K. (2024).

Conforme os dados para o ano de 2005, observou-se a mesma tendência de redução das áreas de pastagem, que passaram a ocupar uma área de 1.209,25 km² (30,26%). No entanto, também houve forte redução de área para Outras Lavouras Temporárias, com 304,39 km² (7,62%). Quanto aos acréscimos de área, os mais significativos ocorreram para a classe de Mosaico de Usos, ocupando área de 857,77 km² (21,47%) e a classe referente ao plantio de soja, com 732,08 km² (7,19%), com forte concentração nos municípios de Terra Boa, Jussara, São Tomé, Japurá, São Manoel do Paraná e algumas porções de Cianorte e Tuneiras do Oeste.

Classes	2005		2015	
	Km ²	%	Km ²	%
Formação Florestal	420,01	10,51%	466,75	11,68%
Silvicultura (monocultura)	2,58	0,06%	12,19	0,31%
Campo Alagado e Área Pantanosa	2,59	0,06%	2,41	0,06%
Pastagem	1.209,25	30,26%	795,77	19,91%
Cana-de-açúcar	356,34	8,92%	1.036,44	25,94%
Mosaico de Usos	857,77	21,47%	791,84	19,82%
Área Urbanizada	37,53	0,94%	47,60	1,19%
Outras Áreas não Vegetadas	1,11	0,03%	4,35	0,11%
Rio, Lago e Oceano	12,77	0,32%	13,01	0,33%
Soja	732,08	18,32%	403,45	10,10%
Outras Lavouras Temporárias	304,39	7,62%	384,14	9,61%
Café	54,55	1,37%	34,71	0,87%
Outras Lavouras Perenes	4,93	0,12%	3,24	0,08%
Total	3995,9	100%	3995,9	100%

Tabela 2: Valores de Área das Classes de Uso e Cobertura do Solo na RIC em 2005 e 2015

Fonte: MapBiomias (2024). Org. Os autores (2024).

Além disso, em 2005, é observado um aumento expressivo na área ocupada pelo cultivo de cana-de-açúcar, totalizando 356,34 km² (8,92%), com concentração geográfica mais relevante nos municípios de onde se localizam as Usinas de Açúcar Santa Terezinha ou instalações industriais que posteriormente foram adquiridas pelo grupo Usaçúcar, como em Tapejara, adquirida em 1993; São Tomé, adquirida em 2006 da Destilaria de Álcool da Cocamar; Rondon, onde as instalações industriais da Cocarol foram arrendadas em 2008. Também se destacam áreas próximas à Destilaria Melhoramentos do Norte do Paraná, no município de Jussara, instalada em 1983 no contexto do PROÁLCOOL (Fonseca, 2019).

Ainda em 2005, observou-se um aumento na área da classe de Formação Florestal, especialmente após a queda registrada no período anterior, totalizando 420,01 km² (10,51%). Esse crescimento pode ser associado ao Programa Mata Ciliar, lançado em 2003 e vigente até o ano de 2006 pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná. Segundo Hauer (2010), essa política de recomposição de matas ciliares tinha o objetivo de reverter o quadro de

devastação causado pela expansão agrícola no estado e contenção de erosões nas lavouras, resultante da falta de práticas conservacionistas de solo. O programa promoveu o plantio de mudas de espécies nativas em rios e bacias hidrográficas com mananciais de captação água, incentivando os produtores a recuperar áreas degradadas de APPs.

Referente aos dados para ano de 2015, observou-se uma nova redução na área de pastagens, que passou para 795,77km² (19,91%). No entanto, também ocorreu uma diminuição significativa nas áreas de cultivo de soja para 403,45 km² (10,10%), e na classe de Mosaico de Usos, com 791,84 km² (19,82%). Nesse contexto, o acréscimo de área mais expressivo foi observado para a cana-de-açúcar, com 1.036,44km² (25,94%), se tornando a classe mais expressiva e com distribuição por todos os municípios na área de estudo.

Esse aumento expressivo da cana-de-açúcar, de acordo com Shikida e Cattelan (2020), pode ser associado ao crescimento da produção de biocombustíveis no período, impulsionado principalmente pela introdução dos carros *flex-fuel* no mercado brasileiro em 2003, os quais representavam mais de 90% do total de carros vendidos no Brasil em 2014. Outros aumentos de área foram registrados para as classes de Área Urbanizada (47,60 km² - 1,19%), Outras Lavouras Temporárias (384,14 km² - 9,61%) e Formação Florestal (466,75 km² - 11,68%). Por fim, a Figura 4 e a Tabela 3 apresentam os dados referentes ao ano de 2023.

Conforme os dados do mapa da Figura 4 e valores de área da Tabela 3 para o ano de 2023, observa-se uma nova redução das áreas de pastagem, que passaram para 781,32 km² (19,55%), Mosaico de Usos, com 773,93 km² (19,37%) e Outras Lavouras Temporárias, com 125,87 km² (3,15%). Essas áreas foram principalmente convertidas para o cultivo de soja, que apresentou um acréscimo significativo após a redução observada no período anterior, atingindo 674 km² (16,89%), com forte concentração nos municípios de Terra Boa, Jussara, Japurá e em porções consideráveis de Cianorte e Tuneiras do Oeste.

I - Uso e ocupação do solo e dinâmicas do espaço agrário na região imediata de Cianorte - PR

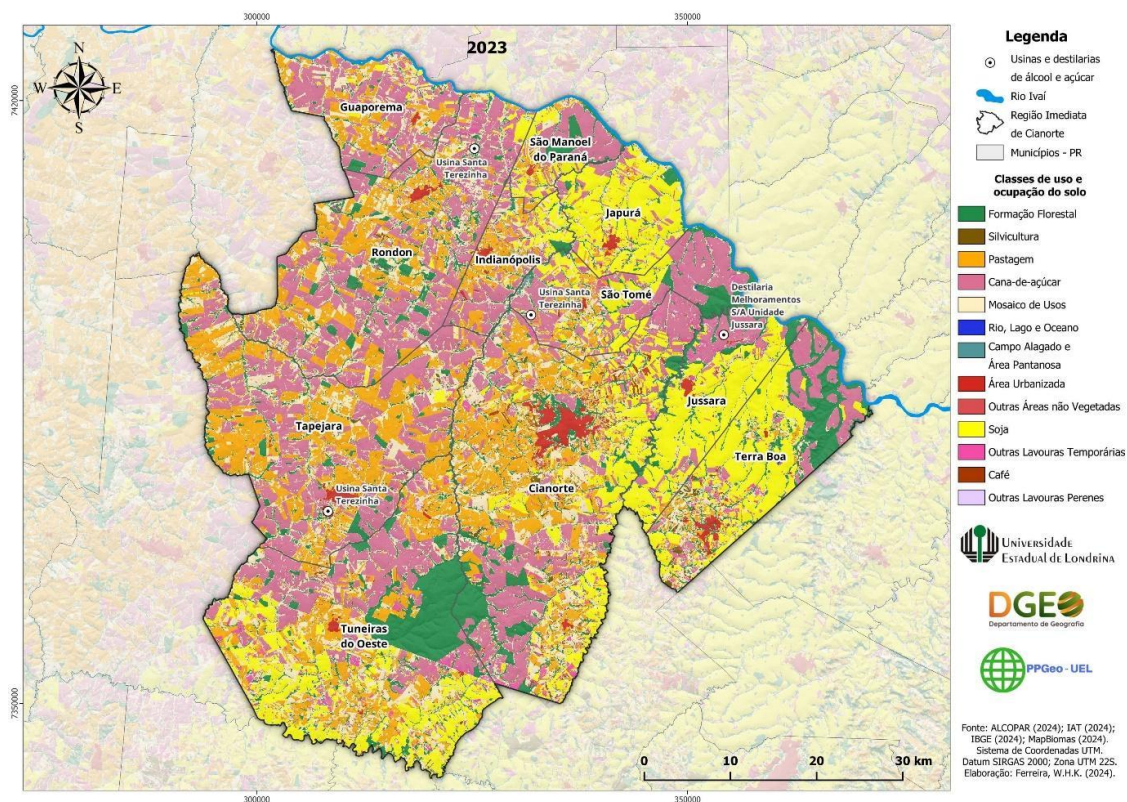


Figura 4: Evolução das Classes de Uso e Ocupação do Solo na RIC em 2023.
Elaboração: Ferreira, W.H.K. (2024).

Classes	2023	
	Km ²	%
Formação Florestal	516,18	12,92%
Silvicultura (monocultura)	16,80	0,42%
Campo Alagado e Área Pantanosa	2,38	0,06%
Pastagem	781,32	19,55%
Cana-de-açúcar	996,32	24,93%
Mosaico de Usos	773,93	19,37%
Área Urbanizada	54,48	1,36%
Outras Áreas não Vegetadas	5,45	0,14%
Rio, Lago e Oceano	12,75	0,32%
Soja	674,91	16,89%
Outras Lavouras Temporárias	125,87	3,15%
Café	30,81	0,77%
Outras Lavouras Perenes	4,72	0,12%
Total	3995,9	100%

Tabela 3: Valores de Área das Classes de Uso e Cobertura do Solo na RIC em 2023.

Fonte: MapBiomias (2024). Org. Ferreira, W.H.K. (2024).

Em relação às áreas de cultivo de cana-de-açúcar em 2023, apesar do decréscimo para 996,32 km² (24,93%), sua distribuição espacial manteve-se consolidada nos demais municípios da Região Imediata de Cianorte, especialmente próximos as instalações das unidades do Grupo Usuaçúcar e Destilaria Melhoramentos do Norte do Paraná. Também foi observado um crescimento relevante da classe de Formação Florestal no período, totalizando 516,18 km² (12,92%). Por fim, com o intuito de avaliar de forma integrada a evolução do uso e ocupação do solo na RIC, com base nos dados do projeto MapBiomias, a Tabela 4 apresenta a variação total de área das classes entre 1985 e 2023.

Classes	Área (km ² por ano)					Variação (%) 1985-2023
	1985	1995	2005	2015	2023	
Formação Florestal	419,79	392,26	420,01	466,75	516,18	22,96%
Silvicultura	13,48	10,17	2,58	12,19	16,80	24,67%
Campo Alagado e Área Pantanosa	1,57	1,67	2,59	2,41	2,38	51,88%
Pastagem	2.030,41	1.811,71	1.209,25	795,77	781,32	-61,52%
Cana-de-açúcar	0,07	17,01	356,34	1.036,44	996,32	1.388.639,98%
Mosaico de Usos	715,46	478,71	857,77	791,84	773,93	8,17%
Área Urbanizada	17,31	29,01	37,53	47,60	54,48	214,82%
Outras Áreas não Vegetadas	13,01	0,11	1,11	4,35	5,45	-58,08%
Rio, Lago e Oceano	14,10	13,86	12,77	13,01	12,75	-9,54%
Soja	176,34	308,29	732,08	403,45	674,91	282,73%
Outras Lavouras Temporárias	272,21	860,03	304,39	384,14	125,87	-53,76%
Café	288,38	72,71	54,55	34,71	30,81	-89,32%
Outras Lavouras Perenes	33,79	0,39	4,93	3,24	4,72	-86,03%

Tabela 4: Variação das Classes de Uso e Ocupação do Solo na RIC entre 1985 e 2023.

Fonte: MapBiomias (2024). Org. Ferreira, W.H.K. (2024).

A partir da análise integrada dos dados, verificou-se que as transformações mais significativas no uso e ocupação do solo dos municípios da área de estudo são predominantemente de caráter agrícola, com destaque para o expressivo crescimento das áreas de cultivo de cana-de-açúcar e soja, em detrimento principalmente de áreas exclusivas de pastagem plantada para a pecuária de corte. No entanto, a pastagem ainda se manteve como a segunda classe mais expressiva na Região Imediata de Cianorte até o ano de 2023.

Em termos de variação de área, o maior crescimento foi observado na cana-de-açúcar, que passou de apenas 0,07 km² em 1985 para 996,32 km² em 2023, representando um aumento de impressionantes 1.388.639,98%. As áreas de plantio de soja também apresentaram um crescimento expressivo, passando de 176,34 km² para 674,91 km² em 2023, um aumento de 282,73%.

Ainda nesse recorte temporal, de 1985 a 2023, destacam-se os acréscimos nas áreas de Formação Florestal e de Área Urbanizada, que aumentaram 22,96% (516,18 km²) e 214,82% (54,48 km²), respectivamente. Esses números refletem o movimento de migração da população do meio rural para o urbano, como resultado do esvaziamento social do campo, da concentração fundiária e da incorporação de novas tecnologias que caracterizam o novo modelo agrícola das monoculturas no Noroeste do Paraná como um todo.

Por outro lado, além dos decréscimos observados para as áreas de pastagem, a classe de Outras Lavouras Temporárias, embora tenha apresentado aumento significativo de área no ano de 1995, teve sua área gradualmente reduzida em 53,76%, atingindo área de 125,87 km² em 2023. Da mesma forma, as áreas destinadas ao cultivo de café também sofreram uma queda expressiva de 89,32%, ocupando apenas 30,81 km² em 2023, valor pouco expressivo em comparação à importância histórica do cultivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mercantilização da natureza, decorrente da interferência antrópica para a exploração dos elementos naturais e a transformação de espaços para a produção, no contexto do modo de produção capitalista, está no cerne de

diversos impactos negativos na dinâmica ambiental, além de provocar severas repercussões sociais. Nesse sentido, a terra, constituída como propriedade privada e um equivalente de capital, está inserida como um dos instrumentos de desigualdade social no Brasil, de forma que a oligarquia agrária tem desempenhado um papel dominante desde o período colonial, mantendo suas condições de concentração de renda pelo monopólio fundiário.

A Região Imediata de Cianorte insere-se nesse contexto histórico, marcado por situações de degradação ambiental decorrentes dos processos erosivos do solo de grande proporção que ocorrem no Noroeste do Paraná, que foram agravadas pelo modelo de ocupação rural e urbana implementados a partir da década de 1940, que não considerou adequadamente as condições físicas locais de solos arenosos e suscetíveis à erosão. Portanto, torna-se essencial analisar a evolução do uso e ocupação do solo, considerando os processos históricos de ocupação e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Essas mudanças incorporam e moldam a atual dinâmica do espaço agrário, que é fortemente marcado pela concentração de monoculturas, como cana-de-açúcar, soja e pastagens plantadas, oferecendo baixa proteção frente à fragilidade ambiental da região.

O modelo de ocupação pioneiro das regiões Norte Central e Noroeste, a partir década de 1930, contou com a forte atuação da colonização empresarial em parceria com o Estado. Até 1970, as lavouras de café predominavam, mas a queda de preços pelo excesso de oferta, as políticas de desestímulo à atividade cafeeira e a ocorrência de geadas fez com que o parque cafeeiro fosse gradativamente substituído por lavouras mecanizadas temporárias. Esse processo resultou na territorialização das monoculturas de cana-de-açúcar e soja, além do surgimento de complexos agroindustriais do setor sucroenergético, que promoveram a homogeneização da economia, da produção e do uso do solo.

Dessa maneira, com base nos dados do projeto do MapBiomias, entre 1985 e 2023, as variações de área mais significativas na RIC ocorreram para os cultivos de cana-de-açúcar e soja. A cana-de-açúcar passou de apenas 0,07 km² (0,001%) para 996,32 km² (19,55%) em 2023, representando um aumento de 1.388.639,98%,

com influência das instalações das Usinas Santa Terezinha do Grupo Usuaçúcar e Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná nesse processo. Da mesma forma, as áreas de cultivo de soja passaram de 176,34 km² (4,41%) para 674,91 km² (10,23%), um aumento de 282,73%, especialmente nos municípios de Jussara, Terra Boa, Japurá e porções de Cianorte e Tuneiras do Oeste, situados nas zonas de solos derivados do basalto e de solos mistos do contato arenito-basalto, evidenciando como o novo modelo agrícola do Noroeste paranaense se tornou dependente do capital para atender às demandas dos mercados nacionais e internacionais. Esse processo de mercantilização da natureza trouxe repercussões negativas nos âmbitos social, econômico e ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALCOPAR - Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná. **Mapa de Localização das Unidades Produtoras de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná**. Maringá, 2024. Disponível em: https://www.alcopar.org.br/institucional/hist_alcopar.php.
- BECKAUSER, Maria Carolina. **Os solos e a dinâmica erosiva ao longo de uma voçoroca no distrito de Sumaré em Paranavaí-PR**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2020. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6259>.
- FONSECA, Silas Rafael da. Repercussões territoriais do monocultivo da cana de açúcar no estado do Paraná. **Geofronter**, v. 4, n. 5, 2019. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/3978>.
- HAUER, M. As florestas no Paraná: um processo de involução. In: SONDA, C.; TRAUZYNSKI, S. C. (Orgs.). **Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná**. Curitiba: ITCG, 2010. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/parte_1_2_margit_hauer.pdf
- GALAFASSI, Leonardo Bresolin; BEBBER, Romano Augusto; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Uma análise da distribuição espacial da produção de cana-de-açúcar no Paraná (1975-2018). **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 26, n. 55, p. 272-296, 2020. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/12137>.
- GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 648 p.

IAT - Instituto Água e Terra. **Dados e Informações Geoespaciais Temáticos**, 2024. Disponível em: <http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Dados-e-Informacoes-Geoespaciais-Tematicos>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>.

MAPBIOMAS. **Coleções MapBiomas**. 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>.

MOREIRA, Ruy. A Geografia e a Educação Ambiental: o modo de ver e pensar a relação ambiental na Geografia. **Espaço em Revista**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2009, p. 11 -19. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/13668>.

NÓBREGA, Maria Teresa; SERRA, Elpídio. Noroeste do Paraná: a dinâmica da paisagem rural nas zonas de contato arenito-basalto. **Revista Terr@ Plural**, v. 3, n. 2, p. 197-214, 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1202>.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. A Categoria Renda da Terra: da economia política à geografia agrária. **Revista Nera**, v. 1, p. 13-27, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4029>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Leonardo José Cordeiro; MANGUEIRA, Caroline Gonçalves; OLIVEIRA, José Gonçalves de. Proposta de classificação do nível de criticidade dos processos erosivos aplicada na região Noroeste do Paraná. **William Morris Davis - Revista de Geomorfologia**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://williammorrisdavis.uvanet.br/index.php/revistageomorfologia/article/view/232>.

SERRA, Elpídio. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. **Campo-**

Território - Revista de Geografia Agrária, v. 5, n. 9, p. 89-111, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11958>.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; CATTELAN, Renata. Evolução e dinâmica no setor sucroenergético brasileiro. *In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia (org.). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do censo agropecuário*. Brasília, DF: Ipea, 2020. p. 361-374. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13051>.

SOUZA, Marcos Antônio de. **Desdobramentos da territorialização do setor sucroenergético no estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/b7edd51d-cc2b-44a8-b58b-924a7cde7f37/content>.

CAPÍTULO II

RESISTÊNCIA E REINTEGRAÇÃO: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL FEMINISTA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Vitória Alves de Moraes
Rafaela Vieira Naiwerth
Larissa Cristina Figueiredo Ramiro

INTRODUÇÃO

A educação é um direito previsto na Constituição Federal, ou seja, elementos que estão passando temporariamente pela privação de liberdade também devem acessar o ensino. Um direito humano carece de ser defendido pela sociedade, uma vez que seria indispensável para os demais, porém, há muita desinformação a respeito desse tema.

O Sistema Penitenciário Brasileiro é formado por um conjunto de estabelecimentos fechados que tem por função manter sob sua guarda os sujeitos que contrariam as leis estabelecidas no ordenamento jurídico. Assim, cabe mencionar que o Brasil se encontra em 3º lugar no ranking mundial, como uma das maiores populações penitenciárias, somando 690.000 presos, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2018).

Nesse sentido, faz-se essencial categorizar que o perfil das mulheres que constituem a população prisional, em sua maioria, é caracterizado por adultas jovens, solteiras, negras, mães de em média 3 filhos, com baixo nível de escolaridade, sem estabilidade trabalhista ou trabalhadoras em cargos de baixa qualificação e com salários inferiores.

O objetivo principal do presente trabalho é demonstrar como a educação ambiental feminista pode se tornar uma ferramenta de transformação dentro da realidade da privação de liberdade. Assim, o foco nessa população parte do viés

do feminismo que acredita no feminino como uma potência, considerando também que a privação de liberdade é um modelo de ensino pouco mencionado.

O artigo em questão traz conhecimentos específicos acerca das temáticas, compreendendo que há peculiaridades importantes ligadas ao gênero e ao ensino, uma vez que a educação é fundamental para a reintegração social, sendo o meio um influente precursor da causa e do processo.

Logo, entendendo que as mulheres que estão encarceradas sofrem com os estigmas já existentes em seus cotidianos, na privação de liberdade o preconceito potencializa, pois as situações de gênero que atravessaram as trajetórias de vida dessas estudantes apontam para o lugar social, histórico e culturalmente destinado às mulheres. Portanto, o processo do ensino na privação de liberdade também atua como uma possível construção de senso crítico a fim de compreender a realidade em que está inserida, bem como a construção de seu processo pessoal de ressocialização.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de revisões bibliográficas, documentos oficiais sobre a privação de liberdade no Brasil, bem como o apontamento de leis que regulamentam a privação de liberdade e o direito à educação dentro deste sistema.

A contar do tópico “Perspectivas Ferramentas sobre Educação Ambiental” apresenta-se tais perspectivas acerca da educação ambiental, a partir de revisões bibliográficas, destacando suas compreensões, contribuições e vantagens para a consolidação de uma educação ambiental transformadora.

A situação das mulheres encarceradas é discutida no tópico “A Realidade das Mulheres Privadas de Liberdade”, a partir de revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento da privação de liberdade das mulheres, a interseccionalidade que marca a situação destas mulheres, bem como dados oficiais e leis acerca delas, ainda destaca a situação da educação dentro da privação de liberdade.

Por fim, apresenta-se como resultados, no tópico “Educação Ambiental como Ferramenta de Resiliência e Reintegração Social para Mulheres em

Privação de Liberdade”, alguns projetos relacionados a educação ambiental para mulheres em privação de liberdade no Brasil, desenvolvidos atualmente, sendo: Projeto ALMA - Arte, Lixo e Meio Ambiente; Projeto Reciclagem Eletrônica; Economia Solidária na Cadeia Pública Feminina de Londrina (PR); Projeto Transformando Fardas em Sustentabilidade; e incentiva-se a adoção de outras iniciativas: Hortas comunitárias; Projeto de jardinagem; Oficinas de artesanato, e; Projeto de gestão de resíduos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Lei 9.795 de 27 de 1999, “Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, definindo o que é a Educação Ambiental, sendo os processos pelos quais os indivíduos e a sociedade desenvolvem seus valores, seus conhecimentos e suas habilidades, bem como suas atitudes e competências para resguardar o meio ambientes, garantindo o bom uso do mesmo (Brasil, 1999).

Em consonância com a Lei 9.795/1999, a qual afirma que a Educação Ambiental é imprescindível nos processos educativos, formais e informais, Marcatto (2002, p. 16) sustenta que o “objetivo da educação ambiental atingir o público em geral”, ao considerar que todas as pessoas devem ter acesso a conhecimentos sobre o meio ambiente e tem direito de procurar soluções para as questões ambientais. A Agenda 21 (1992) aponta que a Educação Ambiental deve

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos [...] (AGENDA 21 GLOBAL, 1992, s/p).

A Educação Ambiental pode ser dividida em duas formas, a Educação Ambiental Formal e a Informal, sendo que a primeira ocorre em ambientes formais de educação, direcionada aos estudantes e aos profissionais de ensino. Já

a segunda abrange todos os grupos sociais da população, e pode acontecer em qualquer ambiente (Marcatto, 2002).

Neste trabalho, a Educação Ambiental pode ser tanto Formal quanto Informal, uma vez que as mulheres em privação de liberdade tem direito ao ensino escolar e superior formal, contudo, algumas também têm acesso a oficinas e projetos que desenvolvem discussões e práticas acerca da Educação Ambiental.

Este processo é contínuo, Marcatto (2002) refere a Conferência de Tbilisi (1977) como norteadora das características do processo da Educação Ambiental, que deve ser: dinâmica e interativa; transformadora; participativa; abrangente; globalizador; permanente; contextualizadora, e; transversal. E para que este processo seja completo, deve abranger toda a sociedade, contudo em uma perspectiva Feminista da Educação Ambiental isso não ocorre.

Sendo assim, Sauvé (2008) aponta que a Educa o Ambiental Feminista adota algumas considera es de outra corrente, a da crítica social, de maneira a realizar análises e denúncias acerca das rela es de poder entre os diversos grupos sociais. Para além disso, a corrente Feminista enfatiza as rela es de poder que continuam sendo exercidas pelos homens sobre as mulheres em diversos âmbitos.

Observa-se assim, uma rela o entre as domina es efetivadas sobre as mulheres e a natureza, de forma que “trabalhar para restabelecer rela es harm nicas com a natureza   indissociável de um projeto social que aponta para a harmoniza o das rela es entre os humanos, mais especificamente entre os homens e as mulheres (Sauvé, 2008, p. 32).

Franco, Carniatto e Fabrini (2017) reiteram ao declarar que a corrente Feminista da Educa o Ambiental exige que exista igualdade e autonomia tanto para as mulheres, quanto para os movimentos ambientalistas, de modo a incentivar os princípios de cuidados para com a humanidade e a natureza, e vai além, por exemplo ao “assumir o diálogo intercultural e assegurar o saber a partir do conhecimento evolucionista e do sentimento de compaixão para com a natureza” (Franco, Carniatto e Fabrini, 2017, p. 02).

A Educação Ambiental Feminista concebe diversas críticas aos poderes exercidos pelos homens sobre as mulheres e a natureza, contudo, esta corrente não segue apenas os enfoques racionais das questões ambientais, ela permite “os enfoques intuitivo, afetivo, simbólico, espiritual ou artístico das realidades do meio ambiente são igualmente valorizados (Sauvé, 2008, p. 33).

Silva e Freitas (2022) ressaltam que a Educação Ambiental para se tornar feminista, deve expressar de maneira crítica sobre as situações onde as mulheres são submetidas socialmente e também sobre vulnerabilidade ambiental em que elas se encontram. Dessa maneira, necessita defender alguns pontos, tais quais os espaços de convívio feminino, a relações de cuidado para com humanos, animais e meio ambiente, bem como sobre a relação das mulheres com a natureza.

Cabe destacar, que as relações entre as mulheres e a natureza são antigas, e no decorrer do tempo histórico ocorreram muitas associações do feminino à natureza. Contudo, essas relações ocorrem como resultados das relações sociais preestabelecidas, as quais definem os papéis de gênero, incluindo a responsabilidade de lidar com a natureza. Tais relações, ainda possuem diferenças de acordo com classe econômicas das mulheres, pois está refletida nas tarefas em que elas desempenham dentro e fora de seus núcleos familiares (Jacobi, Empinotti e Toledo, 2015).

Por esse motivo, como salienta Nascimento (2017), é fundamental repensar as perspectivas das relações de gênero e meio ambientes, visto que atribuir este cuidado para com a natureza apenas as mulheres, alegando que estas são mais capacitadas naturalmente com assunto por sua sensibilidade e afins, reforça um estereótipo de submissão feminina ao homem, e que este por sua característica de provedor não possui responsabilidades para com o meio ambiente.

A Educação Ambiental Feminista atua contra esse discurso, expondo as relações de dominações praticadas pelos homens sobre as mulheres e a natureza. Buscando assim, frisado por Nascimento (2017) a criação de políticas e programas voltados ao cuidado do meio ambiente que abarque mulheres e homens, com maior participação feminina, “não por nascerem mulheres, mas por

tornarem-se mulheres através da sua própria construção social e histórica que são capazes de contribuir para a tomada de qualquer decisão que seja pertinente ao meio ambiente que também estão inseridas” (Nascimento, 2017, p. 03).

Considerando essa ação transformadora da Educação Ambiental Feminista, a qual permite uma relação racional e crítica para com os problemas ambientais e também relações de afetividade, sensibilidade e até mesmo artística, cabe mencionar que há potencial para ser agregada ao ensino formal e informal dentro do sistema de privação de liberdade das mulheres, como forma de resistência dessas mulheres atravessadas por questões interseccionais, e para sua reintegração social e ambiental após o cumprimento de sua pena.

A REALIDADE DAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Nesse sentido, a fim de tentar compreender a respeito do sistema carcerário brasileiro, é válido mencionar que a prisão surgiu no fim do século XVIII e início do século XIX a fim de servir como punição àqueles que cometeram crimes contra a sociedade. Mas, apenas em 1940, por meio do Código Penal Brasileiro além do Código de Processo Penal e da Lei das Contravenções Penais de 1941, que ficou determinado que as mulheres devem cumprir suas respectivas penas em um estabelecimento diferenciado, e, quando não há, em uma repartição adequada em penitenciárias e carceragens comuns. A Figura 01 indica a população feminina encarcerada no Brasil no ano de 2023.

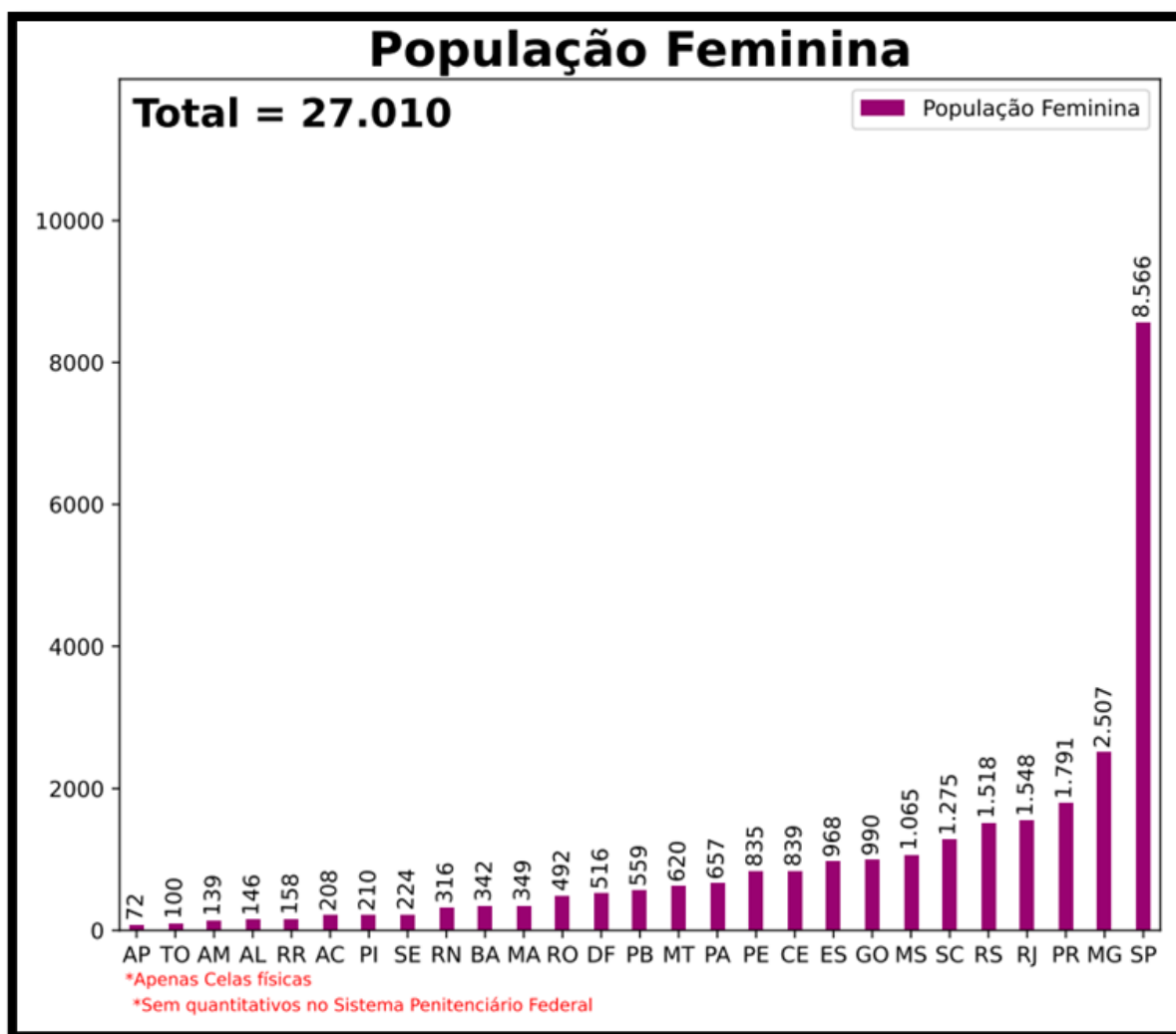


Figura 01: População Feminina Encarcerada em 2023.

Fonte: SISDEPEN - DIPEN/SENAPPEN (2024).

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados divulgou um relatório em julho de 2006 com uma análise das péssimas condições das prisões brasileiras. O relatório apresenta como os principais problemas encontrados no sistema penitenciário: superlotação; agressões, torturas e impunidade dos acusados dessas práticas; falta de tratamento médico; falta de banho de sol; má qualidade da água e da comida servida; revista vexatória e falta de autorização para visita; falta de assistência jurídica; insuficiência de programas de trabalho e ressocialização.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (2017), nas penitenciárias femininas do Brasil, as mulheres não possuem acesso até mesmo aos produtos de higiene básicos, como absorventes, e estão sujeitas a terem que substituí-los por

papel higiênico, jornal ou até mesmo como miolo de pão. Além disso, há inúmeros relatos acerca da falta de assistência durante a gestação, havendo casos que tiveram pouco ou quase nenhum tipo de acompanhamento médico.

Mesmo havendo divergências no sistema carcerário brasileiro, que contribuem para sua decadência, há um projeto que é referenciado legalmente pela Lei de Execução Penal, Lei 7210 de 11 de julho de 1984, Art. 18º e 20º; a Lei nº 6324 de 12 de outubro de 1991, que preveem a obrigatoriedade de ensino fundamental nas unidades carcerárias, em convênio com entidades pública e privada.

Assim sendo, a educação para os jovens e adultos em situação de privação de liberdade é direito humano previsto na Legislação Internacional e na Constituição Federal, fazendo parte da proposta de política pública de execução penal que almeja a reinserção social do apenado e garantia de sua cidadania.

A Lei 12.433/2011, que alterou a Lei de Execução Penal 7.210/1984, foi decisiva quando normatizou a remição da pena por estudos, assegurando que “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (Brasil, 2011, p. 1), sendo o quantitativo de tempo pedagógico, a contar para efeito da remição, de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias (Brasil, 2011a, p. 1).

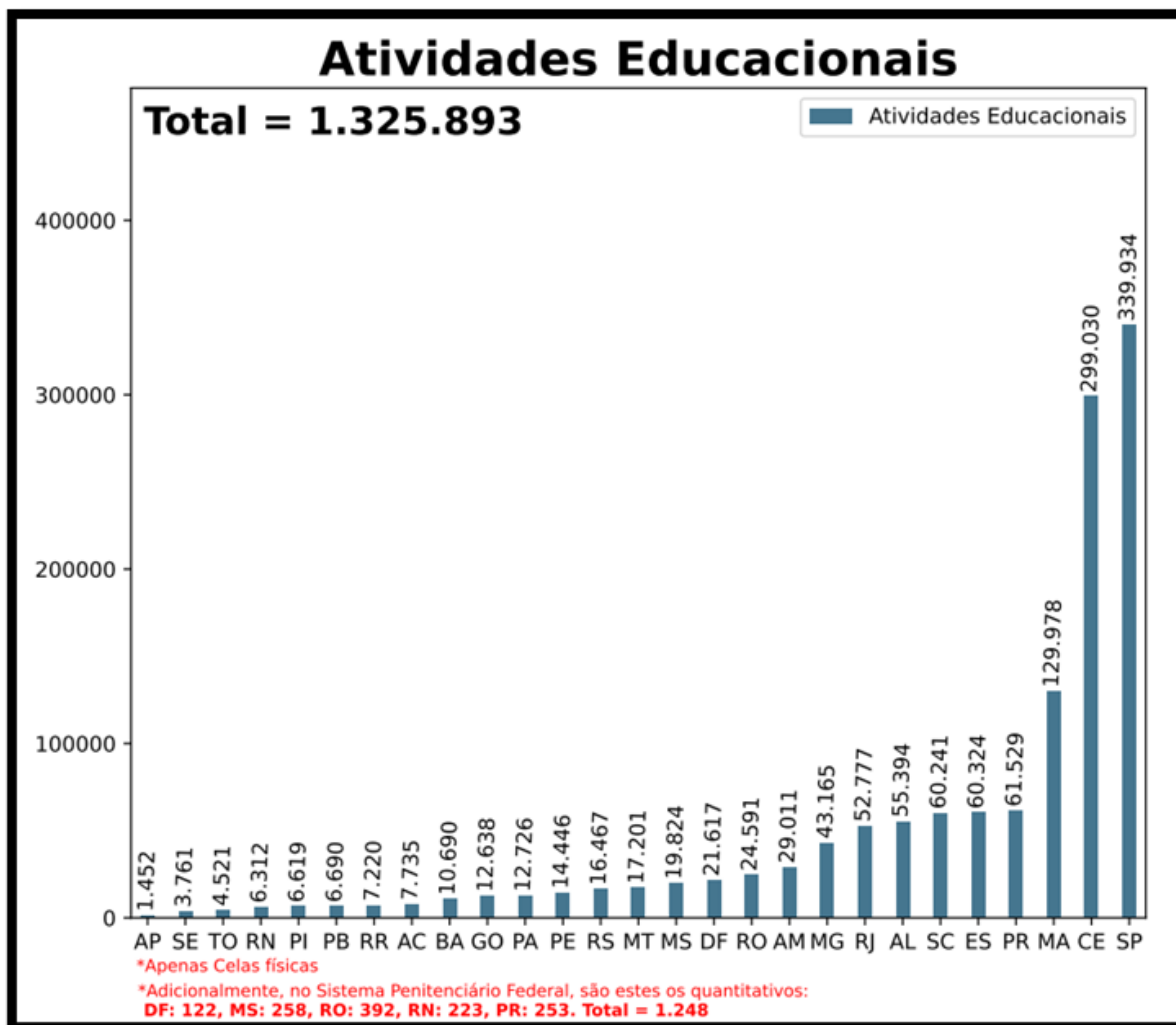


Figura 02: Atividades Educacionais Femininas nas Penitenciárias Femininas do Brasil em 2023.

Fonte: SISDEPEN – DIPEN/SENAPPEN (2024).

Assim, no que tange a esse modelo de educação não formal (incluindo homens e mulheres), o relatório do Departamento Penitenciário Nacional apresenta que há 3,25% de analfabetos, 10,82% de alfabetizados, 37,41% com o ensino fundamental incompleto, 19,81% com o ensino fundamental completo, 16,94% com o ensino médio incompleto, 10,03% com o ensino médio completo, 1,56% com o ensino superior incompleto e 0,78% com o ensino superior completo. Quanto ao ensino formal nas penitenciárias femininas do Brasil, apresenta-se na Figura 03:

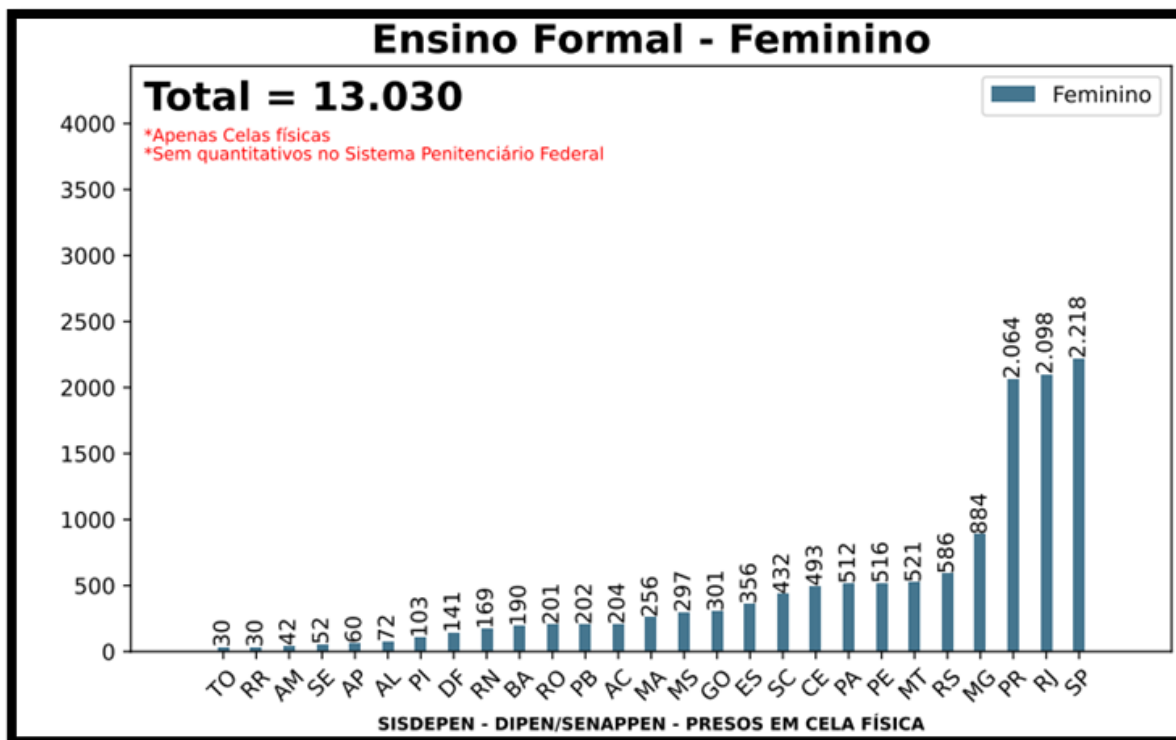


Figura 03: Ensino Formal Feminino nas Penitenciárias Femininas do Brasil em 2023.

Fonte: SISDEPEN - DIPEN/SENAPPEN (2024).

Nesse sentido, após a exposição de tais dados em consonância com a análise dos gráficos acima, torna-se possível compreender que o acesso à educação não é algo tão simples como consta na Constituição Federal, uma vez que é discrepante a taxa, em comparação, de presos com a educação básica completa. Um olhar interseccional (Crenshaw, 1991) aponta que as mulheres em privação de liberdade são, em sua maioria, negras e pertencentes a camadas sociais mais vulneráveis, o que evidencia um processo maior de exclusão e de violência com este público.

Desse modo, o Departamento Nacional Penitenciário percebeu que, com o aumento da população feminina em situação de privação de liberdade, havia a necessidade de ampliar as políticas públicas voltadas para os direitos sociais, com o foco na educação para essas mulheres e, conseqüentemente, lançou o programa Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal, com objetivo de priorizar o atendimento à mulher em situação de encarceramento. As mulheres entram no

sistema prisional, a maioria é jovem, solteira, tem filhos, baixa escolaridade e renda familiar instável. (Lima *et al.*, 2013).

A educação na privação de liberdade, e o exercício de tal, é um ponto crucial para se entender o contexto em que a população carcerária feminina se encontra, pois, considerando que na sociedade como um todo já há inúmeros estigmas e estereótipos presentes nas vidas cotidianas das mulheres, quando o preconceito ocorre na privação de liberdade, a interseccionalidade aparece. Por isso que se torna importante o aprender a construir um senso crítico, portanto, “O percurso histórico da mulher, tanto no espaço privado como no público, vem sendo permeado por processos de violência de gênero, esses muitas vezes velados e naturalizados por toda a sociedade.” (Rodrigues *et al.*, 2012, p. 86).

Emergindo o interesse em analisar sobre a população feminina que se encontra na privação de liberdade, ressalta-se que as mulheres presas em instituições penais são invisíveis para a sociedade (Oliveira, 2009), uma vez que mesmo a educação sendo uma condição necessária para o desenvolvimento humano, mulheres encarceradas são tidas como sem dignidade.

O cárcere é um evento que acarreta consequências que podem ser irreversíveis, considerando que ocorre uma desvinculação com o meio social, sendo a educação um direito social que se insere no espaço prisional a fim de possibilitar uma participação discente que traz consigo a ideia de ressocialização pós-cárcere.

Porém, mesmo que Julião (2011) afirme que o trabalho e o estudo apresentam um papel significativo na reinserção social dos apenados, diminuindo consideravelmente a sua reincidência, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (2015), há estimativas de que um em cada quatro presidiários retorna ao crime (Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015).

Nesse contexto, Silva e Moreira (2011, p. 92) são enfáticos em afirmar que o papel da educação dentro da prisão deve ser única e exclusivamente o de ajudar o ser humano privado da liberdade a desenvolver habilidades e capacidades para estar em melhores condições de disputar as oportunidades socialmente criadas. Dessarte, Adorno e Bordini (2013) afirmam que a reincidência na penitenciária

mostra que o Estado, na sua trajetória ressocializadora, não cumpriu, efetivamente, o seu papel.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE RESILIÊNCIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL PARA MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

A Educação Ambiental apresenta-se como um importante instrumento na transformação social e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Conforme pontua Reis (2023), ações ambientais desenvolvidas em ambientes de privação de liberdade produzem um ambiente mais confortável e podem contribuir para o bem-estar das detentas.

No cenário analisado, a educação ambiental pode caracterizar-se como uma abordagem transformadora, proporcionando às detentas um ambiente de reflexão e aprendizado capaz de ir além da simples conscientização quanto às questões ecológicas. De acordo com Reis (2023), essa integração entre a educação ambiental e as questões sociais e psicológicas proporciona um ambiente em que as mulheres podem resgatar sua autoestima, promover o autocuidado e desenvolver habilidades essenciais que contribuam para sua reinserção na sociedade pós-encarceramento.

Segundo Pitanga (2016, *apud* Reis, 2023), o contato com temáticas ambientais pode desenvolver ainda uma consciência crítica e transformadora. As mulheres encarceradas, muitas vezes, advêm de comunidades vulneráveis, onde questões como a poluição, degradação ambiental, deposição irregular de resíduos e falta de acesso às áreas verdes são comuns. Por meio da educação ambiental é possível ajudá-las a reconhecer os impactos destes aspectos em suas vidas, promovendo uma nova forma de olhar para si mesmas e para as comunidades em que estão inseridas, caracterizando um importante passo para a reconstrução social.

No Brasil, embora existam iniciativas voltadas à educação ambiental nas penitenciárias femininas, essas são escassas e demonstram a necessidade de maior investimento em políticas públicas nesta área. A maior parte dos programas e projetos encontrados no decorrer desta pesquisa, são voltadas às práticas sustentáveis, como cultivo de hortas e reciclagem, mas há também uma perspectiva que se volta mais à saúde e bem-estar, enfatizando a importância de um estilo de vida saudável e do autocuidado. Dentre alguns exemplos dessas práticas, podem ser citadas:

Projeto ALMA - Arte, Lixo e Meio Ambiente: desenvolvido na Penitenciária Feminina de Corumbá (MS) por meio de parcerias entre a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN) do Mato Grosso do Sul e a Prefeitura do Município de Corumbá, tem por objetivo “capacitar as detentas para que gerem renda, a partir de materiais reciclados do lixo produzido na comunidade transformando em artesanatos” (AGEPEN, 2015). Além de capacitar as mulheres, o projeto prevê a exposição dos artesanatos para comercialização. Algumas das oficinas que fazem parte do projeto envolvem temáticas voltadas aos Direitos das Mulheres, economia solidária, educação ambiental, igualdade racial e violência contra a mulher.

Projeto de Reciclagem Eletrônica: desenvolvido na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre (RS), busca inserir as mulheres nos processos de reciclagem de lixo eletrônico. O projeto é uma parceria entre a Companhia de Processamento Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e a empresa JG Gerenciamento de Resíduos. De acordo com Paiva (2016): “As atividades consistem na desmontagem de aparelhos eletroeletrônicos e separação de resíduos tecnológicos.”, sendo ofertada remuneração às participantes, além de certificação e treinamento teórico/prático.

Economia Solidária na Cadeia Pública Feminina de Londrina (PR): o Programa Municipal de Economia Solidária é executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina (Silva *et al*, 2024). Silva *et al* (2024) apontam que já foram ofertados diversos cursos de capacitação às mulheres, como crochê inicial, amigurumi,

bordado e confecção de bolsas. Esses produtos confeccionados pelas mulheres são comercializados pelo Programa Municipal de Economia Solidária e a renda gerada é reinvestida em materiais para a produção de novos artigos, além de itens para higiene pessoal e itens alimentícios básicos para as detentas.

Silva *et al* (2024) aponta ainda que esta prática foi reconhecida nacionalmente no ano de 2023, recebendo o primeiro lugar no II Prêmio Paul Singer de Boas Práticas acadêmicas em Economia Solidária.

Projeto Transformando Fardas em Sustentabilidade: desenvolvido na unidade feminina do Centro de Integração Social (CIS) do Complexo Penitenciário de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (PR), tem por objetivo a confecção de *ecobags* e mochilas que serão comercializadas e terão os lucros revertidos em ações assistenciais. O projeto é uma parceria entre a Polícia Penal do Paraná (PPPR), Polícia Militar (PMPR), Corpo de Bombeiros e Cruzada Social Cosme e Damião (AEN, 2024).

De acordo com a publicação da Agência Estadual de Notícias do Estado do Paraná: “Recentemente, a Polícia Militar e os Bombeiros tiveram mudança no fardamento oficial, que foi modernizado e se tornou mais operacional. Com isso, uma grande quantidade de fardas, agora antigas, entraram em desuso. Não fosse o projeto, as fardas seriam incineradas.” (AEN, 2024).

Dessa forma, incentiva-se com este trabalho o desenvolvimento de iniciativas que podem ser adotadas para transformar o ambiente prisional, destacando-se aqui a relevância das seguintes ações:

Hortas comunitárias: podem proporcionar um espaço para o desenvolvimento de habilidades práticas e emocionais. Cultivar as plantas envolve um processo de aprendizagem significativo quanto à nutrição, biodiversidade e sustentabilidade, proporcionando, além do desenvolvimento de habilidades, novos conhecimentos às detentas. As hortas podem também contribuir para redução do estresse e ansiedade, além de promover um ambiente de cooperação entre as detentas, fortalecendo laços e reduzindo o isolamento.

Projetos de jardinagem: no mesmo sentido das hortas, pode proporcionar diversos benefícios às mulheres encarceradas, dentre eles, podem

funcionar como um espaço terapêutico, além de proporcionar o desenvolvimento de habilidades e construir boas relações entre as participantes dos projetos. Outra importante perspectiva é que, ao serem reinseridas na sociedade, podem utilizar os conhecimentos adquiridos durante os projetos para adentrarem profissionalmente na área.

Oficinas de artesanato: demonstram-se relevantes pelo fato de promoverem a expressão criativa das mulheres, o processo de criação pode auxiliar na restauração da autoestima e confiança em suas habilidades. Essas habilidades práticas não apenas oferecem uma forma de lazer construtivo, mas também podem abrir portas para oportunidades de trabalho e geração de renda no futuro, empoderando as mulheres em sua jornada de reconstrução.

Projetos de gestão de resíduos: oferecem oportunidades de aprendizado sobre sustentabilidade e práticas ecológicas. Essa atuação em projetos de reciclagem fornece às mulheres maior conhecimento quanto à importância da redução do desperdício, além de possibilitar o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades. Associado às oficinas de artesanato, podem ser adotadas práticas de artesanato sustentável, utilizando materiais recicláveis na confecção de produtos.

Por meio de projetos e ações de educação ambiental há também a conexão com a comunidade externa e, portanto, proporcionam às mulheres a oportunidade de interagir com o mundo fora do sistema prisional. Essa interação é muito significativa e pode ajudá-las na reinserção no mercado de trabalho, após o período de reclusão, além de reduzir o isolamento e promover uma visão positiva do futuro.

Por fim, destaca-se que investir na educação ambiental na privação de liberdade feminina é essencial para garantir que essas mulheres recuperem suas vidas e, além disso, passem a atuar como agentes transformadores em suas comunidades, despertando a cidadania e a busca por um futuro sustentável. Dessa forma, a educação ambiental pode ser caracterizada como uma ferramenta de transformação pessoal e social, fornecendo às mulheres diversas possibilidades de crescimento e desenvolvimento.

Enfatiza-se aqui a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de educação ambiental em presídios, pois estes são fundamentais para a ressocialização e desenvolvimento pessoal dos encarcerados e encarceradas. Somente com a ampliação destas políticas é que serão experienciados os diversos benefícios da educação ambiental por parte dos detentos e detentas reclusos no território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A privação de liberdade no Brasil apresenta um cenário alarmante, especialmente no que diz respeito à população feminina. São muitos os problemas enfrentados por essas mulheres no ambiente prisional, sendo alguns deles, a superlotação, os casos de agressões, torturas, falta de tratamentos de saúde, más qualidades de saneamento básico e comida, falta de assistência jurídica, dentre outros, reforçando a necessidade de maior atenção do Estado à essa população.

A educação para jovens e adultos privados de liberdade é um direito humano previsto pela Constituição Federal, porém, quando observado na prática, compreende-se que não é algo tão simples quanto propõe a legislação. O estudo e o trabalho são fundamentais para a reinserção social desses indivíduos, visto que tem como principal objetivo o desenvolvimento de habilidades e capacidades.

A educação ambiental, principalmente quando observada numa perspectiva feminista, demonstra-se essencial nestes ambientes penitenciários femininos, principalmente por realizar a intersecção entre gênero, meio ambiente e justiça social. Os projetos e ações de educação ambiental são capazes de empoderar as mulheres e reduzir os níveis de marginalização e os ciclos de violência, uma vez que contribuem para o fortalecimento da autoestima e da autonomia das apenadas.

Os projetos de educação ambiental realizados nas penitenciárias femininas possibilitam um ambiente de reflexão e aprendizado, resgatando a

autoestima das mulheres e permitindo o desenvolvimento de habilidades essenciais que contribuem para sua reinserção na sociedade pós-encarceramento.

Além disso, os projetos promovem a integração entre as próprias detentas, oportunizando um ambiente de cooperação e reduzindo o isolamento. A conexão com a comunidade externa proporcionada por essas ações é também essencial para a reintegração social das apenadas após a reclusão.

Portanto, há grande necessidade de investir-se em políticas públicas que viabilizem os projetos de educação ambiental. O Estado precisa reconhecer que essas ações contribuem para que as mulheres se tornem agentes transformadores em suas comunidades e atuem enquanto cidadãs na busca por sustentabilidade e justiça social. Somente assim, elas terão a oportunidade de transformar suas vidas e o ambiente ao seu redor.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; BORDINI, E. Reincidência e Reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, 9(3), p. 70-94, 1989. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_05. Acesso em: 03 de junho de 2024.

AGENDA 21 GLOBAL. UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Agenda 21 (global). Ministério do Meio Ambiente – MMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

AGEPEN - Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário. **Presídio feminino de Corumbá inicia projeto “Alma, Arte, Lixo e Meio Ambiente”**. Campo Grande (MS), 2015. Disponível em: <https://www.agepen.ms.gov.br/presidio-feminino-de-corumba-inicia-projeto-alma-arte-lixo-e-meio-ambiente/>. Acesso em 25 de set. de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça (MJ). Departamento Penitenciário Nacional (Depen). **Síntese das ações do Departamento Penitenciário Nacional: ano 2007 & metas para 2008**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação

Ambiental e dá outras providências. Brasília: 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.html. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei nº 12.433**, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de junho de 2011a.

BRASIL. **Lei das contravenções penais anotada**: decreto-lei n. 3.688, de 3-10-1941 / Damásio de Jesus. Imprensa: São Paulo, Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.html. Acesso em: 03 de junho de 2024.

BRASIL. **Lei nº. 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a lei de execução penal. Brasília-DF: Senado, 1984. Disponível em: <https://bit.ly/3M3vjHt>. Acesso em: 04 de junho de 2024.

Conselho Nacional de Justiça. **Relatório da consulta pública**: metas nacionais 2020. Brasília: CNJ, [2019].

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1991, p. 1241-1299.

FRANCO, R. B.; CARNIATTO, I.; FABRINI, J. E. **Ecofeminismo e Propagação da Educação Ambiental**. Anais do XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental. Curitiba: 2017.

JACOBI, P. R.; EMPINOTTI, V.; TOLEDO, R. F. Gênero e Meio Ambiente. Campinas: **Ambiente & Sociedade**, v. XVIII, n. 1, 2015.

JULIÃO, E. F. As políticas de educação para o sistema penitenciário. In: ONOFORE, E. M. C. (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos, SP: Editora da UFSCar, 2007.

LIMA, G. M. B. de et al. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 446-456, Sept. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 Mar. 2024.

MARCATTO, C. **Educação Ambiental**: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

NASCIMENTO, A. P. F. **A questão do gênero e sua influência na educação ambiental**. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - XI ENPEC. Florianópolis: 2017, p. 01-07.

OLIVEIRA, E. P. T. Mulheres em conflito com a lei: a resignificação de identidades de gênero em um contexto prisional. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 391-414, 2009.

PAIVA, C. **Apenadas do Madre Pelletier participam de projeto de reciclagem eletrônica**. Porto Alegre: ASCOM SUSEPE, 2016. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/apenadas-do-madre-pelletier-participam-de-projeto-de-reciclagem-eletronica>. Acesso em 25 de set. de 2024.

PARANÁ, Agência Estadual de Notícias. **Mulheres privadas de liberdade transformam fardas sem uso em produtos sustentáveis**. Curitiba: Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Mulheres-privadas-de-liberdade-transformam-fardas-sem-uso-em-produtos-sustentaveis>. Acesso em 25 de set. de 2024.

REIS, J. R. **Saúde ambiental em presídios femininos no Brasil no período de 2010 a 2020**: uma revisão bibliográfica. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Ambiental de Municípios) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (Campus Princesa Isabel). Paraíba, 2023, 30p. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/3287/1/TCC%20Juliana%20Reis%20%282%29.pdf>. Acesso em 25 de set. de 2024.

RELIPEN - Relatório de Informações Penais. Secretaria Nacional de Políticas Penas & Diretoria de Inteligência Penitenciária. **15º Ciclo SISDEPEN** – Período de Referência: Julho a Dezembro de 2023. Brasília, 2024.

RODRIGUES, V. I. et al. Gênero e privação de liberdade: as condições de vida das mulheres na prisão. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, v. 1, n. 10, 2012.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: Sato, M.; Carvalho, I. **Educação Ambiental: pesquisas e desafios**. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILVA, L. L. T.; FREITAS, A. L. C. Educação ambiental crítica e ecofeminismo: uma potente lente epistemológica para uma educação ambiental popular e feminista. Itatiba: **Periódico Horizontes**, 2022, v. 40, n. 1, p. 1-26.

SILVA, R. da; MOREIRA, F. A. O projeto político-pedagógico para a educação em prisões. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, nº 86, p. 89-103, 2011.

SILVA, T. A. A.; CAMARGO, E. F.; OLIVEIRA, M. R. F. Práticas de Economia Solidária na Cadeia Pública Feminina de Londrina: Uma possibilidade de (re)começo. In: **Anais do V Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos; VI Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; V Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. Londrina, v.01, 2024. 10p. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3869/3236>. Acesso em 25 de set. de 2024.

CAPÍTULO III

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS ELI VIVE I E II NO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR

Maria José Sartor
José Paulo Peccinini Pinese

INTRODUÇÃO

A problemática da escassez da água é comum, tanto nos centros urbanos como na área rural e, segundo Silva (2019), deve ser motivo de preocupação não só dos governos, como da coletividade, tendo em vista os níveis de consumo e de degradação do meio ambiente, o que a torna cada vez mais escassa e contribuem com o aumento das fontes de contaminação dos mananciais.

A escassez da água é um dos fatores que contribui para o uso da água fora dos padrões de potabilidade, o que pode implicar no aumento do risco à saúde humana e, conseqüentemente, contribui para a vulnerabilidade das populações que dependem desses mananciais que por muitas vezes, é a única fonte de água para consumo (Silva, 2019).

Historicamente, os investimentos públicos em saneamento concentraram-se nos grandes centros urbanos e as populações das áreas rurais e de pequenos municípios ficaram desprovidas de ações do Estados voltadas para o saneamento, bem como de outras ações voltadas para o desenvolvimento humano (Brasil 2019).

Estes fatores, aliados às outras questões antrópicas e climáticas, além das ausências de políticas públicas específicas para o meio rural, têm contribuído fortemente para a dificuldade no acesso da população à água potável para o consumo humano.

A presente pesquisa teve como objetivo principal, verificar a qualidade da água para consumo humano nos Assentamentos Eli Vive I e II, tendo como

objetivos específicos: 1) mapeamento das fontes de água existentes; análise microbiológicas das fontes superficiais de água utilizadas; 3) verificação da eficiência das minas protegidas em relação aos padrões bacteriológicos de potabilidade.

Tal estudo justifica-se tendo em vista o número de famílias que vivem na área de estudo, bem como a falta de alternativas viáveis para água de consumo humano na região e a inexistência de serviços públicos que visem atender a esta demanda daquela população.

O método utilizado para atingir os objetivos da pesquisa foi a Pesquisa-Ação, de modo a tentar retratar a realidade local e socioambiental das famílias, bem como a realidade ambiental das fontes mapeadas, no intuito de se atingir os objetivos propostos.

METODOLOGIA

Os caminhos para o desenvolvimento desta pesquisa foi baseado na Pesquisa-Ação que se caracteriza pelo envolvimento do pesquisador e dos pesquisados no processo de pesquisa e se diferencia da pesquisa empírica clássica, pois é substituída pela relatividade observacional, de uma realidade não fixa, cujo observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados. (Gil, 2008).

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo foram os Assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II, localizados no distrito rural de Lerroville, a 61 km de Londrina (sede do Município). Os dois assentamentos foram criados oficialmente em 2010, por meio de uma portaria do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e abrangem uma área total de 7,3 mil hectares das antigas fazendas Guairacá e Pininga, respectivamente, onde foram assentadas cerca de 540 famílias (MST, 2010).

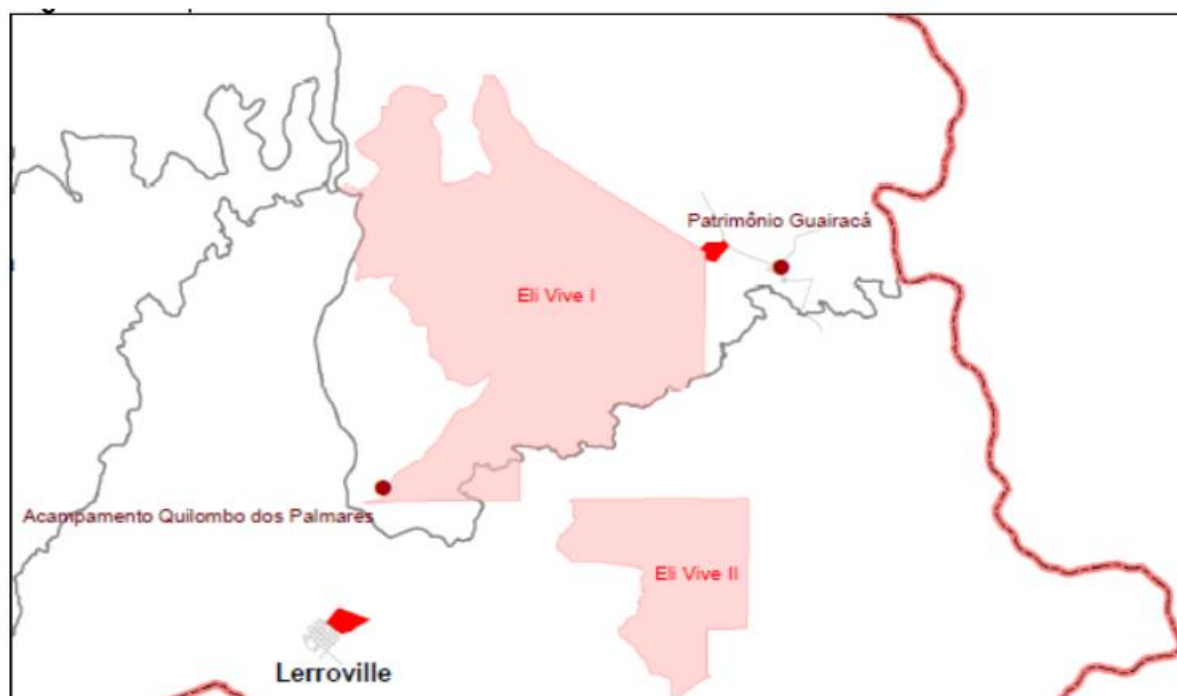


Figura 1: Mapa dos Assentamentos Eli Vive I e II.

Fonte: Rosa; Camargo; Garcia e Hayaka, (2020).

As fazendas Guairacá e Pininga originalmente se dedicavam à produção de café e, após o ano de 1970, as fazendas Guairacá e Pininga deixaram de produzir café e passaram a se dedicar à pecuária (Carvalho, 2019).

Após a criação dos assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II, as famílias passaram a se dedicar ao “cultivo de culturas de: feijão, arroz, batata doce, leite, hortaliças, porco, galinha e vaca para a produção de leite, entre outros produtos para o consumo próprio e para a comercialização em feiras nas ruas diretamente para o consumidor” (Cadena 2017, p. 20).

Atualmente, conforme informações coletadas em campo, há uma predominância no cultivo de monocultura, como soja, milho e trigo, porém, algumas famílias ainda trabalham com culturas orgânicas, como hortaliças, batata-doce, cará, café, milho, feijão, além da produção de vassoura.

A COLETA DE DADOS

Os trabalhos de coleta de dados ocorreram de fevereiro a agosto de 2024 e foram desenvolvidos em três etapas distintas: 1) Visita aos lotes para

identificação das fontes de água utilizadas; 2) mapeamento das fontes de água; 3) coleta da água para análise em laboratório.

A identificação das famílias e fontes de água tiveram início em fevereiro de 2024, com a visita preliminar nas residências, sendo visitadas 150 famílias, que foram entrevistadas por meio de questionário com perguntas pré-estabelecidas, conforme previsto no Comitê de Ética². Nesta etapa, foi possível identificar os tipos de fontes utilizadas, como a água chegava até as residências, suas principais finalidades de uso da água, se as mesmas eram fontes individuais e coletivas e quais famílias se utilizavam de cada fonte. Esta etapa encerrou-se no final de março de 2024.

No mês de abril de 2024, passou-se à segunda fase dos trabalhos, com o mapeamento das fontes de água utilizadas pela comunidade, trabalho este que se encerrou em agosto de 2024, com a qualificação das mesmas, avaliação visual da situação ambiental das fontes e entorno, bem como identificação das famílias usuárias. Para o georreferenciamento das minas, bem como a captura das imagens das mesmas, utilizou-se o aplicativo *Timestamp* Câmera, que é um aplicativo gratuito, que trabalha off-line e que consegue adicionar em fotos e vídeos, uma marca d'água contendo o dia, hora, a localização geográfica e a altitude durante a captura da imagem, que são armazenados na galeria do *smartphone*.

Antes da opção pelo uso do *Timestamp*, foi testado o aplicativo *Magic Earth*, porém este não gerava imagem e os dados precisavam ser compartilhados via *whatsapp*, por este motivo, optou-se pelo uso do *Timestamp* durante a coleta dos dados, sendo mapeadas e georreferenciadas 222 fontes de água para consumo humano, entre minas, poços rasos e poços tubulares.

COLETA E ANÁLISE DAS AMOSTRAS DE ÁGUA

Visto que a quantidade de fontes de água era muito grande, foram definidos alguns critérios para escolhas de quais teriam a água analisada e quais

² Número do Parecer do Comitê de Ética/Uel: 6.132.747, de 21/06/2023.

parâmetros seriam importantes de serem verificados, no intuito de expressar com a maior exatidão possível, a realidade da qualidade da água da comunidade.

Tendo em vista que a maioria das famílias utilizam água superficial para consumo, no total de 196 fontes (minas e poços rasos), definiu-se que seriam analisadas apenas a água das minas e poços rasos, cujo os parâmetros a serem avaliados para verificação da potabilidade da água foram baseados na Portaria nº 888/2021 do Ministério da Saúde (Brasil, 2021), sendo realizadas apenas a análise bacteriológica, visto que se tratavam de fontes de água superficiais.

Os critérios para escolha de amostras de água das minas e poços rasos a serem coletados foram: 1) Minas e poços de uso coletivo (SAC), com maior número de famílias; 2) posição geográfica das minas quando em relação ao fluxo do lençol freático (veio), quando esta fazia parte de um conjunto de minas; 3) minas protegidas. A partir destes critérios, foi realizada a coleta de água de 83 minas e poços rasos localizados nos Assentamentos Eli Vive I e II, que foram submetidos à análise microbiológica. As coletas foram realizadas duas vezes por semana e as análises foram realizadas pelo Laboratório de Bacteriologia do Centro de Ciências Biológicas da UEL.

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA

As amostras de água foram coletadas em frascos de vidro esterilizados de 100 mL, contendo 10 mg de tiosulfato de sódio e armazenadas a 4 °C até o processamento da amostra. Para determinar a presença de bactérias do tipo coliformes e *Escherichia coli* (*E. Coli*). A metodologia de substrato cromogênico/enzimático Colilert - 9223 A foi usada de acordo com a 23ª edição do *Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* (APHA, 2017). A análise foi baseada na reação da enzima-substrato e é adequada para detecção e quantificação de coliformes totais e *E. coli*, que foram quantificados como o número mais provável de acordo com o manual Colilert.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ÁGUA E SUA RELAÇÃO COM A GEOGRAFIA DA SAÚDE

A geografia da saúde, segundo Santana (2014), integra temas da Geografia Física e Humana, configurando-se como uma área do saber de compreensão global, preocupada com os problemas sociais nas suas diferentes escalas. Para Brandão, Farias e Mustafa (2023), a Geografia da Saúde é o espaço que promove a inter-relação entre seres humanos e os organismos que geram doenças, como efeito adversos de fatores de contaminação ligados ao local e características sociais de um determinado grupo populacional.

Nesta perspectiva, a Geografia da Saúde é capaz de fazer a interface dos problemas de uma determinada população ou comunidade, relacionando-os aos aspectos sociais e condições do meio onde vivem e que podem estar intimamente relacionados há vários problemas que afetam a comunidade.

A Geografia da Saúde vem ganhando destaque na atualidade, principalmente nos aspectos relacionados às grandes epidemias que preocupam os governos e a população. Assim, torna-se essencial para a Geografia da Saúde entender como as características geográficas, socioeconômicas, culturais e ambientais podem afetar a saúde das pessoas (Santana, 2014).

A contaminação do solo, assim como a disponibilidade de água potável para consumo humano são condições básicas que condicionam a exposição de vários agentes nocivos (Santana, 2014). Os fatores ambientais estão intimamente relacionados aos que afetam a qualidade da água e conseqüentemente aos aspectos que afetam a qualidade da água.

PADRÕES DE POTABILIDADE DA ÁGUA

O exame microbiológico da água visa fornecer informações sobre a potabilidade da água, ou seja, a verificação da presença ou não de micro-organismos que podem ser nocivos à saúde. Em geral, esta contaminação está ligada a contaminação por fezes humanas ou de animais de sangue quente, mas também podem ser por causas naturais, que na maioria das vezes, são

inofensivos à saúde humana, diferentemente de micro-organismos patógenos provenientes do esgoto sanitário, que podem ser nocivos à saúde humana, como vírus, bactérias, protozoários e helmintos. Entre as doenças causadas por estes patógenos, destacam-se a cólera, gastroenterites, diarreias, hepatites A e E, entre outras. Entre os parasitas mais comuns presentes na água, destacam-se a *Escherichia coli* e a Giárdia (FUNASA, 2013).

A indicação da contaminação por fezes na água é a presença de bactérias do grupo coliformes, sendo a principal delas, a *Escherichia coli*, pois sua concentração na água contaminada tem relação direta com o grau de contaminação fecal, além de serem facilmente detectáveis e quantificáveis em qualquer tipo de água e sobrevivem por um tempo maior que e são mais tolerantes à agentes desinfetantes que outras bactérias patogênicas (FUNASA, 2013).

De acordo com a Portaria GM/MS nº 888/2021 (Brasil, 2021), tanto para o sistema de Abastecimento Individual (SAI), quanto para o Sistema de Abastecimento Coletivo (SAC) e Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano, a potabilidade da água deve atender à alguns padrões bacteriológicos para consumo humano, conforme Quadro 1:

Formas de abastecimento	Parâmetro	VMP(1)
SAI	<i>Escherichia coli</i> (2)	Ausência em 100 mL
Na saída do tratamento	Coliformes totais(3)	Ausência em 100 mL
Sistema de distribuição e pontos de consumo	<i>Escherichia coli</i> (2)	Ausência em 100 mL
SAA e SAC	Coliformes totais(4)	Apenas uma amostra, entre as amostras examinadas no mês pelo responsável pelo sistema ou por solução alternativa coletiva de abastecimento de água, poderá apresentar resultado positivo
Sistemas ou soluções alternativas coletivas que abastecem menos de 20.000 habitantes	Coliformes totais(4)	Ausência em 100 mL em 95% das amostras examinadas no mês pelo responsável pelo sistema ou por solução alternativa coletiva de abastecimento de água.

NOTAS:

(1) Valor Máximo Permitido

(2) Indicador de contaminação fecal.

(3) Indicador de eficiência de tratamento.

(4) Indicador da condição de operação e manutenção do sistema de distribuição de SAA e pontos de consumo e reservatório de SAC em que a qualidade da água produzida pelos processos de tratamento seja preservada (indicador de integridade).

Quadro 1: Padrão bacteriológico da água para consumo humano.

Fonte: Adaptado de Brasil (2021)

TÉCNICA DE SOLO-CIMENTO PARA PROTEÇÃO DE MINAS E NASCENTES

A proteção das minas e nascentes é essencial para a manutenção da água, bem como garantir a sua qualidade. Uma das formas de garantir uma boa vazão das nascentes é a proteção do seu entorno por vegetação nativa, assim como a proteção do solo. Além disso, é comum encontrar algumas minas que possuem

proteção de solo-cimento, que é uma técnica utilizada para proteger nascentes, bastante utilizada no meio rural. Esta técnica, de acordo com Costa Alemão (2015), tem melhorado significativamente a qualidade da água para consumo humano e pode ser feita a um custo baixo, conforme demonstrado na Figura 3.

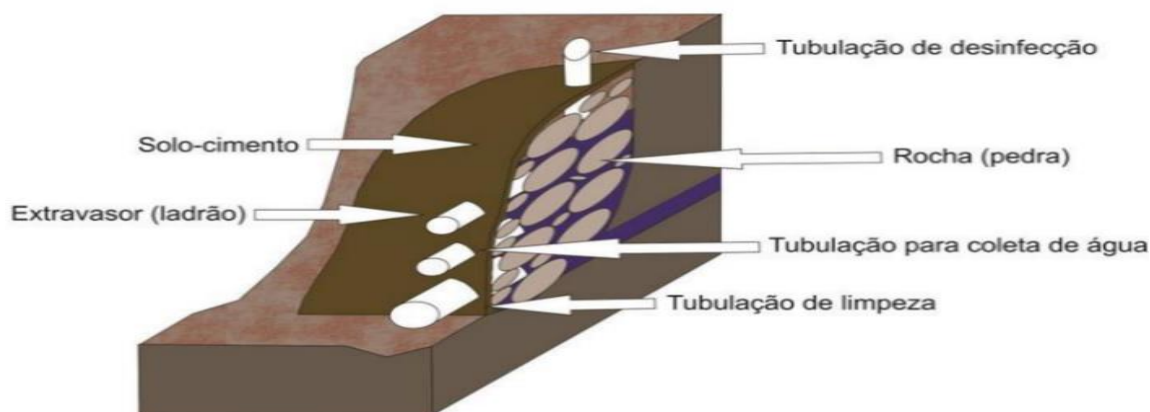


Figura 3: Esquema da proteção de nascente com a técnica de solo-cimento.
Fonte: Villwock, 2015.

Esta técnica consiste em proteger a nascente com uma mistura de solo e cimento, garantindo a sua impermeabilidade e vedação, o que impede a contaminação por agentes que possam cair sobre a nascente ou mesmo a entrada de animais (Figura 4).



Figura 4: Proteção de mina com a técnica de solo-cimento.
Fonte: Costa Alemão (2015).

No entanto, é importante destacar que, apesar do fechamento da nascente por solo-cimento por exemplo, outros fatores contribuem para garantir

a boa qualidade da água e a sua permanência, como respeitar a preservação do entorno das minas, tanto por vegetação como pelo não trânsito de animais doméstico, por exemplo, além de estar distante de fontes de contaminação como criação de bovinos, suínos ou mesmo fossas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo identificou que, apesar de originalmente os Assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II se dedicarem à agricultura familiar e produção de alimentos orgânicos, atualmente a produção de monoculturas como soja, milho e trigo tem crescido nos dois assentamentos.

Atualmente, há famílias que se dedicam à produção de vassoura, batata-doce, cará, frutas como abacate, laranja e banana, além de produção de orgânicos como hortaliças, milho, feijão e café. A produção de orgânicos é incentivada pela cooperativa local, que fornece produtos orgânicos da agricultura familiar às escolas do município.

Além da criação de aves e suínos para a subsistência, a bovinocultura também é uma atividade bastante presente, principalmente devido à declividade dos terrenos e a formação rochosa de algumas áreas, que dificulta o cultivo de diversas culturas.

A vocação da produção local é um dos fatores que podem justificar os resultados da presente pesquisa e pode estar relacionado diretamente a qualidade da água e as condições das nascentes e outros mananciais.

Durante a pesquisa, foram mapeadas 223 fontes de água para consumo, entre poços e minas classificados como SAI e SAC, conforme Figura 5.

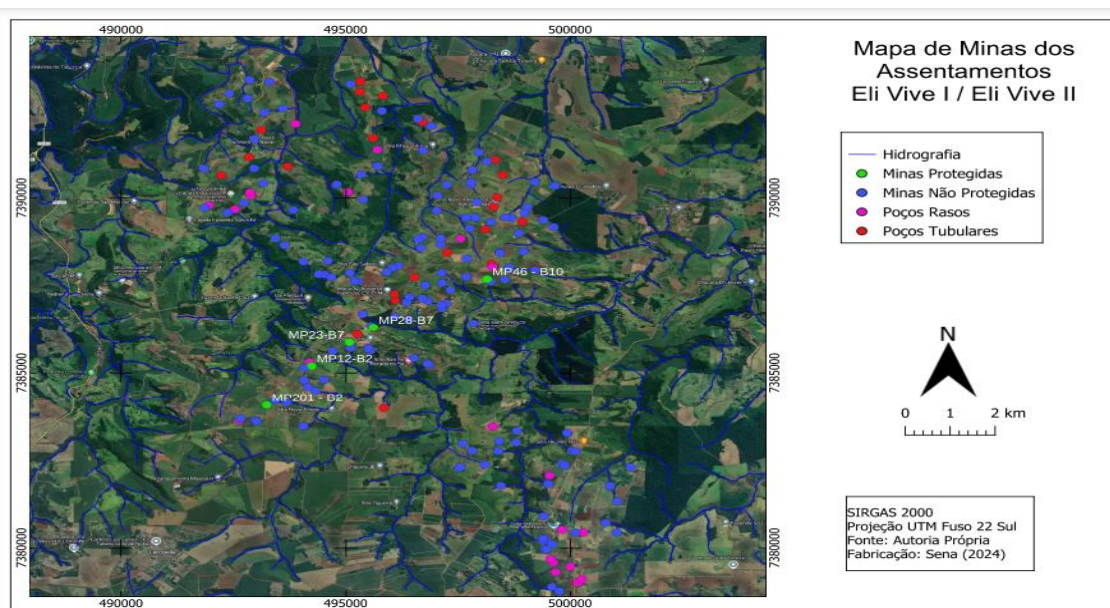


Figura 5: Mapa das fontes de água - Assentamentos Eli Vive I e II.

Fonte: A partir de dados coletados em campo, 2024.

Com o intuito de verificar o padrão de potabilidade das minas e poços rasos, foram coletadas e analisadas amostras de água de 83 locais, sendo 63 minas sem proteção, 11 minas protegidas e 9 poços rasos, conforme Figura 6.

Para a análise, foram estabelecidos alguns critérios, tais como:

- 1) Minas e poços de uso coletivo (SAC), que abastecem um maior número de famílias;
- 2) Minas com proteção solo-cimento ou vedadas por alvenaria;
- 3) Minas localizadas em locais onde haviam outras minas e poços no mesmo veio, no intuito de verificar a presença de micro-organismos patogênicos.

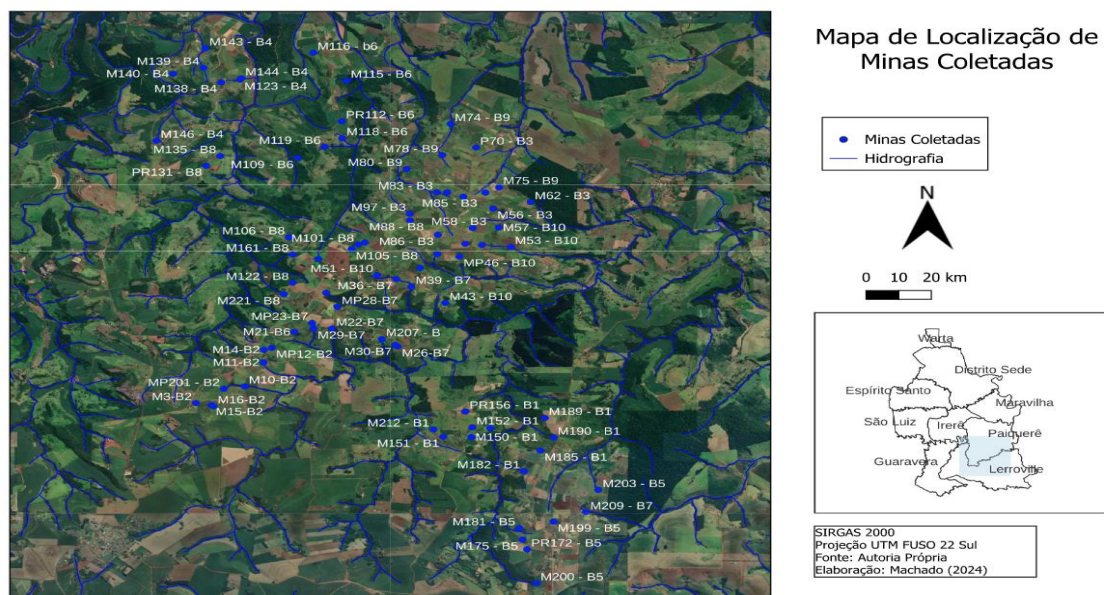


Figura 6: Mapa das minas e poços rasos analisados - Assentamentos Eli Vive I e II.

Fonte: A partir de dados coletados em campo, em 2024.

A quantidade de amostras coletadas buscou refletir a realidade das condições da qualidade da água para consumo humano nos Assentamentos Eli Vive I e II, baseados nos parâmetros microbiológicos estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/21 (Brasil, 2021) e foi detectada a presença de coliformes totais em 82 das 83 amostras analisadas. A única amostra em que não houve presença de coliformes, foi uma mina com proteção solo-cimento (MP23) e a mesma está localizada numa área de reserva, conforme Figura 7, com a predominância de rochas distantes de residências e pastagens.



Figura 7: Localização da MP23.

Fonte: Google Earth, a partir de dados coletados em campo, 2024.

Em relação ao parâmetro *E. Coli*, a mesma não foi encontrada em 17 amostras. Destas, 9 eram minas protegidas com solo-cimento, 2 eram minas completamente lacradas em alvenaria e 4 eram poços rasos. As minas sem proteção que deram negativo para *E. Coli* também tinham algum tipo de proteção nas laterais e cobertura, o que garantiu que não houvesse contaminação por fezes de animais. A única exceção foi a M80, que apesar de não estar coberta, fica numa área de reserva elevada e rochosa, cercada para que os animais que pastam nas proximidades, não circulem próximos à mina, conforme pode ser visto na Figura 8.



Figura 8: Imagem da M80 (a) e localização da amostra M80 (b).

Fonte: (a) acervo dos autores e (b) Google Earth a partir de dados em campo, 2024.

Na pesquisa de campo foi possível observar ainda alguns fatores que podem levar à contaminação microbiológica da água, entre eles minas e poços sem qualquer proteção ou em locais de possível contaminação do solo, como em áreas de pastagens ou próximas à elas.

Mesmo havendo a proteção das minas e poços, a contaminação do solo no entorno das nascentes pode ser um fator de risco importante, podendo comprometer a qualidade da água. Tal situação pode ser visualizada na Figura 9, onde estão localizadas a MP12 e PC13.



Figura 9: Imagem da região da MP12 e PC13.

Fonte: Google Earth, a partir da localização em campo, 2024.

Conforme se observa, a M1P2 (Figura 10) é uma mina com proteção de solo-cimento e está localizada dentro de uma área de reserva, cercada por vegetação nativa e rochas.



Figura 10: Imagem da MP12.

Fonte: Acervo de campo, 2024.

No entanto, foi possível identificar que as áreas acima da MP12 são compostas por pastagens, conforme Figura 9. Neste caso específico, mesmo dentro das áreas de reserva, foram identificadas a presença de fezes de bovinos, em virtude do acidental rompimento das cercas, ou mesmo de forma proposital, para que os animais pudessem pastar.

Tal situação refletiu diretamente na qualidade da água da MP12 e PC13. A MP12, mesmo sendo uma mina protegida, apresentou contaminação muito alta por coliformes, que pode confirmar a contaminação do solo e conseqüentemente do freático, além da contaminação por *E. Coli*, o que indica contaminação recente por fezes.

Considerando que a MP12 é uma mina lacrada, possivelmente a contaminação da água se deve à contaminação do solo e, apesar de não ter sido feito análise da M14, possivelmente terá o mesmo tipo de contaminação, visto que a mesma está localizada às margens da lagoa onde o gado toma água (Figura 11-a) em meio às pastagens, sem qualquer tipo de proteção.



Figura 11: Recorte da área da M14 (a) e PC13 (b).

Fonte: Acervo de campo, 2024.

Situações semelhantes ocorreram com e outras minas que se encontram dentro de áreas de reserva com formação rochosa, mas que possuem no seu entorno áreas de pastagens e apresentaram contaminação por coliformes e *E. Coli*.

Observou-se que as minas com maior índice de contaminação por *E. Coli* encontram-se dentro de áreas com vegetação nativa abundante no seu entorno. Nestes casos, identificou-se que a falta de manutenção, limpeza e cobertura/proteção das mesmas, como são o caso das M200 (Figura 12) e M190 (Figura 13), podem estar associadas aos altos índices de contaminação.



Figura 12: (a) Imagem M200; (b) Google Earth a partir de dados coletados em campo.

Fonte: (a) acervo dos autores e (b) Google Earth a partir de dados em campo, 2024.



Figura 13: (a) Imagem M190; (b) Google Earth a partir de dados coletados em campo.

Fonte: (a) acervo dos autores e (b) Google Earth a partir de dados em campo, 2024.

Outro exemplo de possível contaminação do solo é a M105, que está entre as quatros minas com maior contaminação por *E. Coli*. Aparentemente, conforme Figura 14, a mina está bem protegida, mas fica próxima à uma criação de porcos, reforçando a hipótese da contaminação do solo e, conseqüentemente, da água.

Durante a coleta de água foi observado que, em algumas minas, havia a presença de fezes de roedores, possivelmente de castor ou de “ratazana do brejo”, que são bastante comum na região e pode estar contribuindo para a contaminação de alguns mananciais, já que os moradores relatam que estes animais frequentemente cortam as mangueiras utilizadas abastecimento de água.



Figura 13: (a) Imagem M190; (b) Google Earth a partir de dados coletados em campo.

Fonte: (a) acervo dos autores e (b) Google Earth a partir de dados em campo, 2024.

De forma geral, a avaliação ambiental verificada aponta para vários problemas que podem estar impactando na contaminação das minas e nascentes, entre eles, a principal causa pode estar ligada à contaminação do solo, visto que as nascentes têm apresentada alta contaminação por coliformes, mesmo estando em áreas de reserva legal.

A presença de coliformes indica que esta contaminação pode não ser recente e, dada as atividades das antigas Fazendas Guairacá e Pininga, que possuía grandes áreas de pastagens e se dedicava à pecuária, sendo observado e campo a presença de antigos cochos (comedouros) próximos às áreas de reserva, além de cercas ainda presentes da época das fazendas.

Conforme informações obtidas junto ao IDR - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, no início da formação do Assentamento Eli Vive I, foram feitas as proteções de algumas minas, com a finalidade de garantir água de boa qualidade para a comunidade. No entanto, os resultados da água obtidos no estudo, comprovam que a proteção não tem garantido a potabilidade da água.

Outro aspecto relevante é que, mesmo nas áreas de reserva, com vegetação em abundância e sem muitas interferências antrópicas, os padrões não

garantem a potabilidade da água, visto que a água subterrânea já está contaminada.

Apesar de vários moradores relatarem que nunca tiveram problemas de saúde com o uso da água, reforçando a ideia de que as mesma não necessita ser tratada, não é possível afirmar que a presença de patógenos na água não pode estar causando problemas como diarreias, entre outros, visto que nem todas as pessoas procuram assistência médica nestes casos.

A proteção, manutenção e limpeza das minas contribuem significativamente para a diminuição dos índices de E. Coli, porém, a única forma de garantir a qualidade da água para consumo humano seria o tratamento por solução de cloro, visto que, para a maior parte das famílias dos dois assentamentos, as minas são a única fonte de água existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou fazer uma avaliação da qualidade da água para consumo humano nos Assentamentos Rurais Eli Vive I e II, por meio de análise microbiológica realizada em laboratório. As análises foram importantes para confrontar a realidade visualizada das condições das fontes de água.

Conforme estabelecido pela Portaria GM/MS nº 888/2021 (Brasil, 2021), as análises comprovaram que as fontes de água dos Assentamentos Eli Vive I e II são, na sua maioria, inapropriadas para consumo humano, visto que, das e 83 fontes analisadas, 82 foram consideradas impróprias para o consumo.

Conforme relatos dos moradores, as equipes do Programa Vigiágua, quando confirmaram a contaminação por coliformes e *E. Coli*, distribuem frascos de solução de cloro e orientam sobre a importância do seu uso para o tratamento da água antes do consumo. No entanto, constatou-se durante as visitas às residências, que praticamente todas as famílias acreditam que a água, por ser de uma mina e estar na maioria das vezes numa área contendo vegetação ou de reserva, ou mesmo por ter uma grande vazão, podem ser consideradas de boa qualidade para consumo, não tendo a preocupação do seu tratamento prévio ou filtragem.

Apesar de haver várias minas sem manutenção e limpeza, algumas famílias têm a preocupação de cercar o entorno das minas e poços, além de fechar a parte superior. No entanto, esta simples proteção não garante que a água fique livre de contaminação por coliformes principalmente, visto que pode haver contaminação do solo devido ao seu histórico de uso com pecuária por um longo período.

A pesquisa identificou ainda que, as minas com proteção solo-cimento, diferentemente do que se imaginava, não confirmou ser eficiente para garantia da ausência de contaminação por coliformes, o que pode estar diretamente ligado à contaminação recente ou não do solo no seu entorno, visto que as áreas onde foi estabelecido os Assentamentos, eram áreas com predominância de pastagens, em virtude das características do solo, alta declividade e presença de afloramento de rochas.

Diante disso, a pesquisa identificou a necessidade de medidas urgentes no sentido de viabilizar política públicas que possam garantir a qualidade da água, bem como esclarecer a comunidade sobre a importância do tratamento da água e a busca por soluções alternativas que garantam a sua potabilidade, com o intuito de prevenir contra doenças e melhorar a qualidade de vida da população local.

Como desdobramentos futuros, este trabalho propõe que sejam realizadas as avaliações de água dos poços tubulares, para verificar se os mesmos têm atendido aos padrões estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021 (Brasil, 2021), o que seria uma solução viável para garantir a sustentabilidade da água nos dois assentamentos.

REFERÊNCIAS

APHA - American Public Health Association. **Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater**. 23^{rs} ed. American Public Health Association, Washington DC, 2017.

BRANDÃO, L. S.; FARIAS, C. S. de; MUSTAFA, T. O. Espaço Geográfico e os Riscos à Saúde: Uma análise a partir da qualidade microbiológica das águas dos poços urbanos do município de Rio Branco - AC. UÁQUIRI - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. UFAC. Vol. 05, n. 01, p. 128-146,

2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/6197/4157>.

Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Saneamento Rural / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. Brasília: Funasa, 2019. 260 p. Disponível em: <https://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL_PNSR_2019.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 888, de 04 de maio de 2021**. Brasília, 2021.

CADENA, C. M. **Educação do Campo e Gênero: A formação do coletivo de mulheres do Assentamento Eli Vive**. Trabalho de Conclusão de Curso Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul, PR. 20147.

CARVALHO, E. C. **A produção no Assentamento Eli Vive, o papel da escola do campo na consolidação dos sistemas de agricultura**. 2019 (20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Curso de Educação do Campo e a Realidade Brasileira a partir dos seus Pesquisadores, Universidade Federal do Paraná, Matinhos - PR, 2019.

COSTA ALEMÃO, Alfredo Braz da. **Proteção de Nascentes à Base de Solo-Cimento**. Curitiba: Instituto Emater, 2015. 20 p.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de análise de água**. 4. Ed. Brasília: Funasa, 20123.

ROSA, L. A. B. da; CAMARGO, E. F.; GARCIA, M. R.; HAYAKA, K. I. Extensão Universitária: assessoria a COPACON para implantação da agroindústria do milho. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, 3., Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais, 4., Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, 3., 2019, Londrina. **Anais[...]**. Londrina, 2019. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3151>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Londrina conquista assentamento para 600 famílias**. 01 set. 2010. Disponível em: <<https://mst.org.br/2010/09/01/londrina-conquista-assentamento-para-600-familias/>>. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, L. E. da et al. A escassez hídrica na zona rural: o consumo de água sob a perspectiva dos agricultores de um assentamento no município de Pombal - PB. **Research, Society and Development**. vol. 8, n. 6, 2019. Universidade Federal de Itajubá, MG. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1038>. Acesso em: 18 set. 2024.

SANTANA, P. **Introdução à Geografia da Saúde: território, saúde e bem estar.** Coimbra: Coimbra University Press, 2014.

VILLWOCK, F. H. Melhoria da qualidade da água por meio da técnica de recuperação e proteção de nascentes em pequenas propriedades agrícolas no município de Campina da Lagoa - PR. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade.** v. 19, n. 4, jul - dez 2015.

CAPÍTULO IV

INVESTIGAÇÃO ESPACIAL DOS AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE - PR (2010-2024)

Larissa Cristina Figueiredo Ramiro
Rafaela da Veiga Paraíso Martins
Adriana Castreghini de Freitas Pereira

INTRODUÇÃO

Após o século XX, as ações antrópicas têm provocado diversas mudanças ambientais no espaço geográfico. Essas intervenções humanas sobre o meio ambiente têm ocasionado impactos significativos nos ecossistemas e na biodiversidade do planeta e, embora essas mudanças afetem também a saúde humana, a segurança alimentar e a sustentabilidade global, observa-se uma crescente no uso dos recursos naturais e na degradação ambiental, evidenciando a urgência de macroações para mitigação destes problemas.

Neste sentido, em busca de conservar as áreas verdes ainda existentes, surgem as Unidades de Conservação (UCs), que podem ser descritas de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como um espaço territorial com características naturais relevantes, com limites adequados que garantam sua proteção e conservação (Brasil, 2000).

Essas áreas protegidas desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade e na preservação dos serviços ecossistêmicos. Muitas UCs abrigam espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, auxiliam na integridade dos habitats e resiliência das espécies.

O SNUC, anteriormente mencionado, foi instituído pela Lei 9985 em 18 de julho de 2000, e tem como principal objetivo a consolidação, organização e proteção dessas áreas florestais no território nacional. Representa um avanço significativo na política ambiental brasileira, pois anterior à sua consolidação, a

gestão das unidades de conservação era fragmentada e dependia de diversas legislações, o que dificultava a execução de ações.

A gestão e proteção das UCs ficam a cargo da federação, dos estados e municípios. No âmbito federal, as UCs são de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Instituído pela Lei 11516 em 28 de agosto de 2007, o ICMBio surge com o objetivo de conservar a biodiversidade brasileira e realizar o manejo sustentável das unidades de conservação. Segundo o portal oficial do ICMBio, o Instituto recebe o nome de Chico Mendes em homenagem ao seringueiro assassinado em 1988, que lutou ativamente pela defesa dos povos tradicionais e preservação ambiental.

O ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), e desde sua criação tem se empenhado em integrar a conservação ambiental ao desenvolvimento sustentável, além de atuar na prevenção e combate a crimes ambientais. Portanto, o ICMBio atua no monitoramento e fiscalização das UCs, as infrações ambientais ocorridas nestas áreas são autuadas pela equipe de fiscalização do Instituto, com base na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/1998) e no Decreto 6514/2008, que tratam das infrações e sanções administrativas relacionadas ao meio ambiente.

Há atualmente 340 UCs Federais sob sua responsabilidade, sendo 41 delas situadas no Paraná. O Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange é uma dessas áreas, sendo caracterizada como uma UC de Proteção Integral (MMA, 2024).

De acordo com o Painel das Unidades de Conservação Brasileiras (MMA, 2024), O Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange foi criado no ano de 2001 por meio da Lei Ordinária 10227, e apresenta 24.352 hectares de área total. Abrange os municípios de Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, todos localizados no litoral do Paraná (Figura 1).

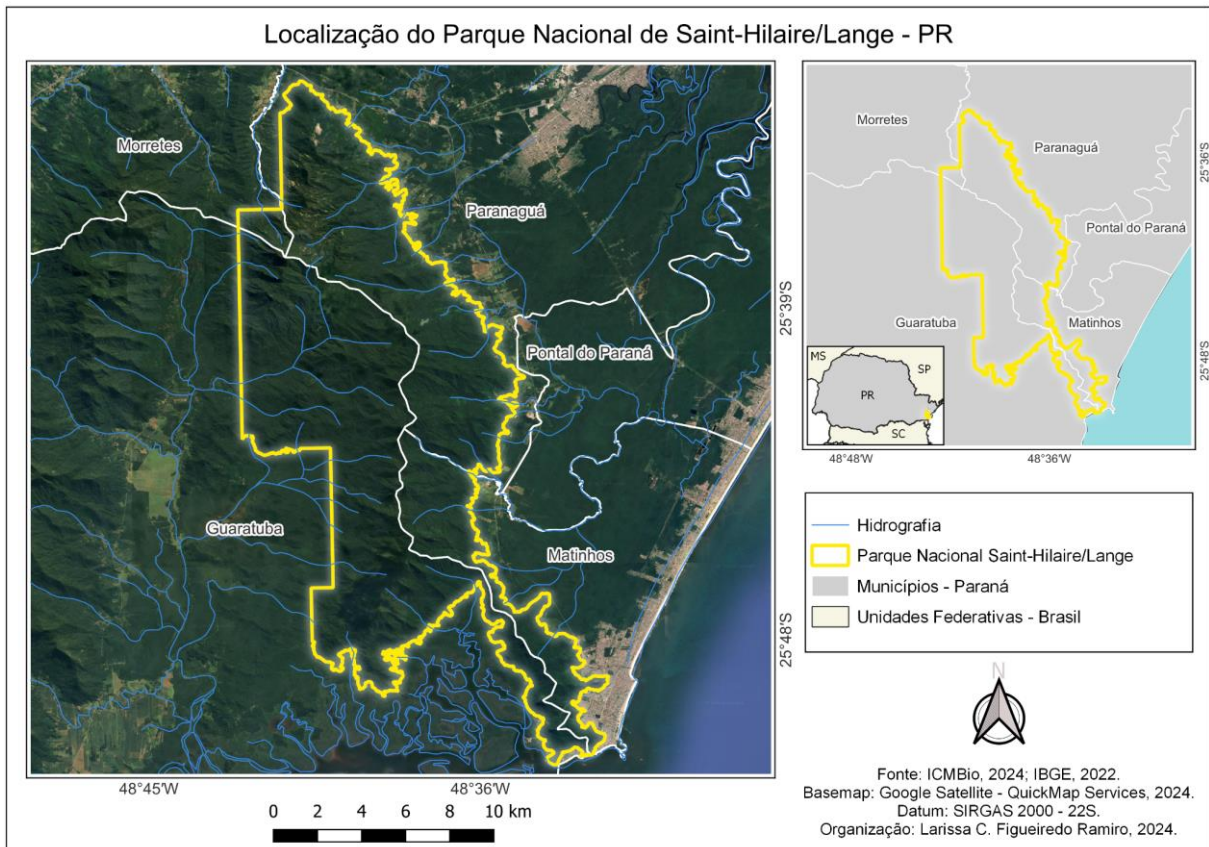


Figura 1: Mapa de Localização do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange - PR.

Fonte: ICMBio, 2024. Organização: Larissa Cristina Figueiredo Ramiro, 2024.

Diante do exposto, o objetivo da presente pesquisa é mapear e analisar a distribuição espacial das infrações ambientais cometidas no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, entre os anos de 2010 e 2024, utilizando-se de técnicas de geoprocessamento para espacialização dos dados.

Justifica-se a realização da presente pesquisa pelo fato de analisar as autuações nesta área protegida, que somam um total de aproximadamente 140 infrações no período observado. Este alto índice, sendo superada apenas pelos autos na Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, que apresenta 248 autos de infração, pelo Parque Nacional do Iguaçu com 247 e pela Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, com 144 autos de infração, reforça a necessidade de ampliar as fiscalizações ambientais, os programas de conscientização e as políticas públicas neste segmento, garantindo uma abordagem integrada que traga menos impactos na biodiversidade local.

METODOLOGIA

Inicialmente, para elaboração desta pesquisa, buscou-se por referências para embasar a discussão teórica referente à questão ambiental no Brasil, Unidades de Conservação e referências quanto ao local da pesquisa.

Em seguida, foi realizado um levantamento das informações relativas aos autos de infração ambiental lavrados pelo ICMBio em âmbito nacional e para o estado do Paraná, buscando verificar os locais em que há maior concentração dos autos de infração nesta unidade federativa.

Com os dados do Paraná, foi elaborado o mapa de densidade de Kernel (Figura 2), que possibilitou um melhor reconhecimento espacial. Essa técnica permite representar áreas de alta e baixa concentração de dados, por meio da interpolação exploratória de informações. Sant'ana *et al* (2014) apontam que essa técnica facilita a visualização de um determinado dado no espaço e verificar suas concentrações. Matematicamente, o índice de densidade de kernel pode ser expresso da seguinte forma:

$$\hat{f}_h(x) = \frac{1}{nh} \sum_{i=1}^n K \left(\frac{x - X_i}{h} \right)$$

K = função de kernel;

h = raio de busca;

x = posição do centro de cada célula do raster de saída;

X_i = posição do ponto i proveniente do centróide de cada polígono;

n = número total de focos de "calor".

Constatou-se que na porção litorânea do estado há grande concentração de autos de infração e, dessa forma, optou-se por focar esta pesquisa no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, visto que é uma das UCs mais afetadas na região.

Os autos de infração utilizados durante a pesquisa compreendem o período de 2010 a 2024, sendo a última atualização realizada pela equipe do ICMBio no dia 03 de outubro deste ano. Adotou-se para elaboração dos produtos cartográficos desta pesquisa o Sistema de Coordenadas UTM Zona 22S, e quanto ao Datum optou-se pelo SIRGAS 2000.

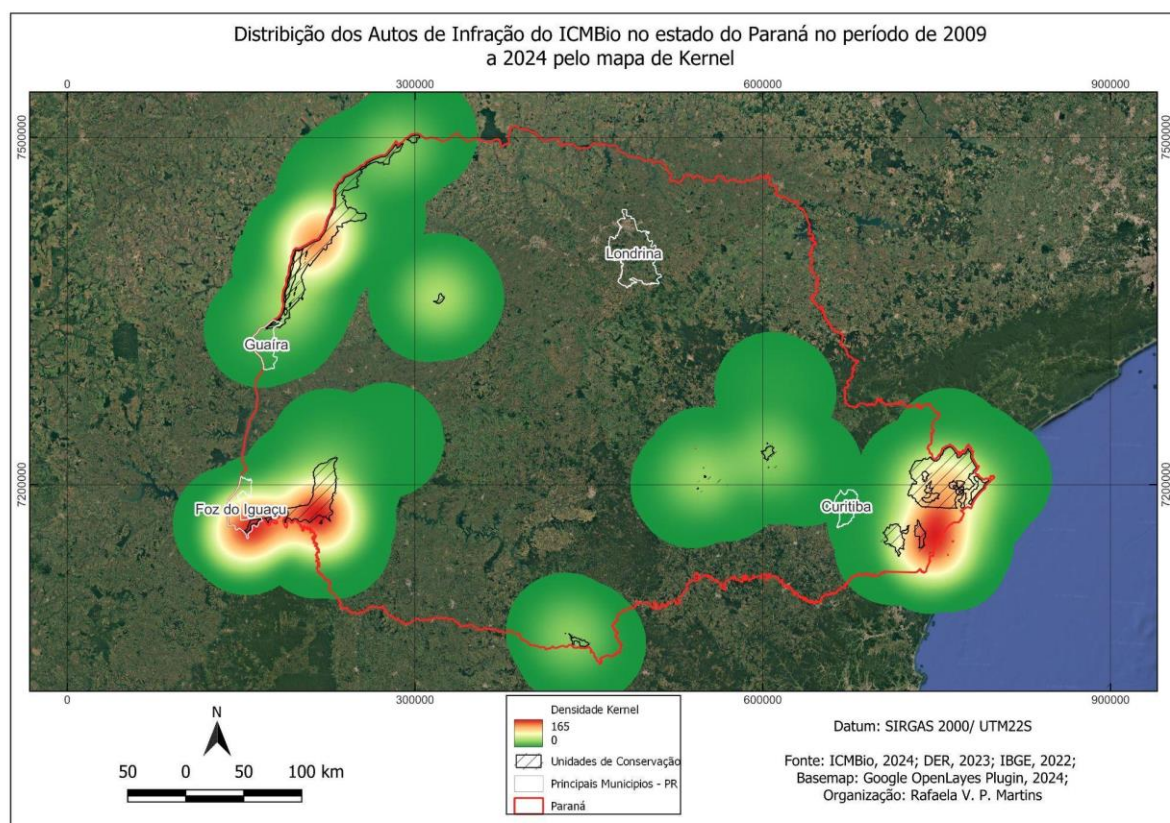


Figura 2: Distribuição dos Autos de Infração do ICMBio no estado do Paraná no período de 2009 a 2024 pelo Mapa de Densidade de Kernel.

Fonte: ICMBio, 2024. Organização: Rafaela V. P. Martins, 2024.

No ambiente SIG, as infrações foram categorizadas de acordo com a Lei de Crimes Ambientais e representadas por simbologias distintas. Na área estudada, foram localizados os seguintes tipos de infração:

- Infrações Contra a Flora;
- Infrações Contra a Fauna;
- Infrações Cometidas Exclusivamente em Unidades de Conservação;
- Infrações Administrativas contra a Administração Ambiental;
- Infrações Relativas à Poluição e outras Infrações Ambientais.

A presente metodologia seguiu por base o proposto por Carvalho *et al* (2022), que pontua que pesquisas deste gênero apresentam abordagem quantitativa e são de cunho exploratório, visando conhecer a realidade de determinado espaço, possibilitando a construção de hipóteses e resolução de problemas.

Busca-se ainda, com este trabalho, discutir a importância do geoprocessamento na análise espacial e na busca por soluções que reduzam os impactos ambientais e contribuam na conservação da biodiversidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação entre sociedade e natureza acompanha a evolução histórica das nações desde os primórdios da humanidade. Segundo Pureza *et al* (2015), embora as relações tenham se alterado com o passar do tempo, sempre se buscou um ordenamento territorial que levasse em conta os recursos naturais. Ao longo dos anos, portanto, surge a necessidade de criar áreas específicas para conservar os remanescentes naturais.

Pureza *et al* (2015) aponta que a definição dessas áreas protegidas foi moldada por fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais, e continua a evoluir. No Brasil, o amadurecimento da conservação ambiental, enfaticamente relacionada à criação de unidades de conservação e das categorias de manejo só começam a ser implementadas no século XX e avançam significativamente no século XXI.

Remontando historicamente as políticas públicas ambientais brasileiras, Salheb *et al* (2009) apresenta que foi durante o governo de Getúlio Vargas que estas começaram a ganhar forma, com a promulgação do Código das Águas e do Código Florestal. Neste mesmo período, pontua Pureza *et al* (2015), foi criado o primeiro parque nacional, nomeado de Parque Nacional do Itatiaia, no ano de 1937, localizado na Serra da Mantiqueira, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Essas primeiras legislações tinham como objetivo estabelecer áreas de preservação permanente e racionalizar o uso de recursos naturais. Com o passar das décadas, visando os interesses dominantes, sofreram diversas mudanças, sendo flexibilizadas por projetos de industrialização que afixaram seus interesses no crescimento econômico (Salheb *et al*, 2009).

Este modelo seguiu-se durante o regime militar, onde a proteção ambiental foi ainda mais reduzida, buscando atrair investimentos internacionais

para o país. Segundo Salheb *et al* (2009), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972 e popularmente conhecida como Conferência de Estocolmo, demonstrou a tensão na posição do Brasil frente às políticas ambientais de outras nações, que não favoreciam o desenvolvimento econômico em detrimento da proteção ambiental.

Pureza *et al* (2015) acrescenta que, nesta Conferência, assumiu-se a responsabilidade de criar um órgão ambiental federal e, desta forma, o Brasil criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), responsável inicialmente por cuidar dos problemas ambientais ligados à poluição e, posteriormente, por implantar unidades de conservação.

Na década de 1980 tem-se outro avanço significativo na política ambiental brasileira, com a promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Em conjunto com a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), o país passou a integrar o desenvolvimento econômico à proteção ambiental, embora com grandes dificuldades e resistências. Ainda nesta década, a Constituição Federal de 1988 consolidou os princípios do desenvolvimento sustentável e fortaleceu o arcabouço jurídico ambiental no Brasil.

Nesta década, segundo Almeida (2014), foi também criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), no ano de 1989, unindo responsabilidades que antes eram fragmentadas em diversos órgãos ambientais. Sua finalidade principal estabelecida foi “[...] formular, executar e fazer executar a PNMA e ainda, preservar, conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais renováveis.” (Almeida, 2014, p.40).

Salheb *et al* (2009) pontuam que na década de 1990 foi criado o Ministério do Meio Ambiente e, graças às pressões internas e internacionais, buscou-se traçar estratégias de equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação. Nesta década foi também promulgada a Lei 9605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. Essa legislação estabeleceu sanções penais e administrativas para condutas e atividades que causassem danos ao meio ambiente. Segundo a legislação, seu principal objetivo é proteger o meio ambiente, prevendo

penalidades para crimes como poluição, desmatamento ilegal, caça e pesca em desacordo com as normas, e outros delitos contra a fauna e a flora (Brasil, 1998).

A legislação mencionada é quem baseia as autuações realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Este órgão é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei 11516/2007. Segundo o Portal O Eco (2013), “A principal missão institucional do ICMBIO é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental através da administração das Unidades de Conservação (UCs) federais.”.

O portal oficial do ICMBio (2020) reforça também que o Instituto tem o poder de polícia ambiental, fiscalizando e aplicando penalidades administrativas pelo não cumprimento de medidas de proteção ambiental ou pela degradação ambiental. Cita ainda que:

A Fiscalização Ambiental faz parte da estratégia de proteção das Unidades de Conservação (UCs), cujo objetivo principal é o aumento da presença institucional nas UCs, fortalecendo as equipes locais e apoiando ações rotineiras a fim de fazer uma proteção adequada das Unidades (Brasil, 2020).

Avançando historicamente, foi o IBAMA o responsável pelo recebimento do estudo da Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), apresentando um primeiro modelo para a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A partir disso, criou-se o Anteprojeto de Lei 2892/1992, que ficou durante oito anos em discussão no Congresso. Almeida (2014) aponta que, após muitas polêmicas, a proposta do anteprojeto resultou na criação do SNUC por meio da Lei 9985 de 18 de julho de 2000.

Conforme pontua Leuzinger (2012), o SNUC é o responsável por estabelecer critérios e normas para criar, implantar e gerir as unidades de conservação. A autora reforça que “[...] A Lei do SNUC significou um grande avanço na gestão pública dos espaços ambientais, tendo em vista ter determinado, ao menos em relação às unidades incluídas no sistema, um regime jurídico definido.” (Leuzinger, 2012, p.68).

Leuzinger (2012) aponta que as categorias de UCs foram subdivididas em dois grupos, sendo elas: I) Unidades de Proteção Integral, com o objetivo de preservar a natureza e permitir o uso indireto dos recursos naturais; II) Unidades de Uso Sustentável, com objetivo de conciliar a conservação ambiental com o uso sustentável.

De acordo com o Portal do ICMBio, compõe cada um dos grupos as seguintes categorias de manejo (Quadro 1):

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque; Refúgio de Vida Silvestre; Monumento Natural.	Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Quadro 1: Categorias de manejo componentes de cada grupo.

Fonte: ICMBio, 2024. Organização: As autoras, 2024.

A gestão das unidades de conservação varia conforme a categoria e localização, sendo atribuída a diferentes órgãos. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o responsável pela administração das áreas federais, enquanto as unidades estaduais e municipais são geridas por órgãos específicos de cada esfera de governo. A administração dessas áreas envolve atividades como planejamento, fiscalização, promoção de práticas sustentáveis, além de ações de educação ambiental e engajamento comunitário.

No estado do Paraná, dentre as UCs federais administradas pelo ICMBio, tem-se 13 no grupo de UCs de Proteção Integral e 28 no grupo de UCs de Uso Sustentável (MMA, 2024). Em busca de analisar os autos de infração e embargos aplicados pelo ICMBio em uma UC deste estado, adotou-se como área de estudos o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, pertencente ao grupo das UCs de Proteção Integral.

O Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange localiza-se no litoral paranaense, nos municípios de Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá. Conforme pontuam Adriano e Campos (2015), esta área foi criada por meio da

Lei 10227/2001 e contempla as montanhas do maciço Serra da Prata, com altitudes que variam de 10 a 1400 metros. O parque é pertencente à Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, sendo caracterizada como uma de suas Zonas de Usos Especiais (Paraná, 2006).

Adriano e Campos (2015) comentam que a área da Serra da Prata é um dos poucos refúgios naturais da região, sendo abrigo de espécies de fauna e flora da Mata Atlântica ameaçadas de extinção, além de espécies endêmicas. Segundo Quadros *et al* (2015):

Responsável pela proteção de 25.118,90 hectares de Mata Atlântica em suas diversas formações - Floresta Ombrófila Densa Submontana, Montana e Altomontana e Campos de Altitude - o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange (PNSHL) foi a primeira Unidade de Conservação (UC) do Brasil a ser criada por Lei (Quadros *et al*, 2015, p.40).

Quadros *et al* (2015) pontua também que o processo de criação do parque foi atípico, por meio da Lei Federal, não contando com a participação social das comunidades do entorno:

Esse processo resultou no estabelecimento de emblemáticos conflitos socioambientais com o entorno da UC e no desconhecimento sobre as implicações que a criação da unidade traria às atividades e aos modos de vida da população local, já que essas questões são discutidas e esclarecidas durante as audiências públicas que antecedem a criação dos Parques Nacionais (Quadros *et al*, 2015, p.41).

Dessa forma, foram necessários grandes esforços na criação do Conselho Consultivo, buscando promover a participação social. De acordo com o MMA (2024), até os dias atuais, o parque não possui plano de manejo, outro importante instrumento para gestão sustentável do parque e estabelecimento de diretrizes que garantam o uso equilibrado dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade. O Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange é fundamental para a conservação dos ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ambiental na região.

Segundo Vikou *et al* (2017) há potencial turístico significativo nesta área, porém há necessidade de investir-se mais em infraestrutura e atividades de educação ambiental, pois as estruturas de serviço e apoio aos turistas apresentam-se deficitários.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diversas atividades realizadas no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e na Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Guaratuba violam as diretrizes de conservação estabelecidas para essas Unidades de Conservação (UCs). Tais ações comprometem a integridade ambiental da região e resultaram em autuações significativas.

A Figura 3, apresenta as autuações registradas dentro e ao entorno do PARNA Saint-Hilaire/Lange no período mencionado. Foi utilizada a ferramenta de classificação por categoria, no software QGIS versão 3.22, a fim de elencar dados de maior relevância por meio do método quantitativo. Assim, os resultados trazem a quantificação dos autos de infração nas categorias tipo de infração, tipo de penalidade aplicada e descrição das autuações que foram recorrentes.

A atividade com maior número de autuações (5) refere-se à prática de motocross, que foi executada contrariando os objetivos de conservação do PARNA Saint-Hilaire/Lange e as normas estipuladas no plano de manejo da APA Estadual de Guaratuba. Essa infração indica um impacto ambiental negativo considerável, que pode prejudicar a fauna e a flora do local, afetando os ecossistemas presentes da área.

Em seguida, ocorreram 3 autuações relativas ao corte de 73 árvores da espécie *Euterpe edulis*, conhecida como palmito-juçara, sem a devida autorização da autoridade competente. Essa ação não apenas representa uma violação grave das normas de proteção ambiental, mas também contribui para a redução de uma espécie que desempenha um papel crucial no ecossistema local, pois as palmeiras juçaras são fundamentais para regulação ecológica, contribuindo na manutenção da fertilidade do solo, fixação de carbono e proteção das encostas contra movimentações de massa.

IV - Investigação espacial dos autos de infração ambiental no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange - PR (2010-2024)

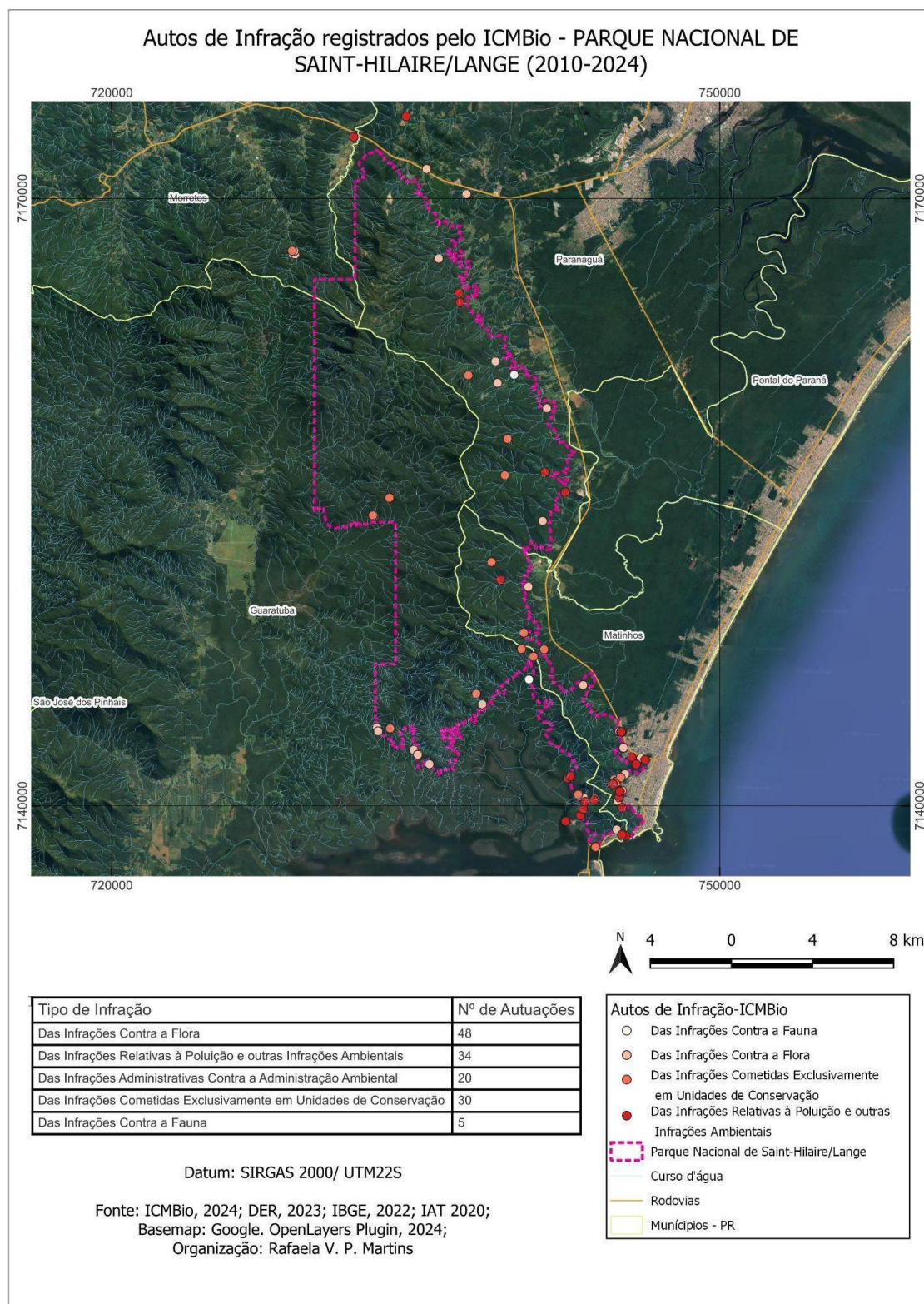


Figura 3 – Autos de infração registrados pelo ICMBio no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange (2010-2024).

Fonte: ICMBio, 2024. Organização: Rafaela V. P. Martins, 2024.

Em outras duas autuações, foi constatado o corte de 13 árvores da espécie palmito jussara, que está listada como especialmente protegida e ameaçada de

extinção. Esta atividade foi realizada no interior do PARNA Saint-Hilaire/Lange, novamente sem a autorização competente.

Outro caso de infração se refere ao recebimento e transporte de 200 árvores de palmito. Essa atividade foi realizada sem a licença necessária, constituindo uma clara infração à legislação ambiental. O impacto da remoção dessa espécie em particular pode ser devastador para o ecossistema devido ao auxílio que essa espécie oferece na regulação ecológica, resultando em 2 autuações.

Adicionalmente, o transporte de 3.750 folhas de guaricana, amarradas em quatro feixes, ocorreu sem a devida autorização no interior da UC. Esta ação também representa uma irregularidade significativa, resultando, também, em 2 autuações. O transporte não regulamentado de produtos de origem vegetal compromete não apenas a sustentabilidade das espécies, mas também a integridade do habitat onde essas plantas estão inseridas.

Por fim, a construção de uma obra, especificamente um alicerce para uma estrutura metálica, foi executada no Morro do Escalvado, localizado dentro do PARNA. Esta atividade foi realizada sem a anuência do órgão gestor, ICMBio, configurando mais uma infração à legislação ambiental e resultando em mais 2 autuações. O desenvolvimento de estruturas sem a devida autorização pode causar impactos ambientais significativos, incluindo a degradação do solo e a alteração do habitat local.

Em resumo, as diversas atividades mencionadas não apenas violam as normas de conservação, mas também comprometem a integridade ecológica da referida Unidade de Conservação. As autuações decorrentes dessas infrações refletem a gravidade das ações e a necessidade urgente de monitoramento e fortalecimento das legislações ambientais para proteger a biodiversidade na região do PARNA Saint-Hilaire/Lange.

As penalidades aplicadas nas Unidades de Conservação são essenciais para garantir a integridade ambiental e desincentivar infrações. Dentre as principais categorias, destaca-se a multa simples, com um total de 91 autuações, que representa a penalidade mais comum e reflete uma ampla gama de infrações.

A multa simples com apreensão, aplicada em 23 casos, combina a penalização financeira com a apreensão de produtos irregulares, sendo vital para a recuperação de espécies ameaçadas. Em 14 ocasiões, foi aplicada a multa simples com demolição, que visa remover construções irregulares e restaurar a área afetada, enquanto a advertência, embora menos frequente (2 autuações), serve como um alerta educativo para infratores, sem demais prejuízos, conforme disposto na Lei de Crimes Ambientais. Por fim, a multa simples com suspensão, registrada em 4 casos, interrompe atividades que possam causar danos adicionais ao meio ambiente. Essa diversidade de penalidades reflete a complexidade do sistema de regulação ambiental e a importância de uma fiscalização eficaz para a proteção dos ecossistemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades irregulares identificadas no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e, conseqüentemente, na Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba evidenciam a necessidade de uma abordagem mais rigorosa para a proteção e conservação dessas áreas. A prática de motocross, o corte indiscriminado de espécies ameaçadas, e a construção não autorizada de estruturas são algumas das ações que comprometem a integridade ecológica e a biodiversidade local.

As diferentes penalidades impostas, como multas, apreensões e demolições, refletem a seriedade dessas infrações e a importância de um sistema de regulação eficaz. No entanto, é fundamental que essas penalidades sejam acompanhadas de medidas educativas e de conscientização, a fim de fomentar um entendimento mais profundo sobre a importância da conservação e o respeito às normas ambientais.

Além disso, a fiscalização deve ser reforçada para garantir que as leis e regulamentos sejam devidamente cumpridos. A colaboração entre órgãos governamentais, comunidades locais e organizações não governamentais é essencial para promover a conservação de forma integrada, garantindo que todos estejam engajados na proteção do meio ambiente.

A proteção das Unidades de Conservação é um desafio contínuo que exige vigilância constante e ações proativas. A mitigação das atividades ilegais não só preserva a biodiversidade, mas também assegura que as futuras gerações possam usufruir dos benefícios ecológicos e sociais que essas áreas proporcionam. Assim, é imprescindível que o compromisso com a conservação seja convertido em ações concretas e efetivas, promovendo um equilíbrio sustentável entre desenvolvimento humano e preservação ambiental.

O geoprocessamento desempenha um papel crucial nas análises ambientais relacionadas às infrações em uma determinada área, pois permite a visualização e a análise espacial dessas infrações de maneira eficaz. Essa abordagem não apenas facilita a identificação de áreas críticas que necessitam de fiscalização e intervenção, mas também permite a correlação com fatores socioeconômicos e ambientais locais, promovendo uma compreensão mais abrangente das causas e consequências das infrações.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, A. P. P.; CAMPOS, L. A. P. **Diagnóstico das relações entre o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e sua zona rural do entorno: uma contribuição para a gestão.** Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Gestão Ambiental) - Universidade Federal do Paraná. Matinhos: UFPR, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/82306/R-G-ANA-PAULA-PEREIRA-ADRIANO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 03 de out. de 2024.

ALMEIDA, F. P. **Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil.** Dissertação (Mestrado) apresentando ao Instituto de Pesquisas Ecológicas para obtenção do título de Mestre em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável. Nazaré Paulista: IPÊ, 2014. 247p. Disponível em: <https://www.escas.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Historico-de-Criacao-das-Categorias-de-Unidades-de-Conservacao-no-Brasil.pdf>. Acesso em 03 de out. de 2024.

BRASIL. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br>. Acesso em 11 de set. de 2024.

BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Educação Ambiental - SNUC.** Portal Online. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>. Acesso em 03 de out. de 2024.

BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Fiscalização Ambiental. Portal Online. Disponível em:

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/protecao/fiscalizacao-ambiental#:~:text=A%20Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental%20faz%20parte,par%C3%A2metro%20as%20%C3%A1reas%20protegidas%20e>. Acesso em 25 de out. de 2024.

BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Quem foi Chico Mendes.** Portal Online. Disponível em:

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/quem-foi-chico-mendes>. Acesso em 25 de out. de 2024.

BRASIL. **Lei N°9605 de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasil: Congresso Nacional, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 12 de set. de 2024.

BRASIL. **Lei N°9985 de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasil: Congresso Nacional, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em 11 de set. de 2024.

BRASIL. **Painel de Unidades de Conservação Brasileiras.** 2024. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em 11 de set. de 2024.

CARVALHO, A. C. P.; SILVA, R. A.; SANTOS, A. B. I.; ROCHA, M. B.

Panorama das infrações ambientais em Unidades de Conservação federais do Rio de Janeiro. **Revista Terra e Didática**, Campinas, v.18, 2022. 1-13p.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8669977/30303>. Acesso em 13 de set. de 2024.

PARANÁ, DER. Mapas Rodoviários, 2023. Disponível em:

<https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Mapas-Rodoviarios> Acesso em 03 de out. de 2024.

ICMBIO. Dados geoespaciais de referência da Cartografia Nacional e dados temáticos produzidos no ICMBio, 2024. Disponível em:

https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados_geoespaciais/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais. Acesso em 03 de out. de 2024.

PARANÁ. INSTITUTO ÁGUA E TERRA. Mapas e Dados Espaciais: Bacia Hidrográfica Litorânea, 2020. Disponível em:

<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Mapas-e-Dados-Espaciais>. Acesso em 11 de out. de 2024.

IBGE. Malha Municipal Digital. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em 03 de out. de 2024.

LEUZINGER, M. D. Breve Panorama da Legislação Ambiental Brasileira. *In*: WWF Brasil; IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. **Gestão de Unidades de Conservação**: compartilhando uma experiência de capacitação. Brasília: WWF Brasil, 2012. 57-74p. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/gestao_de_unidades_de_conservacao.pdf. Acesso em 03 de out. de 2024.

PARANÁ. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2006. 259p. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/plano_de_manejo_ap_a_de_guaratuba.pdf. Acesso em 11 de out. de 2024.

PUREZA, F. et al. Processos de Categorização das Unidades de Conservação no Brasil. *In*: PUREZA, F. et al. **Unidades de Conservação**: fatos e personagens que fizeram a história das categorias de manejo. 1ª ed. São Paulo: Matrix, 2015. 35-164p.

QUADROS, J. et al. Participação social na criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil: o caso do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v.6, n.3, 2015, p.32-49. Disponível em: doi:10.18472/SustDeb.v6n3.2015.16318. Acesso em 03 de out. de 2024.

SALHEB, G. J. M. et al. Políticas públicas e meio ambiente: reflexões preliminares. Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 1, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/233923400>. Acesso em 02 de out. de 2024.

SANT'ANA, R. M. S.; CARVALHO, S. S.; JESUS, A. B. Espacialização das ocorrências da companhia de polícia de proteção ambiental – COPPA, através do uso de geotecnologias. **Revista Eletrônica**: tempo, técnica e território, v. 5, p.62-71, 2014.

VIKOU, S.V.P.; CHEMIN, M.; ABRAHÃO, C.M.S. Turismo e parques no litoral do Paraná (Brasil): Breve estudo sobre o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v.5, n.1 2017. 61-80p. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/8591>. Acesso em 11 de out. de 2024.

CAPÍTULO V

A INVISIBILIDADE DA MULHER NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESAFIOS PELA FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO³

Andrea Cristina Fontes Silva
Ideni Terezinha Antonello
José Paulo Peccinini Pinese

INTRODUÇÃO

Para pensar o planejamento territorial, é necessário considerar gênero como eixo transversal, fator fundamental para minimizar desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades marcantes não somente no Brasil, mas em toda a América Latina e Caribe (Segovia e Williner, 2016).

Mas por que considerar a temática de gênero como eixo transversal no processo de planejamento?

De acordo com Segovia e Williner, a relação com o território afeta a qualidade de vida de mulheres e homens. Porém, as diferenças culturais e sociais, o impacto das condições de território afeta a qualidade de suas vidas de forma distinta e desigual.

Como as autoras inferem:

Num processo de planejamento territorial, a abordagem de gênero deve ser um eixo transversal, que atravessa todas as fases, desde o seu início até à monitorização e avaliação do impacto da intervenção. Esta perspectiva permite-nos identificar os problemas a abordar, definir estratégias e objetivos e desenhar metodologias e ações a implementar. Da mesma forma, orienta na tomada de decisões e nos procedimentos aplicados no processo pelos atores envolvidos (Segovia e Williner, 2016, pg. 55).

³ Artigo desenvolvido ao final da disciplina de doutorado 2GEO 298 – Planejamento Urbano e Regional, sob a responsabilidade da docente Ideni Terezinha Antonello.

Sendo assim, há de se utilizar, nesse processo, ferramentas para identificar as desigualdades de gênero e verificar tendências temporais para que o planejamento territorial minimize as lacunas existentes entre homens e mulheres.

Nesse sentido, os impactos da invisibilidade da mulher no processo de planejamento e a relação com o saneamento serão a temática deste artigo ao discutir a relevância do Planejamento Territorial sob o olhar das questões de gênero, considerando as metas e indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 5 e 6.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do referido texto, houve levantamento bibliográfico que corrobora com a perspectiva da invisibilidade da mulher no processo de planejamento territorial, considerando como referencial o manual desenvolvido pela CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe: "Território e Igualdad - Planificación del Desarrollo con Perspectiva de Género.", além de pesquisa documental, com enfoque na análise da relação entre saneamento e gênero.

O levantamento bibliográfico foi correlacionado a dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a partir de 2022, principalmente no que tange à gênero e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Por fim, foram balizadores desse estudo, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 6 - Água Potável e Saneamento - e ODS 5 - Igualdade de Gênero, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A IMPORTÂNCIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL SOB O OLHAR DE GÊNERO, CONSIDERANDO OS ODS 5 E 6

Para Segovia e Williner (2016), deve-se olhar para as diferenças, sejam elas biológicas, culturais ou sociais, e para as necessidades estabelecidas entre homens e mulheres, buscando equidade. A temática trata-se de um eixo transversal em todo o processo de planejamento, contribuindo para proposta de ações que atendam às necessidades de ambos os gêneros.

Deve-se, em fase inicial, identificar aspectos relacionados com problemas e insatisfações, considerando as demandas específicas de ambos sexos. De acordo com as autoras supracitadas, não realizar a consideração de gênero no planejamento é agir como se os grupos fossem homogêneos, com as mesmas necessidades, o que não condiz com a realidade vivenciada. É importante considerar que homens e mulheres não são afetados da mesma forma.

Caso o planejamento territorial seja pensado de maneira supracitada, há a perpetuação de lacunas consolidadas social e culturalmente.

Ainda de acordo com Segovia e Williner, o processo de planejamento deve começar pelas necessidades explícitas no território, no âmbito local, enxergando as demandas distintas para homens e mulheres.

Tal necessidade está alinhada aos ODS, especialmente ao ODS 5 que objetiva: fim da discriminação, eliminar violência; reconhecer e valorizar trabalho doméstico; igualdade no âmbito político, econômico e público; direito de recursos econômicos, acesso a propriedade da terra e outros bens e serviços; uso de tecnologia instrumental.

Olhar para o planejamento territorial, também exige considerar o saneamento. De acordo com Britto (2011), os municípios precisam estruturar os Planos Municipais de Saneamento Básico, complementando a Política Municipal de Saneamento, explicitada nos Planos Diretores Municipais, estes últimos, integradores do saneamento e planejamento urbano:

Para que a articulação entre desenvolvimento urbano e ampliação do acesso ao saneamento ambiental se concretize, entre as ações necessárias à elaboração dos Planos Diretores destacam-se a elaboração de um diagnóstico dos serviços de saneamento e o levantamento das infraestruturas existentes no município. Esse diagnóstico, além de construir um quadro da situação existente, deve também ter um caráter prospectivo, avaliando em que medida os serviços e infraestruturas existentes atuam como limitadores do desenvolvimento urbano e propondo programas e ações para enfrentar este problema (Britto, p. 128).

Vale acrescentar que, no Brasil esses instrumentos de planejamento territorial, ainda desconsideram o viés de gênero, fator que deve ser observado uma vez que, quando nos debruçamos sobre as estatísticas de gênero e saneamento, temos escancaradas diversas lacunas, como verificaremos abaixo.

O ODS 6, “Água Potável e Saneamento” possui oito metas, porém, três delas possuem uma relação mais estreita com a temática aqui abordada, sendo as metas 6.1, 6.2 e 6.b, sobre as quais discorreremos a seguir.

Meta 6.1: Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando se fala do acesso ao saneamento, são maiores os desafios para as mulheres devido ao machismo estrutural da sociedade brasileira em relação aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, que exige muito mais da mulher, conforme é possível constatar no gráfico 1:

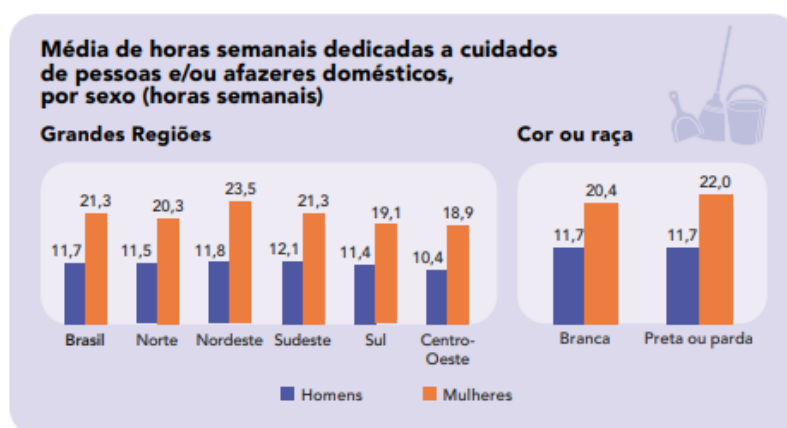


Gráfico 1: Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo (horas semanais) e raça.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2022.

Realizar afazeres domésticos e cuidar de crianças, doentes e idosos exige água tratada. A indevida coleta e tratamento de esgoto também aumenta a dificuldade para o sucesso desses afazeres.

Quando não há o fornecimento regular de água tratada, são as mulheres que dedicam mais horas diárias para tentar viabilizar o acesso à água de formas alternativas e são elas quem mais precisam lidar com a precariedade da falta de saneamento.

Há uma intersecção dessa desigual distribuição de tarefas domésticas com o ODS 5 “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, em sua Meta. 5.4 que defende:

Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias. (IPEA, 2024)

Historicamente, os trabalhos domésticos foram atribuídos às mulheres; tal perspectiva ainda é naturalizada, mesmo com as mulheres também atuando no mercado formal de trabalho. Porém, essa divisão desigual hierarquiza a relação entre homens e mulheres conferindo superioridade aos homens por, socialmente, o trabalho executado fora de casa ser considerado de maior valor.

Extrapolando a questão de acesso ao saneamento, o fato de as mulheres serem as que mais se debruçam sobre esses afazeres e cuidados com pessoas, interfere na participação ativa das mulheres no mercado de trabalho, fator importante para a garantia de autonomia em uma sociedade capitalista:

A maior dedicação às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos acaba por restringir uma participação mais ampla das mulheres no mercado de trabalho. Em 2022, a taxa de participação das mulheres ...no mercado de trabalho (ocupadas ou em busca de trabalho e disponíveis para trabalhar) foi de 53,3%, enquanto entre os homens esta medida chegou a 73,2%, em média, uma diferença de 19,8 pontos percentuais (p.p.). Esse patamar elevado de desigualdade se manifestou tanto entre mulheres e homens brancos quanto entre pretos ou pardos (IBGE, 2024, p. 3).

Vale lembrar ainda que o nível de ocupação de mulheres entre 25 e 54 anos tem interferência dos cuidados com crianças até 6 anos de idade “Em 2022, o indicador para mulheres ... com crianças ... era 9,6% menor do que para mulheres que residiam em domicílios sem crianças” (IBGE, 2024, p. 4).

Além da distinção de gênero, raça ou cor são nuances a serem consideradas quando olhamos para as mais diversas regiões do país ou quando tratamos das desigualdades, porém, não abordaremos essa pauta nesse instante.

Voltando ao ODS 6, o indicador que responde à essa meta 6.1 no Brasil, é o “6.1.1: proporção da população que utiliza serviços de água gerenciados de forma segura” aponta que houve melhoras nos últimos anos, entretanto, ao pensarmos o território, também há disparidades entre as diversas regiões do país, principalmente quando abordamos o rural x urbano, um outro fator a se considerar no âmbito do planejamento territorial:

Destaca-se também que a qualidade da água para o consumo humano não é uniforme no país, como mostram os dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2023), os quais cobrem, por amostragem, 82% da população. O índice de ausência da bactéria que indicaria contaminação fecal da água (*Escherichia coli*) é de 99% para as áreas urbanas, denotando padrão adequado. Por sua vez, no meio rural o índice de adequação para *E. coli* é de apenas 75% (IPEA, 2024, p.9).

Ou seja, mais uma vez é evidente de se pensar o território em suas singularidades, inclusive no que tange ao saneamento.

Outra meta do ODS 6 a se considerar neste artigo é a 6.2: “Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos...com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade”.

Observando o indicador que analisa o atendimento essa meta: Indicador 6.2.1a: proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura.” fica evidente que houve uma melhora no atendimento da população com serviços de saneamento básico, especialmente no que diz respeito à coleta e tratamento de esgoto, entre os anos de 2015 e 2024 (IPEA, 2024, p. 10).

Porém, de acordo com dados levantados relatados pelo IPEA:

Em todo o Brasil, há sistemas precários de coleta, tratamento e destinação final dos esgotos, o que representa outro desafio para o avanço no saneamento básico no país. De acordo com os dados do IBGE (2020) - PNAD de 2019 - apenas 52,08% da população teve coleta e algum tipo de tratamento de esgotos domésticos lançados em rede pública (incluindo fossas sépticas ligadas à rede), enquanto 20,2% da população utilizava fossas sépticas não ligadas à rede. Há uma grande disparidade no índice por regiões. A estimativa do IBGE é de que há cerca de 5 milhões de pessoas sem as condições básicas de higiene, ou seja, sem banheiros e equipamentos para lavar as mãos com água e sabão regularmente (IPEA, 2024, p.10).

A defasagem da população sem coleta e tratamento de esgoto ainda é muito significativa no país. E no que concerne às desigualdades de gênero, elas ocorrem em todos os estágios da vida da mulher, da sua infância à sua velhice. Por isso é tão importante dar atenção às necessidades especiais das mulheres com relação ao direito à água e ao esgotamento sanitário nas diferentes fases de sua vida.

É fundamental observar que a desigualdade de gênero no acesso aos serviços de água e de coleta de esgoto afeta também outros direitos humanos, como o direito das mulheres à saúde, segurança, moradia adequada, educação e alimentação.

Essa desigualdade está na base do conceito de pobreza menstrual, que é definida como a falta de condições materiais e sanitárias para a realização da higiene pessoal durante o período menstrual. (TRATABRASIL, 2022 p. 3)

Entretanto, apesar dos desafios, de acordo com o último levantamento do IBGE, a mulher segue sendo a que possui melhores índices de escolaridade.

Conforme o Gráfico 2 ilustra, embora as mulheres tenham melhores índices de conclusão de estudos - inclusive em nível superior - seguem com salários mais defasados, outro fator que reitera as lacunas ainda presentes entre homens e mulheres. (IBGE, 2024), mantendo as lacunas cujo combate é apregoado pelo ODS 5.

De acordo com o exposto na tabela, mesmo entre as atividades ocupadas prioritariamente por mulheres, como Educação, Saúde humana e seguridade social, o rendimento médio do trabalho em cargos gerenciais é menor para as mulheres ao comparado ao salário dos homens. (IBGE, 2024).

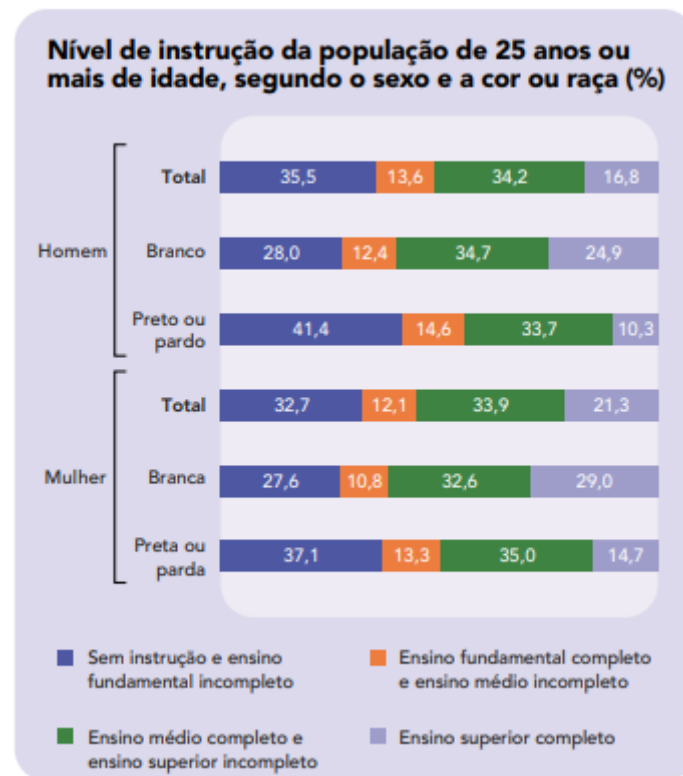


Gráfico 2: Nível da população de 25 anos ou mais de idade, segundo sexo e a cor ou raça (%).

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2022.

Já no que tange à meta 6.b: “Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento.”, que é estritamente vinculada a diversidade de forma de uso e ocupação territorial, de acordo com o IPEA (2024), o indicador “6.b.1 – Participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento.”, não teve evolução e, em parte, seu resultado foi impactado pela pandemia de COVID-19. Não houve alterações significativas em suas perspectivas globais, quiçá no que diz respeito à diversidade de gênero.

No âmbito do controle social, vale também salientar o ODS 5, e o especificado na Meta 5.5 de:

Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas (IPEA, 2024).

A meta 6.b narra a participação de comunidades locais sem fazer discernimento sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Já a meta 5.5 reitera a necessidade de maior participação da mulher na esfera pública, considerando as dimensões política e econômica como dimensões onde deve-se buscar o atingimento de tais metas.

Grupos de atividades econômicas	Distribuição percentual das pessoas ocupadas em cargos gerenciais (%)		Rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas em cargos gerenciais (R\$)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	60,7	39,3	8 378	6 600
Seções da CNAE Domiciliar				
A - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	84,2	15,8	4 456	5 733
B,C,D - Indústrias extrativas; Indústrias de transformação; Eletricidade e gás	69,0	31,0	8 103	6 411
E - Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	80,5	19,5	6 345	6 944
F - Construção	73,6	26,4	10 026	6 593
G - Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas	65,1	34,9	6 007	5 936
H - Transporte, armazenagem e correio	79,0	21,0	10 419	5 333
J - Informação e comunicação	70,3	29,7	11 204	11 111
K - Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	51,7	48,3	11 182	7 486
L - Atividades imobiliárias	54,7	45,3	10 202	6 377
M - Atividades profissionais, científicas e técnicas	46,1	53,9	8 718	6 547
N - Atividades administrativas e serviços complementares	64,5	35,5	9 385	10 086
O - Administração pública, defesa e seguridade social	64,8	35,2	7 030	5 963
P - Educação	30,6	69,4	7 145	5 647
Q - Saúde humana e serviços sociais	30,0	70,0	8 564	5 213
I,R,S - Alojamento e alimentação; Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços	62,6	37,4	5 534	5 358

Tabela 1: Distribuição das pessoas ocupadas em cargos gerenciais, rendimento médio do trabalho principal e razão de rendimento, por sexo, segundo os grupos de atividades econômicas.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2022.

No Brasil, as mulheres constituem 52,7 do eleitorado e obtiveram aumento na representatividade na Câmara Federal, com 17,9 de deputadas federais no final de 2023, porém: “o Brasil encontra-se na 133^a posição de um ranking com dados para 186 países, sendo o último colocado entre os países da América Latina.” (IBGE, 2024, p. 11).

Vale salientar, como Segovia e Williner enfatizam, que a América Latina e Caribe seguem enfrentando grandes desafios, constituindo a região com pior distribuição de renda no mundo e, soma-se a isso, o multiplicar das desigualdades, incluindo, de forma significativa, as desigualdades de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debatermos questões de gênero no processo de planejamento territorial sob a perspectiva de gênero e à luz das metas e indicadores dos ODS 5 e 6, fica latente o quanto ainda há a invisibilidade da mulher neste processo. Invisibilidade que carece ser reconhecida para a transposição de tamanha lacuna.

Vale salientar, como dito anteriormente que, devido a condições culturais, as mulheres são afetadas de formas distintas, uma vez que o machismo estrutural ainda nega às mulheres igual ascensão na carreira; são elas as mais responsáveis pelos cuidados com crianças e idosos e etc.

Por conta da manutenção de desigualdades, as mulheres seguem sendo as mais afetadas quando tratamos da falta de acesso ao saneamento básico e, por conseguinte, são elas as que sofrem também maiores impactos na saúde, alimentação, moradia adequada e até mesmo, na segurança.

Assim sendo, vale a recomendação de que os ODS sigam sendo a “bússola para um novo paradigma, com a igualdade de gênero e empoderamento de mulheres...” (Segovia e Williner, 2016, p. 07) e que o Manual seja, de fato, utilizado como norteador do processo de planejamento do desenvolvimento sob a perspectiva de gênero. Somente assim, há possibilidade de atingir uma sociedade mais sustentável, diminuindo as fissuras existentes entre indivíduos, grupos sociais e países.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico. **ODS 6 no Brasil: visão da ANA sobre os indicadores. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.** – 2. Ed. Brasília: ANA, 2022.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estatísticas de Gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** 3. ed. 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf Acesso: 14 jul. 2024.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 6: assegurar a disponibilidade e a**

gestão sustentável da água e do saneamento para todas e todos. Brasília: Ipea, 2024. 19 p. (Cadernos ODS, 6). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS6>

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2024.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods6.html#coll_6_1 Acesso em 21/07/2024.

BRITTO, Ana Lucia. **Saneamento Ambiental nos Planos Diretores Municipais.** In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves & MONTANDON, Daniel Todtmann (orgs.). Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. p. 127-153.

SEGOVIA, Olga & WILLINER, Alícia. **Território e Igualdad - Planificación del Desarrollo con Perspectiva de Género.** Impreso en Naciones Unidas, Santiago 2016.

TRATABRASIL. **O Saneamento e a vida da mulher brasileira.** Disponível em: https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio_Completo_-_2022.pdf Acesso em 28/07/2024.

CAPÍTULO VI

SKATE E CIDADANIA: O PAPEL DO PROJETO "SKATE MONTE ALTO" NA INCLUSÃO SOCIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA

Victoria Zaupa Montini
Ideni Terezinha Antonello

INTRODUÇÃO

O skate, uma prática que combina lazer, aventura e transgressão dos espaços urbanos, tem sua história marcada por transformações culturais profundas. Embora não se possa estabelecer uma data exata para o surgimento do skate, tanto no Brasil quanto no mundo, há consenso sobre a sua ligação com o surf californiano e sua popularização entre os jovens a partir da década de 1970. No Brasil, o skate passou por um processo de esportivização, sem deixar de carregar consigo aspectos de uma cultura juvenil emergente e contestadora.

O presente estudo busca compreender como o skate, inicialmente visto como uma atividade subversiva, foi gradualmente aceito e incorporado à cultura urbana brasileira. Além disso, o trabalho visa entender como a prática do skate pode ser uma ferramenta de inclusão social, principalmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Para isso, foi feito um estudo de caso do projeto "Skate Monte Alto - Fazendo Acontecer", localizado em Monte Alto, São Paulo, que utiliza o skate como instrumento de transformação social para crianças e adolescentes em situação de risco.

A análise da história do skate, baseada em autores como Brandão (2014), Honorato (2004) e Machado (2022), oferece um panorama sobre as relações entre juventude, cultura e urbanização, fundamentais para contextualizar o surgimento dessa prática no Brasil. O trabalho se desenvolveu com os seguintes procedimentos metodológicos: (1) revisão bibliográfica a respeito da história do skate; (2) trabalho de campo; (3) entrevista semiestruturada com idealizador do projeto e (4) análise e discussão dos dados obtidos em campo.

Por meio do estudo de campo e entrevista, foi possível explorar as múltiplas dimensões do skate, tanto como esporte quanto como agente de transformação social e cultural. Nesse sentido, o presente trabalho está dividido em duas partes: (1) compreensão do histórico do skate no Brasil e (2) caracterização do local estudado e discussão dos dados que foram obtidos durante o campo.

Nesse sentido, Gratão (2002) contribui para a legitimação desta metodologia ao afirmar que o observador ao ir a campo se coloca em contato direto com o fenômeno, “[...] o observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma reação face a face com os observados. Nesse processo ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto”, ou seja, os vícios trazidos, por exemplo, pelo referencial teórico consultado podem ser fortalecidos ou questionados.

A presente pesquisa se justifica pois em um contexto social esta pesquisa visa abordar a inclusão de grupos culturais marginalizados no espaço urbano. Os skatistas desempenham um papel fundamental na construção das identidades urbanas, oferecendo valiosas lições sobre a promoção da diversidade cultural. Para além do social, esta pesquisa estabelece um diálogo íntimo com a vivência de quem participa ativamente da cultura do skate de rua. Através dessa perspectiva, a pesquisa oferece uma visão amplificada do espaço urbano e seu uso, destacando o skate como uma ferramenta libertária que não apenas influencia, mas também se manifesta no próprio espaço, ilustrando a importância dessa cultura como agente transformador na vida das cidades.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

COMPREENDER O PASSADO PARA EXPLICAR O PRESENTE: BREVES REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DO SKATE NO BRASIL

Apesar das inúmeras dúvidas a respeito do surgimento do skate no mundo e sua ligação direta com o surf californiano, é possível evidenciar as relações entre as duas modalidades. Brandão (2014) afirma em seus escritos que

foi a partir do final da década de 1960 que a maioria dos chamados “esportes californianos” passa a convidar uma quantidade significativa de jovens para a sua prática, tendo uma parcela generosa da juventude brasileira atraída para eles.

Essa onda de esportes ganhando a atenção de jovens de todos os lugares, pode ser explicada por meio da história como um momento de grandes mudanças comportamentais e que foram articuladas devido à ascensão da juventude enquanto uma categoria social. O autor ainda evidencia que tais ascensões podem ser explicadas na Europa, Estados Unidos e Brasil por alguns motivos, sendo eles: a) o aumento no número divórcios; b) crescente quantidade de famílias monoparentais; c) aumento da venda de anticoncepcionais. No entanto, Brandão (2014) ressalta que as maiores e mais importantes mudanças, ocorreram no campo da cultura juvenil que mais tarde, indica um profundo desequilíbrio na relação entre as gerações.

Ainda a respeito da “cultura jovem” Brandão (2014) chama a atenção para percebermos a realidade que estava se desenhando naquele momento, ou seja, uma juventude que nasce permeada pelos escombros de guerra e que nesse cenário, propõe um novo “*modus vivendi*” logo, novas formas de pensar, agir e sentir no meio social. Portanto, cabe salientar que “[...]as tragédias decorrentes da guerra trouxeram consequências que se fizeram presentes em diversas esferas da cultura, alterando percepções e possibilitando posicionamentos sociais mais diferenciados” (Brandão, 2014, p.26).

Tais posicionamentos e novas ideias podem ser observados, por exemplo, com a importância do *Rock and roll*, que se torna uma potente forma de expressão cultural a partir da segunda metade do século XX, com marcas severas da Segunda Guerra Mundial, apresenta uma postura diferente do conservadorismo social, cultural e estético daqueles vigentes até então. Não somente o ritmo musical traduzia o surgimento dessa “cultura jovem”, Brandão (2014) inclui o cinema, que auxiliava esses jovens no período pós-guerra a exercer a liberalização e rebeldia, que por meio de canais de expressividade, práticas sociais e atitudes cotidianas, reivindicavam um mundo que não mais aquele da guerra e militarismo. Ainda, o autor ressalta que foi um momento que propiciou

o surgimento de aspectos precursores de movimentos como: ecologia, antipsiquiatria, feminismo, movimentos LGBTQIA+, e outros que seriam desenvolvidos futuramente.

Para além da geração de uma nova ética cultural jovem, que buscava novas esperanças e novos sonhos de liberdade, Ridenti (2005) aponta que condições materiais de vida propiciaram uma série de mudanças que fortalecem novas formas de ações políticas e culturais, principalmente no Brasil, na década de 1960, pois segundo o autor, apresentava uma “[...]crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, aumento quantitativo das classes médias e acesso crescente ao ensino superior” (Ridenti, 2005, p. 156).

Com base neste pequeno retorno ao processo histórico para adentrar na compreensão da ascensão da juventude enquanto uma categoria, é possível abarcar que foi nesse contexto marcado pela revolução cultural, pela contracultura e grupos de contestação ao regime militar, que muitas atividades ganharam destaques, dentre elas: o skate.

A rápida expansão do skate no Brasil, bem como as demais atividades praticadas na Califórnia, “beneficiou-se, portanto, desse contexto que engloba o enfraquecimento dos ideais revolucionários juvenis pós AI-5 e o aumento da influência cultural norte-americana no país” (Brandão, 2014, p.30). Nesse sentido, conforme evidencia Carmo (2003) é durante os anos de 1970 que a cultura urbana cresce, a linguagem em quadrinho toma as ruas na forma de grafites, patins e skates.

Observa-se que o skate, visto como um misto de lazer e aventura, desafiava o período ditatorial, que era marcado por um maior controle social e comportamental, e oferecia aos praticantes uma alternativa para manifestarem seus desejos em público.

Embora seja impossível especificar uma data do surgimento do skate no Brasil e no mundo, Brandão (2014) deixa explícito que o skate só angariou uma grande quantidade de praticantes após o ano de 1972, tal marco se torna relevante, pois foi justamente nesse ano que ocorreu uma grande inovação no material que compunham as rodinhas de skate, as quais até então, eram feitas de

borracha, ferro ou argila. Tal inovação, foi a introdução do uretano, que segundo o autor foi um “[...]feito realizado por Frank Nasworthy, um engenheiro químico natural de Encinitas, Califórnia/EUA, que possibilitou com que as rodinhas do skate, antes escorregadias e vagarosas, pudessem ficar mais aderentes ao asfalto e assim alcançarem mais velocidade” (Brandão, 2014, p.34)

Conforme podemos observar nos escritos trazidos, é possível concordar com Honorato (2004) que em meio a uma história emblemática que é o surgimento do skate, o que se pode afirmar sobre é que tanto ela como outras atividades ditas “radicais” estão associadas a um processo de transformação dos comportamentos das sociedades, ao qual o autor coloca tecnicamente de “processo civilizador”, ressaltando ainda que, é um processo a longo prazo e envolve alterações nas relações sociais e modos de vida.

As informações coletadas pelos autores, a fim de investigar a história do skate no Brasil, se dá por meio da revisão de revistas de skate, pois segundo Brandão (2014) ao analisar essas múltiplas vozes que tais mídias tão segmentadas traz, é possível capturar uma noção que não é de fora para dentro, mas sim, de dentro para fora, ou seja, possibilita o contato íntimo com as representações desses grupos, que evidenciam suas expectativas e também os fascínios.

Portanto, dentre as possíveis datas, Honorato (2004) traz as memórias de alguns skatistas como: Marcelo e Luizito Neiva, Marcelo “Bruxa”, Alexandre e Erivaldo que desciam as ladeiras da Maria Angélica e Cedro, no Rio de Janeiro, no ano de 1974, sendo importantes marcadores desse início do skate no Brasil. Um ano mais tarde, a revista Tribo Skate 5 registra o possível marco do início do processo de esportivização da modalidade no Brasil, que refere-se ao primeiro grande campeonato de skate, realizado em outubro de 1975, em Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

Como bem ressalta o autor, o processo de esportivização, que pode ser entendido com a introdução dos campeonatos, pode ser visto para além de uma questão ideológica, pois por meio dessas atividades é que se torna possível demonstrar outras dimensões a serem consideradas dentro da modalidade, que

se trata da propagação da atividade, maior sociabilidade entre os praticantes, novas maneiras de sentir e fazer o skate e novos comportamentos sociais.

Ainda que de maneira multifacetada e muitas vezes controversa, a história do skate passa a desenrolar pelo mundo, com sua identidade cada vez mais diversificada e ao mesmo tempo, com singularidades inegociáveis. Não é o objetivo do presente trabalho discutir o processo de esportivização do skate, tampouco as questões de controle urbanística que as construções de pistas ganhou ao longo do tempo, no entanto, é de total concordância com Brandão (2014) quando expõe que

Se compreendermos por esse prisma a história do skate (e quem sabe seja possível pensarmos deste modo outras práticas de deslizamentos ainda não historicizadas), talvez isso nos ajude a refletir melhor sobre muitas das transformações engendradas nesses últimos anos, em especial aquelas que dizem respeito à proliferação de culturas juvenis (tribos urbanas) e suas experiências corporais subjetivas (Brandão, 2014, p. 205).

Portanto, optou-se por trazer as contribuições de Honorato (2014) e de Brandão (2014) ainda que ambos estejam falando de um viés diferente, ou seja, o primeiro focado a respeito da história da esportivização do skate e o segundo, uma crítica contundente a esse processo de esportivização, que segundo ele, muitos agentes envolvidos com o skate, procuraram conduzir a prática ao porto seguro a qual denomina como esporte, essa condução nunca chegou a ser total, unânime ou linear, ou seja, Brandão (2014) expõe que essa atividade se constitui articulada à vivência de uma nova condição juvenil e uma inédita utilização do corpo nos espaços urbanos.

Ainda assim, compreender a história dessa prática, perpassa também, reconhecer os processos e conflitos que disputam a prática, pois como bem fora supracitado, o skate é incapaz de ser definido como algo exato, está longe de ser uma prática que possa ser categorizada. Nesse sentido, sua história se desenrola da mesma forma, com suas nuances e acontecimentos. Nesse contexto, no próximo tópico se volta para o projeto de inclusão social que envolve o skate.

CONTEXTUALIZANDO O PROJETO SKATE MONTE ALTO - “FAZENDO ACONTECER”

A retomada histórica em torno do skate se faz necessária para compreender as relações entre cultura, política e sociedade e espaço urbano, evidenciando de que maneira o skate ao longo do tempo foi sendo incorporado cada vez mais como uma prática de libertação para os praticantes além disso, como ferramenta de mudança social.

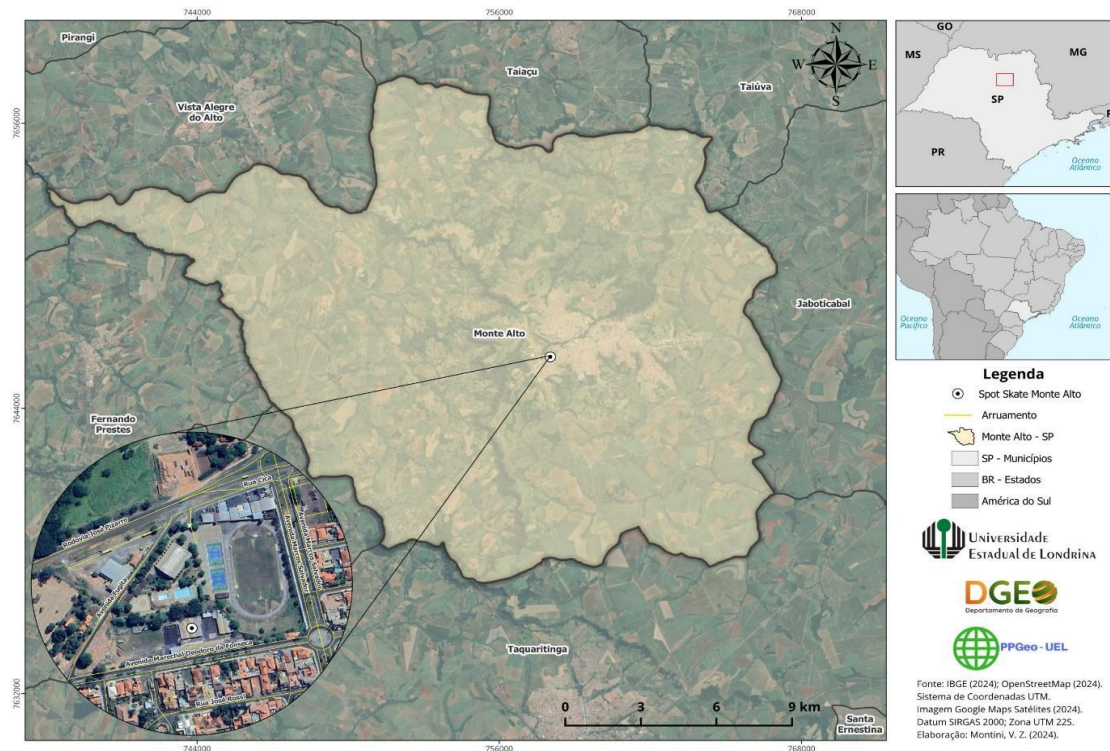


Figura 1: Mapa de localização da cidade de Monte Alto – SP.

Fonte: As autoras, 2024.

Nesse sentido, a presente pesquisa realizou um estudo de caso na cidade de Monte Alto, localizada na região metropolitana de Ribeirão Preto, situada a 350 km da capital paulista, atualmente segundo o Censo (2022) conta com 47.574 habitantes. Conhecida amplamente como um sítio arqueológico, conta com um acervo complexo do museu de Paleontologia, que já foi cenário de diversas pesquisas acadêmicas. A cidade é permeada por um cenário que propicia o cicloturismo e é regida por um sistema religioso católico, tais informações foram retiradas do site oficial da prefeitura da cidade.

Muito além de uma cidade com potencial turístico envolvendo paleontologia, ela também se torna berço de um projeto social que utiliza como ferramenta de inclusão social o skate. O acesso ao portfólio do projeto, bem como de atas de reunião e relato de participantes foi possível por meio do contato com participantes e idealizadores do projeto.

Diante disso, em um diálogo ocorrido no início de 2024 com o idealizador do projeto no local, foi possível compreender que o projeto surge com uma função principal: contribuir de maneira positiva na vida de crianças e adolescentes que estão em condições de vulnerabilidade socioeconômica, com intuito de proporcionar por meio da prática do skate e atividades interdisciplinares uma oportunidade de reconhecer enquanto cidadão no mundo, visando atividades voltadas ao esporte, educação, cultura e lazer. Desenvolvendo conceitos como direito à cidade e espírito de cidadania, utilizando como ferramenta o skate.

Em conversa, o idealizador do projeto evidencia que *“Como todo esporte, o skate possui funções específicas para o desenvolvimento físico do ser humano: equilíbrio, lateralidade, direção, consciência corporal e desenvolvimento dos sentidos. Além dos aspectos físicos, proporciona disciplina, consciência cultural e acima de tudo, ludicidade”*. Foi possível ainda, compreender a importância da instrução e acompanhamento dessa prática, pois coloca o indivíduo frente a proposta de “andar” de skate e tal condição exige técnicas e posicionamentos fundamentados em uma experiência que necessita ser guiada por um profissional.

O esporte pode ser praticado em diversos espaços urbanos, entretanto, o chamado *“spot”*, localizado no Complexo Poliesportivo Baby Barioni, caracteriza-se como uma pista específica para a prática dessa modalidade, que foi construída com recurso financeiros e de mão de obra dos próprios skatistas, ou seja, desde o processo de asfalto e criação do primeiro obstáculo, nunca houve investimento de dinheiro público, tampouco de mão de obra contratada e especializada, houve um mutirão realizado pelo próprio grupo dos skatistas, que com experiências pessoais ao trabalharem como servente de pedreiro e até mesmo em um processo de aprender ao fazer, que a pista foi sendo e ainda é construída.

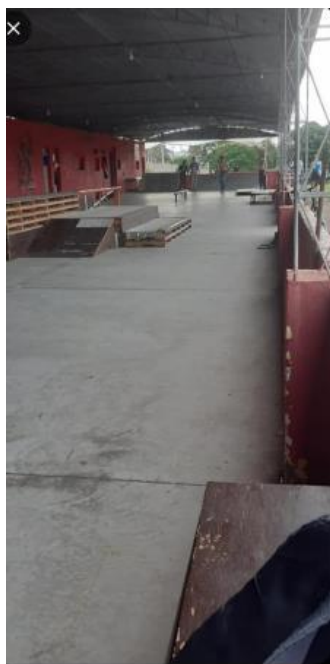


Figura 2: Registro do momento inicial da pista.

Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Como é possível observar, o início do espaço, no ano de 2018, contava com poucos obstáculos, todos de madeira e feitos pelos próprios skatistas, tal prática é recorrente dentro da cultura skateboard, chamada muitas vezes de DIY (sigla que refere-se a Do it yourself, traduzida do inglês como “Faça você mesmo”) movimento que une os praticantes do skate, na intenção de construir obstáculos que simulem os obstáculos presentes na rua, para poderem andar e manobrar dentro de pista.



Figura 3: Reformas e melhorias na pista.

Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Com o passar do tempo e o considerável aumento de skatistas, o espaço localizado no Complexo Poliesportivo Baby Barioni passou a se tornar não somente pequeno para suportar tanta gente, como também os obstáculos de madeira começaram a não aguentar o ritmo da prática diária, sendo assim, houve a primeira melhoria do espaço, que consistiu em cimentar alguns dos obstáculos que mais eram utilizados, a fim de melhorar a qualidade para o skatistas, sendo a forma mais viável economicamente, visto que a madeira tem o tempo útil inferior em relação ao cimento.

Esse espaço permite tanto a realização de manobras já estabelecidas quanto a criação de novas, adaptadas pelos praticantes. O esporte é, ao mesmo tempo, livre, divertido e, acima de tudo, individual, mas com um forte senso de coletividade, aspecto fundamental para qualquer modalidade esportiva.

No que se refere ao público-alvo, não há restrições de faixa etária: todos podem participar da prática esportiva desde que, inicialmente, sejam acompanhados por um instrutor, preferencialmente certificado pela Federação Nacional dos Skatistas. Isso garante maior segurança para os iniciantes. Considerando o caráter social do projeto, este acolhe toda a comunidade interessada, com ênfase em populações socioeconomicamente vulneráveis. As aulas são realizadas em grupo, chegando a um número de aproximadamente 80 crianças e jovens, tudo isso com o objetivo de promover o desenvolvimento conjunto e fomentar o sentido de coletividade e solidariedade entre os participantes. O projeto fornece gratuitamente os skates para os participantes durante as aulas,

A metodologia do projeto está pautada em princípios pedagógicos, fundamentados tanto no curso da Federação Paulista de Skate quanto no conhecimento adquirido por meio da graduação em Educação Física. Trata-se, portanto, de um projeto pedagógico de iniciação ao skate, com foco no desenvolvimento cognitivo e motor de crianças, jovens e adultos interessados na prática.

Este projeto segue a concepção pedagógica de Piaget (1973), especialmente no que se refere ao processo de assimilação e acomodação do

conhecimento. Segundo Piaget (1973) o indivíduo inicialmente conhece o objeto, resiste a ele e modifica sua organização mental, o que culmina no processo de acomodação. Assim, não há assimilação sem acomodação, e essa só ocorre devido ao processo de assimilação. Nesse contexto, o aprendizado da prática do skate se dá pelo contato prático do indivíduo com o objeto (skate), sendo a mediação de um instrutor qualificado fundamental para o desenvolvimento dessa prática.

Além disso, o projeto social adota metodologias ativas, ou seja, estratégias de ensino que posicionam crianças e adolescentes como sujeitos autônomos e participativos, incentivando o trabalho em equipe. Um dos pilares do projeto é a metodologia lúdica, que utiliza jogos e brincadeiras para ensinar o skate de forma acessível e divertida. Como as brincadeiras estão associadas ao prazer infantil, essa abordagem facilita o aprendizado do skate por meio de atividades que as crianças já conhecem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A visita ao projeto ocorreu no ano de 2023, especificamente no mês de novembro, no entanto, o diálogo com o idealizador ocorreu no mês de agosto de 2024. A entrevista foi conduzida de forma semiestruturada, visando obter maior profundidade nas respostas. Conforme Gratão (2002) ressalta, uma entrevista é, antes de tudo, um encontro e uma conversa, cuja riqueza se amplia à medida que ocorre de maneira fluida. Essa característica justifica a escolha por um formulário semiestruturado com perguntas abertas, o que possibilita a emergência de temas relevantes que, até então, não haviam sido identificados como potenciais frentes de análise.

Mediante as entrevistas, é possível acessar as subjetividades dos entrevistados. De acordo com Calvente, Moura e Antonello (2010), as entrevistas permitem resgatar a memória viva, entendida como uma reconstrução subjetiva, em que o entrevistado, de forma consciente ou não, seleciona o que irá recordar e relatar. Isso constitui um convite para valorizar, no campo científico, as subjetividades, as relações de poder local, a interação do indivíduo com o meio, entre outros aspectos importantes.

Diante disso, o diálogo se inicia com o intuito de compreender como surgiu a ideia da criação de um projeto social envolvendo o skate e quais os principais objetivos com esse projeto. O idealizador aponta que

A ideia surgiu depois de refletirmos sobre o bem estar que o skate proporciona durante a prática, as amizades sinceras, os pontos de vistas diante a utilização do meio urbano que a prática oferece, trazendo então como objetivo proporcionar para mais pessoas fomentando a cultura e trazendo mais adeptos a essa “lifestyle”. O intuito do projeto sempre é levar essa “lifestyle” para as crianças que são carente de cultura educação, e poder através do skate discutir com mais clareza pontos importantes na sociedade quando se fala de: desigualdade social, racial e econômica, podendo trazer um espírito mais coletivo e humano na existência (Estudo de campo, 2024).

As contribuições trazidas evidenciam alguns pontos importantes que permitem compreender o ponto de partida para a criação do projeto social, bem como também reflete naquilo que Machado (2022) chama de sentido ambivalente do skate, que se divide entre as dimensões: esportiva e cidadina. Ou seja, ao passo que há a dimensão esportiva, com maiores investimentos e aceitação pública, há também a dimensão cidadina, que permite por meio da prática, o despertar por noções aguçadas a respeito do espaço urbano, consciência de direitos e deveres enquanto cidadãos.

Em sequência no diálogo, o entrevistado aponta que o público alvo são crianças e adolescentes, principalmente residentes na periferia e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois acredita que a transformação social e o real espírito do projeto, advém do acesso à cultura, esporte e lazer.

No transcorrer da entrevista, quando perguntado a respeito de como acredita que o skate contribui para inclusão social das pessoas envolvidas e quais as principais mudanças observadas nas crianças e adolescentes desde que começaram a praticar o skate, aponta que

As mudanças nítidas é quando se trata de conexão entre eles, espírito de equipe, liberdade de expressão, atitude, resiliência, determinação. Como história de transformação de vida sempre utilizo a minha, onde após o skate entrar na minha vida, me trouxe pontos de vistas importantes fazendo com que agisse de maneira mais coerente diante a vida e também transformando de maneira efetiva trazendo vida a lugares abandonados pelo poder público (Estudo de campo, 2024).

Na potente fala do entrevistado, podemos identificar alguns pontos centrais a serem discutidos. Um deles, diz respeito às significativas mudanças comportamentais nas crianças e jovens que estão a praticar o skate em grupo, compreendendo a importância do trabalho em equipe, consciência corporal, bem como o real significado de resiliência e determinação diante as inúmeras quedas e obstáculos ao iniciar na prática do skate. Para além das noções trazidas, houve também a possibilidade do compartilhamento de um breve histórico pessoal envolvendo a mudança na percepção de mundo, que fora inclusive, um dos pontos principais para a idealização do projeto. Tal relato, nos remete ao que Ademar Luquinhas, skatista nacionalmente conhecido por sua trajetória e contribuição no skate revela em uma entrevista à Pereira (2020) a respeito da cultura do skate, transformação social e representação, evidenciando que

Os conteúdos que a gente procura mostrar, que a gente continua mostrando no skate, é na base em que eu acredito, é o que move, que é a ocupação do espaço, que é a amizade, que é esse acesso à rua, é esse acesso a essa cultura urbana, às cenas underground, que é o que vai alimentando os submundos que, no final das contas, a gente vê a cultura urbana hoje em dia, a moda do mundo hoje em dia tem como referência a cultura urbana, o que sai dali. É um processo de resistência mesmo, de ocupação. O meu trabalho vem defendendo isso (Pereira, 2020, p. 152).

Os relatos se assemelham no sentido da compreensão do skate enquanto uma potencialidade fundamental na transformação social e enquanto uma cultura multifacetada, que dribla suas identidades e as manifesta nos espaços públicos por meio da ocupação e resistência. O entrevistado chega a apontar o skate como um esporte urbano, que necessita, para sua existência, da utilização do espaço urbano, ou seja, ainda que hajam *skateparks*, para que se possa experimentar o real skate, basta apenas possuir o instrumento e a rua.

Em prosseguimento com a entrevista, quando questionado a respeito dos principais desafios ao implementar e manter o projeto, o idealizador expõe que *“As maiores dificuldades sempre foi a aceitação da nossa cultura, onde desde sempre fomos discriminados e marginalizados e com isso a falta de apoio do poder público”*, nas entrelinhas da fala, podemos interpretar e rememorar que o skate, especificamente o skate de rua

Por se passar no cotidiano das cidades, sobretudo em espaços urbanos não planejados para a sua ocorrência, os skatistas que a praticam – os quais se reconhecem como *streeteiros* – geralmente são tratados por uma parcela da população como sujeitos indesejáveis por conta dos usos audaciosos e transgressivos que fazem de equipamentos dispostos nas paisagens urbanas (Machado, 2022, p. 282).

Ou seja, o modo subversivo ao qual o skatistas enxergam os aparatos urbanos, a maneira como utilizam e se materializam no espaço urbano, é visto socialmente como perturbador, pois segundo o autor, a prática do skate exprime uma experiência rítmica e fugaz ao flunar nas superfícies das cidades e isso revela a plasticidade de corpos em interação com os obstáculos e na ocupação e apropriação das cidades. Logo, a inserção desses sujeitos nas paisagens urbanas é marcada por negociações, intervenções, disputas e conflitos.

No que diz respeito ao apoio público, patrocínio ou parceria, o entrevistado revela que *“O projeto conta com o apoio de uma boa parte da sociedade, empresas e dos próprios skatistas, que doam seu tempo, dinheiro e matéria prima para desenvolvermos toda a cena. Também realizamos rifas e eventos”* A contribuição trazida, reflete grande parte do sentido de coletividade existente dentro da comunidade do skate, sentimento esse que pode ser impresso em diversas falas durante o diálogo, como também em outros escritos. Ainda, pode se considerar que ações como rifas e eventos solidários a fim de arrecadar fundos para a manutenção do espaço e do projeto em si, são práticas que revelam o papel omissivo do poder público no sentido de apoio a projetos.

Tal fato, não é novidade, uma vez que projetos comunitários em maioria, partem da atitude do indivíduo, mais ainda quando se trata de uma modalidade que há pouco tempo foi vítima de possível proibição, Machado (2017) aponta que vários agentes do poder público já tentaram proibir a prática do skate em diferentes cidades do Brasil, em 2009 o vereador paulistano Adolfo Quintas (PSDB) formulou um projeto de lei com essa mesma intenção. Ainda que não seja especificamente o caso da cidade estudada por esse trabalho e segundo diálogo com o idealizador do projeto, exista uma relação aceitável entre o órgão municipal e os skatistas, os reflexos de uma cultura que marginaliza esses indivíduos são sentidos, ainda que minuciosamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou refletir sobre a história do skate no Brasil, suas origens ligadas à contracultura e sua evolução enquanto prática esportiva e cultural. Ao longo do estudo, foi possível identificar que o skate não é apenas uma atividade física, mas um símbolo de resistência e apropriação do espaço urbano. Seu desenvolvimento no Brasil, marcado por um processo de esportivização, coexistiu com a manutenção de uma identidade subversiva, que desafia as normas sociais e urbanísticas.

O estudo de caso do projeto "Skate Monte Alto - Fazendo Acontecer" ilustra como o skate pode ser uma ferramenta poderosa de inclusão social. Por meio do envolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, o projeto oferece não apenas a prática esportiva, mas o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como resiliência, trabalho em equipe e consciência cidadã. A prática do skate, mediada por um profissional qualificado, permite que os participantes desenvolvam um novo olhar sobre o espaço urbano e suas potencialidades.

Apesar dos desafios enfrentados pelo projeto, como a falta de apoio do poder público e a marginalização histórica do skate, a comunidade envolvida demonstra um forte senso de solidariedade, utilizando estratégias como rifas e eventos para garantir a continuidade das atividades. A cultura do skate, permeada por valores de coletividade e resistência, reafirma-se como uma alternativa de vida e transformação social.

Dessa forma, o skate se consolida como uma prática que ultrapassa as barreiras do esporte, revelando-se um agente de mudanças culturais, sociais e políticas. Ao proporcionar um espaço de aprendizado e expressão para jovens em situação de vulnerabilidade, projetos como o "Skate Monte Alto" demonstram o potencial transformador do skate, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Assim, compreendendo a história dessa prática e seus impactos na sociedade, é possível vislumbrar novas formas de utilização do skate como ferramenta de inclusão e cidadania.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Leonardo. **Para além do esporte: uma história do skate no Brasil**. Blumenau: Edifurb, 2014.
- CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas; MOURA, Jeani Delgado Paschoal; ANTONELLO, Ideni Terezinha. A Pesquisa de Memória Viva – Uma experiência da sua utilização na formação dos professores de Geografia. **Geografia**, v. 12, n. 1, p. 391-402, jan./jun. 2003.
- CARMO, Paulo Sergio. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: SENAC, 2003.
- GRATÃO, Lúcia Helena Batista. **A poética d' "O Rio" - Araguaia: de cheias.. e..vazantes..(á) luz da imaginação**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- HONORATO, Tony. **Uma história do skate no brasil: do lazer à esportivização**. ANPH/UNICAMP, Campinas. 2004.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. **A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadinidade**. São Paulo, 2017
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Esporte, cidadinidade e política: disputas em torno dos sentidos da prática do skate de rua em São Paulo-SP. **Revista Antropolítica**, v.54, n.1, Niterói, p.280-301. Jan-abril, 2022.
- PEREIRA, Claudia. **Skate 360: rolês teóricos pelas ruas da cidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020.
- PIAGET, Jean. As operações lógicas e a vida social. **Estudos sociológicos**. Rio: Forense (Original publicado em 1945), p.164-193.
- RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2005.

CAPÍTULO VII

A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA (BRI) COMO UMA ALTERNATIVA CHINESA DE GLOBALIZAÇÃO ANTICOLONIAL: A LUTA DE CLASSES SOB UMA OUTRA PERSPECTIVA

Osmar Fabiano de Souza Filho
Nathalia Moraes Marcolin
Léia Aparecida Veiga

INTRODUÇÃO

Impulsionada por um conjunto de reformas e ações desenvolvidas e controladas pelo Partido Comunista da China (PCCh) que começaram no final dos anos 1970 e se intensificaram no pós-1980, a China, ao longo das últimas décadas, passou de uma economia periférica para uma das principais potências globais. Esse crescimento acelerado da economia chinesa não apenas promoveu o desenvolvimento de suas forças produtivas e da base tecnológica – nas quais a China alcançou a fronteira do conhecimento em várias áreas – como também resultou em um acúmulo massivo de capital.

Ao passo que o país se consolidou como a "fábrica do mundo", o governo socialista chinês teve de enfrentar desafios relacionados à superacumulação de seus capitais. Esse processo trouxe a necessidade de expansão das fronteiras econômicas de atuação do capital chinês, bem como a de encontrar novas áreas de investimento ao redor do mundo. Nesse processo, foi criada em 2013 a *Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI)*, como uma estratégia central para a atuação desse capital chinês em escala global.

Com isso em vista, o objetivo deste artigo é problematizar a BRI como uma alternativa de globalização de viés anticolonial, desafiando o modelo tradicional de globalização promovido pelo Norte Global. Historicamente, sobretudo pós-1980, a globalização ocidental impulsionada e liderada pelos

países do Norte e por instituições financeiras internacionais, como o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e o *Banco Mundial*, impuseram aos países do Sul Global restrições políticas e econômicas perpetuando uma relação de dependência.

A BRI, ao contrário, apresenta-se como uma proposta de cooperação baseada no desenvolvimento mútuo, com ênfase no investimento em infraestrutura e em uma abordagem de *win-win*, onde tanto a China quanto seus parceiros econômicos se beneficiam do crescimento conjunto. Assim, este estudo visa analisar a materialidade da BRI e suas implicações para o cenário global.

Cabe destacar que a crítica à globalização ocidental aqui desenvolvida difere da concepção de Milton Santos (2020). Reconhecemos a importância teórica desse autor para a Geografia e as ciências humanas – e não à toa destacamos e explicamos a decisão de não utilizar suas análises neste trabalho. No entanto, ao tratar a globalização como um fenômeno de caráter perverso, acreditamos que Santos introduz um juízo de valor que se afasta do rigor científico necessário para uma compreensão objetiva da realidade e que difere dos nossos pressupostos teórico-metodológicos.

Em sua visão da globalização, Santos (2020) explora aspectos e impactos desse processo além da esfera econômica, enfatizando questões comportamentais e elementos subjetivos dos sujeitos sociais. Respeitosamente, entendemos que essa ênfase particularista não oferece explicações suficientes para a compreensão histórica mais ampla, que, para nós, deve ser abordada de maneira concreta e estruturada em torno de processos econômicos e sociais.

Ao desenvolver suas ideias por meio de um viés sartreano, Santos (2020) valoriza as dimensões subjetivas da experiência humana, o que, em nossa leitura, diverge do materialismo histórico que fundamenta esta pesquisa. O materialismo histórico-dialético, ao contrário, busca analisar as dinâmicas econômicas e sociais que determinam a evolução histórica de forma mais objetiva e material. Ao adotar esse método, buscamos oferecer uma explicação mais abrangente da globalização, ancorada em fatores estruturais e sistêmicos.

Assim, os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos é de caráter teórico-reflexivo, baseada em análises bibliográficas de fontes que tratam a BRI, o desenvolvimento econômico chinês e as transformações nas relações econômicas internacionais no contexto da ascensão chinesa. A pesquisa também, se fundamentou em dados secundários obtidos de artigos acadêmicos, relatórios institucionais e documentos de política externa, que buscam oferecer uma compreensão ampla da iniciativa e seus desdobramentos. Esses processos foram necessários para desenvolvermos a análise que considera as transformações nas relações comerciais e estratégicas que a BRI tem promovido em diferentes regiões, particularmente na Ásia, África e Oriente Médio.

Os resultados preliminares apontam que a BRI tem se consolidado como uma alternativa à globalização tradicional, promovendo um modelo de integração global menos hierárquico e mais equilibrado. Ao promover o desenvolvimento de infraestrutura e na criação de novas rotas comerciais, a China vem oferecendo aos países do Sul Global uma oportunidade de crescimento sem a imposição de políticas neoliberais austeras. Essa nova dinâmica desafia as estruturas de poder do Norte Global e oferece uma plataforma para uma globalização que valoriza a soberania e o desenvolvimento autônomo dos países envolvidos.

METODOLOGIA

Para a realização deste artigo, foi necessário o desenvolvimento de um conjunto de ações que ocorreram de maneira integrada. Visando uma explicação didática do processo, pode-se dizer que essas ações foram divididas em dois conjuntos. O primeiro conjunto envolveu uma revisão teórica das principais obras que abordam a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), o desenvolvimento econômico da China e as transformações nas relações econômicas internacionais após a ascensão chinesa.

O segundo conjunto de ações consistiu na análise de dados secundários provenientes de artigos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais e

documentos de política externa. Esses dados forneceram subsídios para entender a materialidade da BRI, sua execução em diferentes regiões e os impactos nos países que dela participam.

Por fim, a estrutura deste artigo se divide em três seções. A primeira busca, com base em uma reflexão teórica fundamentada em Harvey e Lênin, compreender o fenômeno do imperialismo e suas manifestações no contexto atual. A segunda seção problematiza a manifestação da luta de classes em um nível que vai além do âmbito interno de uma formação econômico-social. Por fim, a última seção disserta sobre a BRI e seu papel na promoção de uma globalização anticolonial nos dias de hoje.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O IMPERIALISMO PROMOVIDO PELO NORTE GLOBAL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE DAVID HARVEY E LÊNIN DO COLONIALISMO EM TEMPOS ATUAIS

O surgimento de um século pode ser interpretado de variadas perspectivas. Uma delas é a escala temporal cronológica, considerando o ano um de cada novo centenário. Outra maneira de analisar esse surgimento de um novo século é compreender um fenômeno relevante que marque o conflito histórico que se desenrolará ao longo dos próximos cem anos.

Esses conflitos, por sua vez, não têm uma data exata para acabar, assim como não têm uma data precisa para começar. Na história, muitos pesquisadores entendem que o século XX não teve início em 1901, mas sim em 1917, com a Revolução Soviética na Rússia. Esse foi o principal marco histórico sob o qual desenrolou o século XX. Outros autores, entretanto, colocam como marco inicial do século XX a Primeira Guerra Mundial, o conflito entre as grandes burguesias e impérios nacionais europeus. E ademais, porém em menor número, há historiadores que defendem o início do século apenas após a Segunda Guerra Mundial, em 1945 (Losurdo, 2004).

Desse modo, definir o marco histórico de um século e o conflito que balizará o desenvolvimento histórico deste não é tarefa simples. No que se refere ao século XXI, muitos entendem que ele surgiu a partir do novo conflito resultante das ações ocorridas no 11 de setembro de 2001. Nós, contudo, entendemos que o século XXI começou antes, em 1999. Mais especificamente, em 24 de março de 1999, quando a *Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)* invadiu a *República Federal da Iugoslávia*. Como destaca, Losourdo (2004):

“A intervenção da OTAN contra a Iugoslávia em 1999, sob o pretexto de uma ‘guerra humanitária’, revela na realidade um projeto imperialista de desmembramento da Iugoslávia e a transformação dos Bálcãs em um protetorado sob controle ocidental, enfraquecendo a soberania dos países da região.” (Losurdo, 2004.p. 275).

Acreditamos que esse momento histórico reflete o conflito que se instalará ao longo do século XXI, no qual o imperialismo ressurgiu em um novo patamar e novas formas, promovido pelo Norte Global. As ações de terror promovidas pela OTAN nos Bálcãs europeus retratavam a nova abordagem do Norte em relação aos países do Sul, na qual divergências não seriam toleradas, bem como não seria tolerado o socialismo.

Era um tempo no qual se acreditava no "fim da história" do século XX, como afirmou Fukuyama (2015), e a ordem imposta ao mundo seria aquela do Norte Global, grande vencedor da Guerra Fria: capitalismo e democracia liberal. Afinal, acreditava-se no fim da luta de classes e o mundo deveria seguir os valores impostos pelos vencedores, os Estados Unidos e sua aliança Ocidental, que passaram a ser encarados como absolutos e universais.

Isso explica as ações da Otan na Iugoslávia. A União Soviética havia sucumbido, e casos como China, Cuba, Vietnã e Coreia Popular teriam o mesmo destino destas duas caso se colocassem contra e fechadas ao império e suas organizações. Desta forma, no novo século o imperialismo tomou novas formas de expressão e apresentou novas formas de dominação, sendo conveniente para nós, então, problematizar o conceito de imperialismo.

Analisando a realidade que se apresenta no século XIX e XX, Lênin (2021) define o imperialismo como uma fase superior e inevitável do processo histórico

de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse processo é marcado por uma grande concentração do capital nos países centrais, onde ocorre a formação de monopólios e oligopólio nesses países, sendo necessária a exportação destes capitais para países periféricos visando continuar o interminável processo de acumulação.

Diferentemente de uma mera política expansionista, o imperialismo, assim, é um fenômeno impulsionado pela lógica interna de acumulação do capitalismo em sua etapa mais madura. Com o desenvolvimento histórico deste modo de produção e do processo de acumulação, ocorre-se a fusão entre o capital bancário e o capital industrial, que historicamente resultou na criação de uma nova oligarquia financeira que passa a controlar vastos setores da economia e se expandem em nível global (Lênin, 2021).

Esse processo traz, ao grande capital dos países do centro do sistema, a necessidade de expansão de seu capital para alcançar novos mercados, recursos naturais e mão de obra barata. Assim, nos séculos XVIII, XIX e XX, as grandes corporações dos países do Norte Global passaram a investir em outros territórios, especialmente países subdesenvolvidos e colônias, estabelecendo sua necessária exportação de capital e influência política direta ao controlar o desenvolvimento destes territórios com suas empresas e seus interesses.

Com isso, o fenômeno no imperialismo apresenta uma mudança qualitativa em relação à fase anterior do capitalismo, no qual a exportação de mercadorias era o principal motor da expansão econômica. Isso porque, o imperialismo não se materializa em uma simples relação econômica de acesso a novos mercados, como apresenta Lênin (2021) o imperialismo tem cinco características fundamentais.

A primeira delas é a concentração da produção e do capital, que resulta na formação de monopólios. A segunda é a fusão entre o capital bancário e o industrial, criando uma oligarquia financeira que controla os investimentos globais. A terceira característica é a exportação de capital, em vez de mercadorias, que se torna a forma predominante de expansão econômica. A quarta é a formação de monopólios internacionais que dividem o mercado mundial entre

si, eliminando a concorrência. Por fim, a quinta característica é a divisão territorial do mundo entre as potências imperialistas, o que gera rivalidades intensas entre as nações capitalistas e conflitos bélicos (Lênin, 2021).

Pode ser definido, que o imperialismo, para Lênin (2021), representa uma etapa inevitável e avançada do desenvolvimento capitalista, no qual a acumulação de capital atinge um ponto em que as potências centrais necessitam expandir seu domínio para os países periféricos e, assim, domina-los. Desta maneira, tal processo não se constitui como mera política expansionista no qual o capital em acessar novos mercados, mas sim uma necessidade estrutural do modo de produção capitalista, que, em sua maturidade, exige a exportação de capital e a formação de monopólios globais.

No atual século XXI, em contexto de globalização neoliberal, o imperialismo passa a ser influenciado por uma nova conjuntura e por outros agentes que visam legitimar o poder dos países do Norte Global frente aos países do Sul. Harvey (2004) argumenta que o imperialismo é um fenômeno contínuo, adaptável e intrínseco ao próprio funcionamento do capitalismo em crise, assim, imperialismo contemporâneo se manifesta não apenas através de conquistas territoriais ou guerras entre potências, mas por meio de mecanismos financeiros e econômicos internacionais que garantem a reprodução do capital das nações centrais e a dominação de nações periféricas.

Em sua releitura do conceito de *acumulação primitiva* de Karl Marx, Harvey (2005) desenvolve o conceito de *acumulação por despossessão*. Como define o autor:

"A acumulação por despossessão refere-se à continuidade das práticas predatórias, que envolvem, entre outras coisas, a privatização de bens públicos, a financeirização, o manejo de crises por meio de redistribuições e o uso de poder estatal para abrir mercados por coerção. Esses processos atualizam a lógica do 'cercamento' dos bens comuns, garantindo a reprodução do capitalismo contemporâneo" (HARVEY, 2004, p. 145-146).

Nessa perspectiva, segundo o Harvey (2005), o atual período histórico há uma expansão do imperialismo que não depende mais necessariamente da conquista territorial como por exemplo o que ocorreu na era colonial.

Atualmente, com a privatização dos recursos dos países periféricos, ocorre a retirada de bens comuns de populações vulneráveis dos países do Sul Global, visando dar continuidade à necessidade de acumulação dos países centrais por meio da exploração desses territórios. Com esse processo de privatização, as grandes corporações dos países centrais passam a controlar recursos como água, energia e terras em países periféricos, beneficiando-se ainda de políticas neoliberais impostas a esses países por meio de instituições multilaterais, que favorecem a abertura dos mercados e a financeirização das economias locais.

Esse tipo de imperialismo econômico é facilitado por instituições globais, como o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e o *Banco Mundial*, que são utilizadas pelos países do Norte Global para impor condições rigorosas para a concessão de empréstimos a juros elevados. Assim, países que recorrem a essas instituições para a obtenção de empréstimos, com o objetivo de aliviar questões econômicas estruturais de suas economias periféricas, são forçados a adotar políticas de austeridade que desmantelam seus respectivos sistemas de bem-estar social, seus recursos naturais e os expõem, ainda mais, ao controle estrangeiro.

Por conseguinte, o imperialismo atual é marcado por uma dupla lógica, no qual combina a lógica territorial dos Estados-nação com a lógica econômica do capital. A lógica territorial envolve o desejo dos Estados nacionais de expandir seu poder geopolítico, enquanto a lógica do capital refere-se à necessidade contínua das grandes corporações dos países do Norte Global de expandirem suas operações globais para garantir a acumulação. Segundo Harvey (2004):

"A lógica territorial e a lógica do capital têm suas próprias particularidades. A primeira se baseia na organização do poder político por meio do controle do território, enquanto a segunda se refere à busca incessante por lucros, sem considerar limites geográficos. No entanto, ambas as lógicas se entrelaçam quando os Estados-nação atuam para garantir as condições necessárias para a expansão contínua do capital." (HARVEY, 2004, p. 93).

Assim, atualmente o imperialismo não se limita à dominação militar ou política, mas abrange também a expansão financeira e a criação de novas fronteiras para o capital. A destruição e reconstrução de economias inteiras através de intervenções econômicas, como observado nas crises financeiras da

América Latina e na Grécia, são exemplos claros desse processo. Dessa maneira, em muitos casos os assuntos internos dos países do Sul Global foram diretamente influenciados por interesses das grandes corporações das nações do Norte Global, dilapidando a riqueza destes países e atingindo diretamente as suas noções de soberania.

Em casos como pode ser observado nas intervenções econômicas nos países da América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. Os governos foram forçados a adotar políticas de austeridade e privatizações em troca de assistência financeira do FMI e do Banco Mundial, resultando em um aumento da pobreza, da desigualdade e da dependência econômica dessas nações em relação ao capital estrangeiro. Ao invés de colônias tradicionais, o capitalismo atual cria novas formas de subordinação econômica, utilizando instituições internacionais e mercados financeiros para consolidar seu domínio (Harvey, 2004).

No século XXI, portanto, o imperialismo se apresenta com uma nova roupagem, em especial com as organizações multilaterais impondo os valores os interesses dos países do Norte em nível global. A imposição de políticas neoliberais, a financeirização das economias locais e a privatização de recursos públicos são exemplos claros desse processo de subordinação, no qual a exploração dos países do Sul Global se intensifica sob o controle de grandes corporações do Norte e instituições multilaterais (Harvey, 2004).

Com isso em vista, a luta pela soberania nacional emerge como uma luta de classes em nível maior visando enfrentar essas dinâmicas de exploração, como será discutido a seguir. Com tudo o que foi problematizado aqui, é por meio da defesa da autodeterminação dos povos e do controle dos recursos naturais que se pode resistir ao avanço das grandes potências e suas corporações multinacionais, que visam dilapidar a riqueza dos países periféricos em benefício próprio.

A resistência ao imperialismo moderno, portanto, deve combinar a defesa dos interesses nacionais com a crítica e o enfrentamento às políticas globais de acumulação de capital dos países centrais. A luta por soberania não é apenas uma questão política; ela está diretamente ligada à luta de classes. Para

enfrentar a hegemonia do capital internacional, é essencial a formação de uma frente nacional sólida, capaz de garantir o controle sobre os recursos estratégicos e o fortalecimento das indústrias locais. Apenas por meio dessa articulação será possível resistir ao avanço das potências imperiais e suas corporações multinacionais, e promover um novo paradigma de desenvolvimento, que coloque os interesses dos povos periféricos à frente da lógica de acumulação capitalista

A LUTA DE CLASSES E SUA EXTENSÃO COM A QUESTÃO NACIONAL: A SOBERANIA CHINESA FRENTE AO IMPERIALISMO

Em um contexto de imperialismo com novas especificidades, a luta de classes pode ser analisada sob outras perspectivas. Assim, graças às ações dos países do Norte Global, discutidas no item anterior, observou-se o ressurgimento de tensões internacionais que muitos acreditavam ter sido superadas com a queda do Muro de Berlim, em 1989. Atualmente, porém, o mundo assiste uma nova escalada de tensões e o (re)surgimento de guerras como as que presenciamos em Gaza, no Líbano, na Ucrânia, no Iêmen e as revoluções que ocorrem em países do Sahel africano, no qual esses povos enfrentam as potências imperialistas.

Nesse sentido, para compreender essas questões de forma mais abrangente e a maneira como o mundo atual se apresenta, é necessário revisitar o conceito de luta de classes. Segundo Lukács (2018), a luta de classes é um processo fundamental para a transformação revolucionária da sociedade. É com o desenvolvimento da consciência de classe que os proletários se tornam o sujeito histórico capaz de realizar a revolução na modernidade. Desta forma, a luta de classes é, portanto, a materialização do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção em uma determinada realidade e na modernidade a resolução só pode ocorrer pela superação do capitalismo e da hegemonia política do capital.

Pode-se afirmar que, na modernidade, as classes sociais surgem a partir da divisão do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, uma vez que esses processos criaram uma distinção entre aqueles que controlam e detêm os meios de produção (a classe dominante, como a burguesia no capitalismo) e aqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver (a classe trabalhadora, o proletariado). Ainda assim, as classes sociais não são meros agrupamentos de pessoas com interesses econômicos, formam-se, porém, pela percepção de si mesmas como coletivos com interesses comuns, desenvolvendo uma ação consciente em direção à transformação da sociedade (Lukács, 2018). Como diz Lukács (2018):

As classes sociais são determinadas pela posição que ocupam no processo de produção. As relações de classe expressam, portanto, relações de produção e de apropriação, em que a dominação de classe se exerce sobre as condições objetivas da reprodução material da sociedade. (Lukács, 2018, p. 104).

Acerca do conceito de classe social, Losurdo (2020), por sua vez, oferece uma ampliação dessa análise. Para Losurdo (2020), a concepção de Lukács (2018) sobre a luta de classes parece estar restrita ao caráter das sociedades industriais do século XX, em especial àquelas do centro do sistema. Ele argumenta que a luta de classes não se limita ao conflito entre proletariado e burguesia presente nas metrópoles capitalistas avançadas, mas que essas relações se estendem ao cenário internacional, no qual o colonialismo e o imperialismo desempenham um papel central, como visto acima.

Desta maneira, se segundo a teoria marxista clássica as classes surgem das relações de produção, para Losurdo (2020) essa compreensão deve incluir elementos coloniais e raciais. Isso porque a história do capitalismo é inseparável da história do colonialismo, da escravidão e da opressão racial nos países periféricos que foram colonizados. Conforme Losurdo (2020):

A história do liberalismo, e, portanto, também a do capitalismo, é inseparável da do colonialismo e da escravidão. O capitalismo ascende na medida em que legitima, promove e lucra com a exploração brutal dos povos coloniais e dos escravos, ao mesmo tempo em que proclama a defesa da liberdade para uma minoria privilegiada. (LOSURDO, 2004, p. 132).

Historicamente, a burguesia das metrópoles, por exemplo, não apenas explorou o proletariado local, como também se beneficiou da exploração dos povos colonizados e das periferias globais. Dessa forma, as classes não são formadas apenas no interior dos Estados nacionais, mas são moldadas pelas dinâmicas globais de exploração e dominação.

Atualmente, tem-se uma ideia de que esses processos já não existem mais e que as contradições de classes em âmbito global já foram superadas. Losurdo (2020) denomina esse processo como de "*mito liberal*", o qual a sociedade atual teria superado os antagonismos de classe que marcaram os séculos XIX e XX, especialmente com o advento das democracias liberais e do Estado de bem-estar social. Entretanto, a realidade dos países do Sul Global, e a tentativa do Norte Global de impor seus valores e seus interesses nessas realidades colocam essa narrativa liberal como falaciosa, uma vez que ignora as formas contemporâneas de dominação que ainda persistem atualmente.

Deve ser destacado que as considerações de Losurdo (2020) não se colocam como pós-estruturalistas ou que tende considerar a parte para compreender o todo, pelo contrário, é uma outra abordagem marxista. Para o autor, ao focar na igualdade formal diante da lei e no individualismo, o liberalismo tenta esconder as desigualdades materiais e as profundas divisões de classe, disfarçando-as sob a promessa de meritocracia e mobilidade social, maquiando a sua história de dominação e subjugação dos povos e nacionalidades periféricas.

Com isso em vista, problematizar a história da luta de classes é inseparável da história do colonialismo e da opressão racial, no qual a exploração das classes subalternas nas nações colonizadas tornou-se uma extensão da luta de classes em âmbito global. Como destaca o autor, a luta de classes, portanto, não é um fenômeno restrito à oposição entre proletariado e burguesia no âmbito das nações industrializadas; ao contrário, adquire uma dimensão internacional com as relações de poder entre as nações imperialistas e as colonizadas (Losurdo, 2020).

Ao analisarmos a realidade chinesa, podemos visualizar essas questões por meio de seu processo de colonização, imposto pelas potências do Norte Global, no século XIX, uma vez que a colonização da China foi marcada por uma brutal exploração econômica e pela imposição de tratados desiguais, que submeteram o país ao controle estrangeiro. As Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), que envolveram a Grã-Bretanha e a França contra a China, ilustram perfeitamente como o liberalismo justificou a opressão e a exploração em nome do "*livre comércio*" e como essas ações são minimizadas pela agenda liberal.

Cabe destacar que as potências imperialistas europeias, sob a bandeira do liberalismo econômico, insistiram na "liberdade" de vender ópio à China, apesar da resistência local e dos terríveis efeitos sociais do narcotráfico. E sob a bandeira da liberdade submeteu a China a tratados desiguais, como o Tratado de Nanquim (1842), que obrigava a abertura de portos chineses ao comércio estrangeiro, a ceder Hong Kong à Grã-Bretanha e a pagar pesadas indenizações de guerra. Esse exemplo histórico ilustra claramente o mito do liberalismo que ignora esse processo histórico e o impacto dessas relações em níveis nacionais e internacionais, retratando como a luta de classes se expande para o nível global (Losurdo, 2004; 2020; Pomar, 2003).

Nesse processo histórico, a Revolução Chinesa de 1949 se estabeleceu como o início de um processo que levaria a China a superar o longo período de humilhação e exploração colonial que havia sofrido desde o século XIX. Sob a liderança do Partido Comunista Chinês (PCCh) e de Mao Tsé-Tung, a revolução socialista pôs fim ao domínio do Kuomintang e à fragmentação política estabelecida pelos colonizadores, fundando a República Popular da China. Olhando de hoje, este ponto do desenvolvimento parece ter sido uma inflexão na história chinesa, uma vez que não apenas restaurou a soberania do país, como também a colocou em um caminho de desenvolvimento autônomo, rompendo com a dominação imperialista das potências ocidentais (Jabbour et. al, 2021; Losurdo, 2004; Pomar, 2003).

Com a consolidação do Estado socialista, os chineses desenvolveram uma série de reformas sociais, incluindo a redistribuição de terras, a

nacionalização de indústrias e um foco no desenvolvimento de sua economia. Essas medidas desafiaram diretamente os interesses do capital internacional e criaram as bases para a autossuficiência e independência econômica. Ao rejeitar as estruturas coloniais que saqueavam seus recursos, a China passou a controlar seus próprios destinos econômicos e sociais, promovendo o desenvolvimento de suas forças produtivas e estabelecendo uma nova forma de governança que priorizava os interesses nacionais (Jabbour *et al.*, 2021; Losurdo, 2004; Pomar, 2003).

Assim, a ascensão da China no cenário mundial, particularmente a partir das reformas econômicas iniciadas nos anos 1980, sob a liderança de Deng Xiaoping, transformou o país em uma potência global que rivaliza diretamente com as antigas potências colonialistas. Com um rápido processo de industrialização, desenvolvimento tecnológico e um papel central no comércio internacional, a China tem reconfigurado a geopolítica global.

Acerca do desenvolvimento chinês, Jabbour *et al.* (2021) afirmam que a China inaugurou uma nova tipologia de formações econômicas sociais a partir das reformas de 1978, quando o socialismo chinês acaba se reinventando através de instrumentos de mercado. Essa reinvenção permitiu que a China voltasse a crescer de forma considerável, enquanto o Ocidente enfrenta uma estagnação secular desde os anos 1980.

Dessa maneira, atualmente a China socialista não apenas desafia as potências ocidentais em termos econômicos, mas também em termos políticos e ideológicos, promovendo um modelo alternativo de desenvolvimento que se afasta dos paradigmas neoliberais impostos por instituições como o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e o *Banco Mundial*, discutidos no item acima. A ascensão chinesa tem incomodado as potências colonialistas que têm tentado conter o avanço chinês por meio de políticas protecionistas e alianças estratégicas, como a reconfiguração da OTAN e o fortalecimento de laços com países da região do Pacífico.

Desde 2021, os Estados Unidos, sob o governo Joe Biden adotaram uma série de medidas para limitar o desenvolvimento chinês, incluindo sanções

econômicas, restrições tecnológicas e a criação de alianças estratégicas, como o QUAD (aliança entre EUA, Índia, Japão e Austrália) e o AUKUS (aliança militar entre EUA, Reino Unido e Austrália). Essas ações visam frear o avanço chinês em áreas estratégicas, como tecnologia 5G, semicondutores e inteligência artificial, além de conter a expansão da influência chinesa no Pacífico e em outras regiões (Pautasso *et al.*, 2024).

Por outro lado, a China tem respondido de maneira estratégica às tentativas de contenção, superando as barreiras impostas por meio de uma combinação de inovação tecnológica, diplomacia econômica e fortalecimento de suas parcerias internacionais com os países do Sul Global. No campo tecnológico, o governo chinês tem investido massivamente em pesquisa e desenvolvimento, buscando reduzir a dependência de tecnologias estrangeiras, especialmente nas áreas de semicondutores, inteligência artificial e telecomunicações.

Acreditamos, assim, que a disputa entre Estados Unidos e China, bem como entre o Ocidente e o Sul Global, pode ser interpretada como uma materialização da luta de classes em nível global, no qual a disputa por hegemonia econômica, tecnológica e política reflete uma tensão entre as potências capitalistas dominantes e as nações que buscam desafiar essa ordem. As medidas adotadas pelos Estados Unidos, como sanções econômicas e restrições tecnológicas contra a China, representam uma tentativa de proteger os interesses do capital internacional, particularmente no Ocidente, e de manter a hegemonia no controle dos setores mais avançados da economia global.

Entretanto, a China busca fortalecer suas alianças com os países do Sul Global e investir em inovação tecnológica, busca construir uma alternativa ao modelo de dominação ocidental, promovendo uma forma de resistência que expressa a luta de classes em escala internacional. Ao desenvolver parcerias econômicas e diplomáticas com as nações periféricas por meio da BRI, a China desafia a ordem global imposta pelas potências ocidentais, contribuindo para um realinhamento das forças produtivas e das relações de poder no cenário internacional.

Concluindo, pode-se afirmar que a luta de classes não pode ser dissociada das questões nacionais e coloniais. A China, com sua trajetória revolucionária de 1949, demonstrou que a superação do colonialismo e a recuperação da soberania nacional são passos fundamentais para resistir às pressões imperialistas do Norte Global. Ao romper com a exploração colonial e implementar um modelo de desenvolvimento autônomo, a China hoje desafia a hegemonia das antigas potências coloniais. Essa ascensão reflete não apenas um êxito econômico, mas uma reconfiguração do cenário global, que rivaliza com os antigos sistemas de dominação colonial e oferece uma alternativa às nações do Sul Global.

A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA (BRI) E A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico chinês a partir das reformas pós-1980 tornaram-se importantes para compreender seu elevado crescimento desde então. Com as ações realizadas de *Reforma e Abertura*, a China foi impulsionada inicialmente por um considerável investimento estrangeiro, que aliado às ações do *Partido Comunista da China* (PPCh) possibilitaram a geração de capital interno e de modernização das empresas chinesas, além da consolidação de um processo de industrialização e progresso econômico. Assim, em resumo, após 1980, a China se tornou a "fábrica do mundo" produzindo uma variedade de bens de consumo com elevados níveis de produtividade à baixo custo para exportação, gerando com isso um acúmulo de reservas financeiras, sem precedentes, e desenvolvimento.

Jabbour *et al.* (2021), colocam que o governo socialista chinês soube estruturar esse processo de modo a alinhar o desenvolvimento das forças produtivas com o acesso chinês a novas tecnologias que chegaram às novas *Zonas Econômicas Especiais* (ZEE). Esse processo possibilitou a expansão da infraestrutura interna chinesa, promovendo a urbanização e projetos de construção de grande escala, bem como permitiu ganhos na produtividade do trabalho e na dinamização de tecnologia nacional.

Se, nos anos 1990 e 2000, a China era satirizada por parte do Ocidente pela exportação de brinquedos e produtos manufaturados de baixo valor agregado, a partir da década de 2010 esse cenário foi superado com a exportações chinesas sendo majoritariamente composta de produtos de alta sofisticação tecnológica. Para termos uma ideia do crescimento chinês, desde 1990, a China manteve uma taxa média de crescimento anual de aproximadamente 9%, tendo picos que ultrapassaram os 14% ao ano em alguns momentos, especialmente durante o auge de sua industrialização e integração às cadeias produtivas globais (Pautasso *et al.*, 2024).

Esse crescimento chinês reflete o contexto de políticas de desenvolvimento econômico, reformas estruturais guiadas pelo PCCh e pela expansão da capacidade produtiva e tecnológica do país. No entanto, o desenvolvimento não é algo estanque; pelo contrário, ele ocorre com a superação de pontos de desequilíbrio para a chegada a novos. Assim, desde 1980, a China tem apresentado elevados índices de crescimento e importantes conquistas para sua população. Todavia, o processo histórico vai revelando novas questões e problemas, como a acumulação de capital chinesa, que começou a enfrentar limitações devido à saturação de alguns setores da economia e à crescente necessidade de novos mercados (Jabbour *et al.*, 2021).

Visando superar esse acúmulo de capital, a China passou a adotar uma estratégia de sua exportação e aumento de suas áreas de atuação tanto como forma de continuar seu processo de acumulação quanto para também expandir sua influência econômica no cenário global. Neste contexto, surgiu a *Iniciativa do Cinturão e Rota* (BRI, na sigla em inglês) lançada oficialmente em 2013 pelo Presidente chinês Xi Jinping como uma estratégia global de desenvolvimento com o objetivo de melhorar a conectividade e a cooperação econômica entre a China e outros países (Pautasso *et al.*, 2024).

Inspirada na antiga Rota da Seda que ligava a China ao Ocidente por meio de rotas comerciais terrestres e marítimas, a BRI visa aprimorar as conexões dos países com a China e estabelecer novas infraestruturas que facilitem o comércio global e a integração econômica. A iniciativa compreende dois

componentes principais: o *Cinturão Econômico da Rota da Seda*, que abrange uma série de rotas terrestres na Ásia Central e Europa, e a *Rota da Seda Marítima* do Século XXI, que se concentra nas rotas marítimas que conectam a China à África, ao Oriente Médio e à Europa (Pautasso *et al.*, 2024).

Essas ações de exportação de capital visam abrir novos mercados para as empresas chinesas, criando rotas comerciais que conectem a China ao resto do mundo de forma mais eficiente, uma vez que essa tem sido uma necessidade ao capital chinês. Assim, a BRI, com investimentos estimados em trilhões de dólares, materializa a necessidade dos chineses de exportar seu capital acumulado para garantir o crescimento contínuo de sua economia chinesa e evitar crises de superacumulação (Pautasso *et al.*, 2024).

Todavia, a BRI vai além destas questões econômicas e de acumulação, pois, ao financiar projetos de infraestrutura em países do Sul Global, a China estabelece parcerias estratégicas e se projeta como uma das líderes do mundo multipolar. Cabe destacar, que a BRI tem atuado em condições mais favoráveis do que aquelas impostas pelas potências ocidentais ou instituições como o FMI e o Banco Mundial na globalização neoliberal.

Enquanto o modelo neoliberal, liderado por instituições como o FMI e o Banco Mundial, impõe rígidas condições de austeridade e políticas de livre mercado aos países do Sul Global, a BRI oferece uma alternativa com parcerias estratégicas mais flexíveis e mutuamente benéficas. Ao financiar grandes projetos de infraestrutura em regiões como a África e o Oriente Médio, a BRI promove o desenvolvimento local sem as mesmas exigências que as organizações ocidentais e sem as intervenções estruturais que caracterizam esse modelo de globalização.

Pode ser colocado, que a BRI não busca apenas a exploração de mercados e recursos, mas sim a construção de uma rede global de cooperação econômica e geopolítica que contribui para a multipolaridade. Desse modo, os princípios da BRI estão fundamentados em cinco áreas de cooperação: coordenação política, conectividade de infraestrutura, facilitação do comércio, integração financeira e fortalecimento dos laços entre povos.

Por conseguinte, a BRI tem com propósito aperfeiçoar as infraestruturas de transporte, energia e comunicação nos países parceiros, criando novas oportunidades de desenvolvimento para esses países ao mesmo tempo que expande o mercado para as os capitais e empresas chinesas. Aliás, a BRI se insere nos planos estratégicos do governo chinês, que visam consolidar o país como uma potência global, como o caso do plano *Made in China 2025*, que tem como objetivo transformar a China em um líder mundial em tecnologia de ponta e inovação industrial. Neste processo a BRI complementa essa estratégia ao garantir que os produtos e as tecnologias chinesas encontrem novos mercados e infraestruturas que permitam a expansão do comércio e dos investimentos (Pautasso *et. al*, 2024).

Ademais, a BRI é inserida nos planos estratégicos importantes que são os *Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico e Social*, que os planos que orientam as políticas econômicas da China a cada cinco anos. O *13º Plano Quinquenal (2016-2020)* e o *14º Plano Quinquenal (2021-2025)* já destacavam a importância da BRI como um pilar para o desenvolvimento sustentável e para a internacionalização das empresas chinesas (Pautasso *et. al*, 2024).

Desta forma, iniciativa também está conectada à estratégia de diversificação econômica e de segurança energética da China, expandindo suas rotas comerciais para assim assegurar o acesso a recursos naturais, como petróleo e gás. Com a BRI, a China visa também reduzir sua dependência de rotas comerciais tradicionais controladas por potências ocidentais, como o Estreito de Malaca, local cercado de bases norte-americanas. Neste contexto, a BRI tem a funcionalidade de ser uma ferramenta diplomática e geopolítica, uma vez que fortalece as alianças da China com países do Sul Global e promove uma ordem econômica multipolar, como apresentaremos agora.

Dentre as ações que a BRI tem desenvolvido, destacam-se uma série de projetos estratégicos em diversos países do continente africano. Um exemplo é o Porto de Doraleh, em Djibuti, que se localizado em uma posição geoestratégica no Chifre da África, no qual o porto serve como um importante rota para o comércio internacional e facilita o acesso à Ásia, à Europa e ao Oriente Médio por

meio do Mar Vermelho. Além disso, a BRI promoveu o investimento na construção de ferrovias, como a ferrovia Mombasa-Nairobi, no Quênia, que conecta o principal porto do país à sua capital, facilitando, assim, o transporte de mercadorias e reduzindo os custos logísticos (Pautasso *et. al*, 2024).

Ainda no continente africano, a BRI desenvolve o financiamento e construção da *Nova Capital Administrativa* do Egito que é um dos projetos de infraestrutura mais ambiciosos do país nos últimos anos. Com localização a cerca de 45 quilômetros a leste do Cairo, a nova capital está sendo construída com o objetivo de aliviar a superlotação da capital atual e proporcionar um centro administrativo capaz de suprir as necessidades do Estado egípcio.

Nesta nova capital, as empresas chinesas de construção civil e engenharia, como a *China State Construction Engineering Corporation (CSCEC)*, estão envolvidas na construção de alguns dos marcos principais do projeto, incluindo o distrito financeiro, com arranha-céus e edifícios governamentais, com destaque a *Torre Iconic*, que é o prédio mais alto da África e foi inaugurado em 2022. A construção da Nova Capital Administrativa é vista como parte dos esforços da BRI para expandir a influência chinesa no Oriente Médio e fortalecer os laços econômicos com o Egito, criando novas oportunidades de desenvolvimento e modernização (Mazzi, 2020; Pautasso *et. al*, 2024).

Outro parceiro estratégico chinês na África é a Etiópia, onde China também desempenha um papel central no desenvolvimento de infraestrutura. A construção da ferrovia Addis Abeba-Djibuti é um exemplo significativo da colaboração sino-etíope no âmbito da BRI. Essa ferrovia, que conecta a capital etíope ao porto de Djibuti citado acima, sendo crucial para a promoção do comércio internacional da Etiópia, uma vez que o país é sem litoral e depende do acesso ao mar para suas exportações e importações. Financiada por bancos chineses e construída por empresas chinesas, a ferrovia facilita o transporte de mercadorias e reduziu os custos logísticos dos etíopes, impulsionando a economia do país e melhorando sua conectividade com o mercado global (Fernandes, 2023).

Além deste empreendimento ferroviário, a China tem investido em outros setores de infraestrutura na Etiópia como energia e telecomunicações. A *China National Electric Engineering Co.* (CNEEC) está envolvida em projetos de construção de usinas hidrelétricas, que são essenciais para a expansão industrial e o desenvolvimento econômico da Etiópia. Cabe destacar, inclusive, que a parceria estratégica com os chineses fez com que a Etiópia auferisse o segundo maior crescimento do mundo no século XXI, perdendo apenas para China em taxas de crescimento (Fernandes, 2023; Pautasso *et. al.*, 2024).

No Médio Oriente, a BRI também desempenha um papel crucial no desenvolvimento de projetos de infraestrutura e no fortalecimento das relações comerciais. Um dos exemplos mais notáveis é o investimento chinês em portos e zonas de livre comércio nos Emirados Árabes Unidos. O Porto de Khalifa, em Abu Dhabi, é um dos maiores hubs logísticos da região e recebeu investimentos da China para expansão da sua capacidade, isso parte de um plano mais amplo de conectar o Médio Oriente com as rotas comerciais da *Rota da Seda Marítima*, facilitando o comércio entre a China e a Europa (Pautasso *et. al.*, 2024).

Na Ásia, a BRI tem sido especialmente ativa no Paquistão, por meio do *Corredor Econômico China-Paquistão* (CPEC). Esse projeto, envolve um investimento massivo em infraestrutura rodoviária, ferroviária e energética, conectando a cidade portuária de Gwadar, no sul do Paquistão, à região oeste da China. O porto de Gwadar é visto como um ponto estratégico para o comércio marítimo, permitindo que a China tenha acesso direto ao Oceano Índico e ao Golfo Pérsico, reduzindo a dependência de rotas comerciais controladas pelo Ocidente. Além disso, o CPEC inclui a construção de estradas e ferrovias que melhoram a conectividade dentro do Paquistão, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país (Pautasso *et. al.*, 2024).

Outro exemplo significativo na Ásia é o envolvimento da China no projeto ferroviário de alta velocidade na Indonésia, que liga as cidades de Jacarta e Bandung. Esse projeto, além de promover a modernização da infraestrutura de transporte da Indonésia e é uma das primeiras ferrovias de alta velocidade do Sudeste Asiático. Ademais, a China tem participado ativamente do

desenvolvimento de projetos de energia, como a construção de usinas hidrelétricas no Laos, outra República Socialista, promovendo o uso de energias renováveis e a integração econômica regional dentro do Sudeste Asiático.

Com isso em vista, caminhamos na direção de afirmar que a *Iniciativa do Cinturão e Rota* (BRI) promove uma visão de globalização que se diferencia fundamentalmente das práticas colonialistas promovidas pela globalização neoliberal do Norte Global. Diferente das instituições financeiras ocidentais, como o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e o *Banco Mundial*, que impõem condições rigorosas de austeridade aos países em desenvolvimento tomadores de empréstimos, a BRI promove parcerias baseadas em cooperação mútua e desenvolvimento conjunto financiando grandes projetos de infraestrutura sem as imposições políticas ou econômicas típicas do Ocidente (Harvey, 2004; Pautasso *et. al*, 2024).

Embora a *Iniciativa do Cinturão e Rota* (BRI) seja uma resposta da China aos desafios de superacumulação de capital e à necessidade de expandir mercados e investimentos, seu processo de expansão não pode ser equiparado ao colonialismo dos séculos XIX e XX ou à globalização neoliberal do século XXI, como discute Harvey (2004) acerca da *acumulação por despossessão*. Isso porque, ao contrário do colonialismo imperialista do Ocidente, que supriu e supre suas necessidades com a exploração direta, dominação militar e expropriação de recursos das colônias, a China, por meio da BRI, se estabelece por meio de parcerias econômicas que buscam benefícios mútuos, sem a imposição de soberania externa sobre os países envolvidos.

Entretanto, é essencial reconhecer que a efetivação da relação *win-win* entre a China e os países participantes depende também da capacidade desses países de defenderem seus próprios interesses nacionais de forma clara e bem delimitada. Isso, porém, não é responsabilidade da China, cabendo a cada país interessado em integrar a iniciativa fazer sua parte. Desse modo, ressalta-se a necessidade de construção de um planejamento estratégico por parte dos países receptores destes investimentos da BRI que considere seus interesses nacionais,

visando evitar que esses projetos resultem em endividamento ou dependência econômica em relação à China.

No entanto, desde 2013, com o início da Iniciativa, exemplos como o Porto de Djibuti, a ferrovia Mombasa-Nairobi no Quênia e o Corredor Econômico China-Paquistão demonstram que, quando os países envolvidos têm uma visão assertiva de suas prioridades nacionais as parcerias com a China resultam em avanços significativos na modernização de suas infraestruturas, conectividade e crescimento econômico. Neste sentido, pode-se colocar que a BRI tem como abordagem uma perspectiva anticolonial que se manifesta na maneira como os projetos são negociados e executados.

Ao contrário da globalização neoliberal promovida pelo Norte Global, que frequentemente resulta em subordinação econômica e política das nações menos desenvolvidas, a BRI busca fomentar um desenvolvimento que respeite a soberania dos países parceiros. Desta forma, a Iniciativa se concentra na construção de infraestruturas, como ferrovias, portos, rodovias e redes energéticas, que melhoram a conectividade entre os países e impulsionam o crescimento econômico local e da China.

Portanto, ao promover a criação de redes de comércio e infraestrutura entre os países do Sul Global e a China, a iniciativa contraria as estruturas coloniais que caracterizaram a globalização tradicional, onde a riqueza e o controle são concentrados no Norte Global. Por meio da BRI, a China propõe um modelo de desenvolvimento baseado na reciprocidade e no benefício mútuo, que oferece uma alternativa à dependência econômica, ao endividamento massivo e à subordinação política frequentemente associadas aos modelos de desenvolvimento ocidentais. Por essa razão, entendemos que a BRI se posiciona como uma força de globalização anticolonial, criando novas oportunidades para os países historicamente marginalizados pelo sistema global dominado pelo Ocidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo problematizar como a *Iniciativa do Cinturão e Rota* (BRI) representa uma proposta de globalização anticolonial que desafia a hegemonia tradicional do Norte Global. Pode se afirmar, que a BRI busca promover o desenvolvimento econômico mútuo, respeitando a soberania das nações parceiras e proporcionando infraestrutura que pode impulsionar o crescimento econômico destas nações oferecendo um modelo de cooperação e de relações de *win-win*.

Assim, a BRI não se limita a ser uma ferramenta de expansão econômica da China, mas também atua como um meio promotor de desenvolvimento em países do Sul Global, criando uma alternativa concreta às estruturas neoliberais que historicamente levaram à dependência e à desigualdade global. Porém, entendemos que as considerações finais deste trabalho não se restringem a repetir ao que já foi aqui problematizado. Pelo contrário, cabe refletirmos acerca de como o Brasil pode se inserir na BRI e quais nossos desafios neste contexto.

Como é sabido, o Brasil, com sua vasta capacidade de produção de *commodities* e uma demanda urgente por investimentos em infraestrutura, encontra-se em uma posição estratégica para negociar sua entrada na BRI. Pensamos que um acordo que troque *commodities* por infraestrutura seria primordial para o país, dada a carência brasileira em setores como transporte, energia e saneamento. Acreditamos que o exemplo da relação da Etiópia com a China reforça nossa crença nesta posição.

A China, já é a maior importadora de soja, petróleo e minério de ferro do Brasil, e tem grande interesse em garantir a continuidade desses fluxos comerciais. Ao mesmo tempo, o Brasil precisa modernizar suas infraestruturas para reduzir custos logísticos e melhorar sua competitividade no comércio global. Essa barganha, que poderia girar em torno da troca de *commodities* brasileiras por projetos de infraestrutura financiados pela China, se oferece como uma oportunidade de acelerar o desenvolvimento do país sem as imposições

tradicionais de instituições financeiras ocidentais que já fizeram o Brasil sangrar, como o FMI.

Esse cenário ganha ainda mais relevância com a visita programada do presidente chinês, Xi Jinping, ao Brasil em novembro de 2024, quando ele se reunirá com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Espera-se que Xi Jinping convide formalmente o Brasil a participar da Iniciativa Cinturão e Rota, sinalizando uma oportunidade histórica para o país se integrar à BRI. O interesse da China em estreitar os laços com o Brasil foi reforçado por ações simbólicas, como a entrega da Medalha da Amizade à ex-presidente Dilma Rousseff, que agora preside o *Novo Banco de Desenvolvimento* (NDB), o banco dos BRICS. Esses gestos mostram que a China vê o Brasil como um parceiro estratégico de longo prazo na construção de uma nova ordem global mais multipolar.

Na realidade brasileira, a BRI representar uma oportunidade significativa para nossa neointustrialização, pois pode ser uma janela de oportunidades de trazer ao país investimentos chineses em infraestrutura, tecnologia e setores estratégicos. Acreditamos que com o apoio da BRI, o Brasil poderia modernizar sua malha logística, ampliar sua capacidade produtiva e integrar-se de forma mais eficiente às cadeias globais de valor, beneficiando-se de tecnologias avançadas chinesas.

No entanto, devemos ressaltar que o alinhamento deve considerar as necessidades brasileiras e nossa soberania. Assim, o governo Lula enfrentará o desafio de atrair esses investimentos sem enfraquecer a já enfraquecida indústria nacional e sem comprometer a projeção do Brasil no cenário regional na América do Sul e Latina. Acreditamos, que para superar esses desafios, será crucial que o Brasil delimite seus interesses estratégicos, garantindo que os projetos desenvolvidos com a China, no âmbito da BRI, favoreçam a modernização da indústria nacional, promovam a criação de empregos qualificados e fomentem desenvolvimento tecnológico.

Em conclusão, acreditamos que é do interesse nacional a entrada do Brasil na BRI, uma vez que isso pode representar uma virada de jogo para a economia brasileira, oferecendo a possibilidade de acelerar nosso

desenvolvimento por meio de investimentos em infraestrutura ao mesmo tempo em que fortalece as relações comerciais com uma das maiores potências econômicas do mundo. E acreditamos, que essa parceria tem o potencial de promover um desenvolvimento mais equilibrado e soberano, rompendo com a dependência das políticas impostas pelo Norte Global e que ao aceitar o convite da China para integrar a BRI, o Brasil poderá se beneficiar de uma globalização mais justa, que respeite nossa soberania e que atenda às nossas necessidades de crescimento.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Marcelo Pereira. **A Etiópia nos BRICS - e a união com a China.**

Publicado em: 21 de set, 2023. Disponível em:

<https://vermelho.org.br/2023/09/21/a-etiofia-nos-brics-e-a-uniao-com-a-china/>

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem.** São Paulo: Editora Rocco, 2015

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

KARL, Marx. **O capital, Vol. I.** São Paulo: Editora Boitempo, 2023.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: Desafios da revolução no século XX.** São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do Liberalismo.** São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2015.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História?** Rido de Janeiro: Editora Revan, 2004.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MAZZI, Diego Henrique Alvarenga. **O projeto da Nova Rota da Seda: uma possível reordenação dos fluxos comerciais internacionais.** 2020. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

VII - A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) como uma alternativa chinesa de globalização anticolonial: a luta de classes sob uma outra perspectiva

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Thiago. **A China e a Nova Rota da Seda: Da Reconstrução Nacional à Rivalidade Sino-estadunidense**. São Paulo: Editora de Cultura Ltda, 2024.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

CAPÍTULO VIII

PENSAR A CUBA DE HOJE: OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE HAVANA A PARTIR DA GEOGRAFIA CRÍTICA

Gina Mardones Loncomilla

INTRODUÇÃO

A pequena ilha incrustada no Golfo do México, também conhecida como *Mayor de las Antillas* desperta o imaginário de quem ouve seu nome. De um lado imagens mentais se desviam para um essencialismo romântico. De outro, interpretações atreladas a pré-conceitos, resultam, em sua maioria, em discursos ásperos. Em ambos os casos, tal imaginário circunscreve-se apenas a uma parte da história: a Revolução Socialista

Cuba não se resume apenas à entrada triunfal dos revolucionários em Havana, em 1 de janeiro de 1959. Nem tampouco ao um projeto de sociedade baseado na propriedade estatal e nacionalização de todos os meios de produção. Cuba é a invenção e reinvenção de um território sobre o qual se desdobraram, em mais de 500 anos, batalhas, sublevações, conspirações, disputas de poder em nome de uma hegemonia política e econômica.

A partir dos aportes recebidos durante a disciplina de Geografia Urbana I, ministrada pela professora Dra. Jacqueline Telma Vercezi (1 sem. 2024), bem como da experiência da autora decorrente de seu doutorado sanduíche de 10 meses no Centro de Estudos da Economia Cubana, em Havana, o presente trabalho tem por objetivo fazer um resgate histórico da configuração territorial de Cuba, bem como do processo de urbanização da capital Havana, seguindo para isso uma linha evolutiva da economia política do ponto de vista do método geográfico, ou seja, do espaço.

Para isso, este artigo foi dividido em quatro seções: a primeira seção dedica-se ao método interpretativo. Selecionamos para isso a fundamentação teórica de Milton Santos, entendendo que as categorias conceituais da geografia crítica miltoniana é a que mais se aproxima do objeto de estudo em questão. Em um segundo momento, descreveremos brevemente como ocorreu a divisão política administrativa de Cuba, tomando como referência os períodos coloniais, republicano (ou imperialismo estadunidense) e revolucionário. A seção três dedica-se a uma exploração a respeito da configuração urbana da capital Havana, detalhando (na medida do possível) a partir de revisão bibliográfica, como a criação, a expansão da cidade, e as transformações nas formas e funções da paisagem se confundiu com a própria fundação de Cuba. Por fim, na última parte, buscaremos uma interpretação dos dias atuais (o processo revolucionário), partindo das categorias conceituais de Santos utilizadas para este artigo.

Pretende-se, desta forma, trazer uma contribuição do caso de Cuba ressaltando a importância do método geográfico, dentro do qual o lugar, a paisagem, o território assumem o protagonismo não apenas como categorias de análise social, mas se constituem como próprios agentes de transformação da sociedade em questão. Afinal, como afirma Santos (2023[1996]), os objetos que compõem espaço não têm uma história e/ou uma geografia por si só, mas sua existência depende das relações sociais as quais estimulam e também se submetem. O espaço, portanto, tem um papel ativo.

METODOLOGIA

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O APORTE MILTONIANO PARA A COMPREENSÃO DO TERCEIRO MUNDO

Compreender a evolução socioespacial cubana e o processo de urbanização da capital Havana não é tarefa fácil. As peculiaridades que envolvem a transição desta sociedade do capitalismo ao socialismo exigiriam

uma avaliação para além do aspecto totalizante, abarcando também as singularidades estruturais relativas ao modo de produção socialista cubano, bem como a compreensão aprofundada de sua economia política, constituída nos próprios termos, o que está fora do escopo deste artigo.

São diversas as categorias de análise e métodos geográficos que poderiam ser aplicadas para o desenvolvimento interpretativo deste trabalho, contudo nos restringiremos ao aporte teórico de Milton Santos, pois suas fundamentações se aproximam da realidade dos países subdesenvolvidos da América Latina. Assim, seguindo uma lógica de evolução categorial, partiremos de conceitos mais elementares, como o espaço geográfico, até especificidades categóricas, tais como território usado e flexibilidade tropical. Entende-se que a abordagem de Santos fundamentado na Economia Política Crítica, e inserida no bojo do método dialético, aponta para uma materialidade em movimento e suas inúmeras contradições dentro do processo estruturante de uma sociedade. Essas contradições não necessariamente representam uma dualidade, mas pares dialéticos (unidades) que só podem ser entendidos dentro do processo como um todo (no caso, o modo de produção capitalista em sua totalidade).

Esta abordagem contribuirá para compreender a formação socioespacial de Cuba como resultado de uma práxis humana, um movimento de intencionalidades que recria o espaço, tomando como ponto de partida sua inserção em uma totalidade político-econômica hegemônica. Essa dinâmica configura uma dialética que se dá em uma relação aparentemente contraditória entre determinação e autodeterminação, heteronomia e autonomia, compreendida na ação e interação entre forças locais e forças externas.

A constituição do espaço geográfico a partir de Milton Santos é fundamentalmente política e econômica. Nele se relacionam seus elementos estruturantes (homens, firmas, instituições, técnicas, infraestruturas) que manifestam intencionalidades de classes, bem como estabelecem sistemas econômicos comandados pelo modo de produção dominante. A partir da abstração conceitual feita por Santos (2012 [1987]), o espaço é, portanto, um conjunto de fixos e fluxos. Este último recebe conotação política, deriva da

qualidade sobretudo da circulação, da distribuição e do consumo. Já os fixos são econômicos, sociais e culturais, referem-se às infraestruturas de comércio, casas, hospitais, escolas, igrejas, etc.

Mas o espaço geográfico não é apenas o conglomerado de objetos, ele também é a síntese temporal de sociedades que precederam esse lugar, de ações de homens que se sobrepuseram, perpetuando e criando novos sistemas. O espaço é um mosaico de diferentes eras, sintetiza a evolução da relação da sociedade com seus diferentes elementos estruturantes, bem como atualiza seu estado para os dias de hoje (Santos, 2020 [1985]).

Todavia, como afirma o autor, do ponto de vista local, o espaço não é apenas o resultado de ações concentradas internamente, ou seja, não se pode fazer uma interpretação válida do sistema local, apenas a partir da escala local. Isso porque “eventos à escala mundial sejam os de hoje ou de ontem, contribuem mais para o entendimento dos subespaços que os próprios fenômenos locais” (Santos, 2020 [1985], p.36). Este espaço, portanto, seria o resultado de forças externas diretas e indiretas. O que, por sua vez, não impede um certo grau de autonomia, de reação das forças locais mediante as forças gestadas à distância.

Assim também, é na categoria de território que a conotação política ganha força, tendo em vista a ideia de disputa de poder. Para o autor, o território é um “nome político” dado ao espaço geográfico de um país (Santos e Silveira, 2011). Em um processo de refinamento conceitual, ainda é preciso distinguir este território normado (território nacional de todos, aquele do Estado-Nação), do território-recurso (fundamentalmente o interesse de poucos, o do grande capital privado).

O território usado de Milton Santos, precisa ser compreendido como uma categoria de análise socioespacial que faz a mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. Como afirma De Souza (2005), o território usado é, assim uma categoria integradora por excelência. Devido ao caráter integrador, internaliza em si, as contradições imanentes da história em movimento, do espaço habitado que “é”, mas não “está” como antes. “Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado

Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território” (Santos, 2005, p.255)

O conceito de território, em si, só existe a partir de seu uso, a partir de um espaço social produzido intencionalmente, e onde as relações entre técnica, tempo e espaço se sobrepõem as antigas, bem como criam novas formas de organização produtiva e social. Para ele, o território não é apenas o palco das atividades produtivas, mas também o resultado das interações sociais sobre as quais, tendencialmente, sobressaem-se as intencionalidades hegemônicas.

Tais ponderações são essenciais para entender a formação socioespacial de Cuba, em especial a evolução urbana de Havana, hoje reconhecida como grande cidade⁴. Os arranjos dos objetos geográficos, seu caráter dinâmico resultante das ações humanas e a relação de interdependência que estabelecem são elementares para que a cidade resista como tal. Graças ao meio ambiente construído se estabelecem modelos culturais, econômicos, produtivos e de classe conferindo uma flexibilidade às grandes cidades do Terceiro Mundo (Santos, 1994).

Essa qualidade que cada cidade do Terceiro Mundo tem de adaptar-se às tarefas internas de planejamento - a despeito de uma totalidade hegemônica (forças globalizantes externas) - foi denominada por Santos (1994) de flexibilidade tropical. O conceito parte de uma reflexão crítica sobre o par dialético rigidez-flexibilidade característico das grandes cidades subdesenvolvidas. A rigidez refere-se às racionalidades impostas por atividades mais poderosas, imunes ao movimento das demandas locais, o que resulta em desigualdades de oportunidades que se materializam no espaço em vários níveis: nos circuitos espaciais de produção, no mercado laboral, na solvência financeira, no consumo, no acesso à moradia e aos serviços básicos (educação e saúde), entre outros.

O endurecimento da cidade é paralelo à ampliação da intencionalidade na produção dos lugares [...]. Esses lugares, que transmitem valor às atividades que aí se localizam, dão margem a uma nova modalidade de

⁴ Hoje, a capital conta com pouco mais 1,8 milhões de habitantes, segundo os dados oficiais divulgados no final de 2023.

criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução da cidade (Santos, 2006, p.169).

Diante disso, a flexibilidade tropical surge como outra possibilidade de pensar o ordenamento espacial, e assim, atenuar a crise aos próprios moldes. Essa flexibilidade parte tanto dos elementos e condições pré-existentes, bem como de novas intencionalidades que serão projetadas pelos atores sobre a cidade. Este velho e novo espaço constituído, resultante da interação do homem com as técnicas, subsídios e saberes disponíveis, permite “a atuação de todos os tipos de capital, e, desse modo, admite a presença de todos os tipos de trabalho” (Santos, 2013 [1994], p.79). Em outras palavras, as cidades periféricas detêm a capacidade de resistir, de pensar alternativas ao paradigma de planejamento produtivo e territorial exógeno, mediante a recriação de suas formas, de suas ações, conferindo novas interações e funcionalidades ao seu modo de produzir, de distribuir, de consumir, em suma, de subsistir.

CUBA, A CHAVE DO GOLFO: VALOR GEOGRÁFICO E PRIMEIRAS DIVISÕES POLÍTICO ADMINISTRATIVAS

A história de Cuba é fundamentalmente uma história de disputa de poder, e, portanto, a história da economia política do território. É o resultado do material e do imaterial que se projetam no espaço, e ali, também se ressignificam em uma relação dialética entre fixo e fluxo, o objeto e a ação. Seria incoerente, portanto, pensar no território cubano apenas como palco de transformações, já que ele é, por si só, uma materialidade em movimento.

A conquista do território cubano pelos espanhóis em 1492 - no que Friginals (2005 [1995]) chamou “a invenção de Cuba” - foi um “fato econômico e político-social que determinou profundas mudanças culturais” (Friginals, 2005[1995], p.39). Desde seu processo de colonização, o território cubano foi, ao

mesmo tempo, o meio e o resultado de inúmeras batalhas militares e ideológicas que se seguiram na sequência⁵.

As origens, os traços do desenho territorial, a modificação da paisagem, a constituição do espaço geográfico e sua materialização remontam ao passado que, para fins didáticos, pode ser dividido e resumido a três períodos: o colonial, o chamado período republicano sob o imperialismo estadunidense e o triunfo revolucionário a partir de 1959 (com resquícios do bloqueio estadunidense a partir de 1961). A Cuba de hoje é, portanto, a sobreposição de heranças socioespaciais em uma combinação de permanência de antigos objetos e ações, e de novas formas e funções que configuram esse espaço.

Cobiçada desde o século XV por Espanha, Inglaterra, e nos séculos seguintes pelos EUA, geograficamente, Cuba ocupa uma posição estratégica devido à Corrente do Golfo, principal corrente marítima que durante o capitalismo comercial ligou o Novo Mundo à Europa. Sua localização, incrustada no Golfo do México, oferecia também um entreposto que ligava América de Norte à América do Sul, além de constituir-se como refúgio natural, dificultando ataques piratas ou possíveis invasores que cobiçavam o território. O porto de Havana, na parte Norte Ocidental da ilha, tornou-se com o tempo o porto de armazenagem de toda riqueza espoliada na América Latina. Nos séculos XVI e XVII, todo ouro, ou quase todo ouro, extraído pela Espanha da América do Sul passava pelo porto de Havana. Além disso, as condições climáticas da ilha associada às terras férteis fizeram com que a produção açucareira submetesse o país desde cedo à condição de primário exportador. Não por acaso, no século XVII, José Martín Félix de Arrate Acosta, historiador e político a serviço da coroa

⁵ Em 1762, Havana foi tomada e dominada pelos Ingleses durante 11 meses, em uma batalha sangrenta conhecida por Guerra dos Sete anos e que envolveu a disputa das principais potenciais europeias do período (Espanha, Inglaterra e França) pelo mercado da América Latina e Caribe. Posteriormente, Cuba passou por duas grandes Guerras de Independência, primeiro a chamada Guerra dos Dez anos, entre 1868-1878, e depois, entre 1895-1898. Posteriormente, o período republicano seria marcado por crises internas, revoltas e dois golpes que culminaram com a ascensão de Fulgêncio Batista até 1959, quando os revolucionários armados liderados por Fidel Castro, tomaram Havana, em 1 de janeiro de 1959. Em 1961, Cuba ainda passaria pelo contra ataque dos Estados Unidos em uma batalha que deixou centenas de mortos conhecida por Invasão da Playa Girón.

espanhola cunhou a ilha de a “Chave do Novo Mundo”, sendo conhecida posteriormente, também, como a Chave do Golfo⁶.

Todas essas características despertaram, já na virada para o século XIX, o interesse dos EUA, que passou a enxergar a ilha como potencial território a ser anexado ao governo norte-americano. Em 1822, pouco antes do lançamento da chamada Doutrina Monroe (1823) – que promovia a forma como o jovem estado deveria se impor na América frente as demais potências – o então secretário dos EUA, John Quincy Adams, faz saber ao governo de Madri sobre a inevitável anexação de Cuba ao território estadunidense, no que ficou conhecido como teoria da Fruta Madura:

Pero existen leyes de gravitación política como existen leyes de gravitación física: y así una manzana combatida por la tempestad en su árbol nativo no puede elegir sino caer en tierra, Cuba desunida por la fuerza de su actual y artificial unión con la España, e incapaz de someterse a sí misma, solo puede gravitar hacia los EE.UU., que por la misma ley de la naturaleza no pueden desampararla en su caída (Adams *apud* Sierra, 1998, p.15).

O domínio estadunidense se concretizaria logo após a Guerra da Independência de 1898 e duraria até de 1 de janeiro de 1959, quando o governo Revolucionário de Fidel Castro chegaria ao poder e declararia o caráter socialista da Revolução, em 1961, buscando superar o capitalismo por meio de uma economia política baseada na nacionalização das empresas, reforma agrária, produção coletiva, propriedade estatal sobre os meios de produção, planejamento centralizado e elevados investimentos sociais, sobretudo na educação.

Essa sucessão de eventos históricos foi essencial para configurar o território cubano a partir de sua divisão político administrativa e como ela se manifestou em cada um dos períodos mencionados. De modo geral, de 1600 até os dias atuais Cuba passou por sete divisões político-administrativas (DPA): três sob o governo espanhol, uma sob o governo dos EUA, três sob o governo Castro.

⁶ Obra disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/llave-del-nuevo-mundo--0/html/ff06c4ca-82b1-11df-acc7-002185ce6064_2.html#1 .

1. Extraoficialmente a primeira divisão política-administrativa de Cuba ocorreria em 1607 quando a ilha seria dividida em dois departamentos com governos independentes, um com sede em Havana (ocidente) e outro em Santiago de Cuba (oriente). Esta divisão política em dois territórios seria reconhecida oficialmente somente em 1774. Até então, a despeito dos dois departamentos, Cuba era vista apenas como única província.
2. A segunda DPA ocorreria 53 anos depois, em 1827. Esta seria o resultado do crescimento econômico e demográfico provocados pela expansão agrícola e uma incipiente indústria açucareira. A DPA de 1827, repartiria o território cubano em três departamentos Ocidente (capital Havana), Centro (Capital Trinidad) e Oriente (capital Santiago de Cuba).
3. A terceira DPA, de 1878, seria motivada mais por intenções políticas do que propriamente econômica ou demográfica. Uma vez concluída a Guerra dos Dez Anos (1868-1878), a Espanha se viu na obrigação de oferecer concessões aos insurretos locais, as quais nunca cumpriu, entre elas oferecer mais representação de base por território (Delgado, 2021). Muito pelo contrário, a divisão do território serviu apenas para eleger mais deputados, representantes da corte espanhola, com o objetivo de minar a organização de base, a insurreição independentista, e assim multiplicar o controle da Espanha sobre o território cubano. Nesta DPA, o termo província foi oficialmente adotado. Cuba então passa a ter seis províncias.
4. A quarta DPA, já sob o governo republicano dos EUA (1953), e a quinta DPA (1970) sob o governo socialista de Fidel, não trariam modificações significativas aos limites territoriais das províncias (continuam seis províncias). As adaptações no primeiro caso (DPA de 1953) se dariam para comportar a elevada taxa de natalidade, e o fluxo migratório proveniente da Europa devido à II Guerra Mundial. Já, no segundo caso (DPA de 1970) seriam feitos apenas alguns ajustes territoriais com o deslocamento de municípios a outras províncias.

5. A sexta DPA, de 1976, já nos marcos do I Congresso Partido Comunista de Cuba também teria uma conotação política. No intuito de fortalecer a coesão política, a nova divisão territorial foi vista como a oportunidade de criar uma unidade nacional a partir da maior participação das massas representadas pelos Órgãos do Poder Popular. A nova DPA teria por finalidade “lograr una vinculación más directa entre la dirección nacional y la base, en correspondencia con las exigencias del desarrollo económico y social planificado” (Delgado, 2021, p.40). Neste momento, Cuba passa então a ter 14 províncias e um município especial, hoje conhecido por Isla de la Juventud.
6. Finalmente, em 2011, já nos marcos da chamada atualização do socialismo cubano, a nova DPA modificou, fundamentalmente, os limites geográficos de Havana. Esta divisão foi pensada de modo mais funcionalista com o objetivo de facilitar a administração local dando mais coerência ao controle de recursos, funções econômicas e produtivas, comunicação e atendimento de demandas locais. A antiga Havana era dividida em Cidade de Havana e Havana campo. Esta última foi repartida em dois territórios que deram origem às províncias de Artemisa e Mayabeque. Atualmente, Cuba conta com 15 províncias, totalizando 168 municípios, mais o município especial Isla de La Juventud.



Figura 1: Atual Divisão Político-Administrativa de Cuba.

Fonte: Orosa, 2012.

O resgate da importância geográfica de Cuba, bem como de sua conformação política administrativa a partir da contextualização dos três períodos históricos mencionados, tem por objetivo explicar como essa lógica, em nível macro, também se desenvolveu no âmbito local das cidades de Cuba, em específico, a cidade de Havana. Desta forma, veremos como a atual capital guarda nos objetos de sua paisagem, uma materialidade e uma dinâmica de ações que representam a superposição de antigas formações socioespaciais, bem como as intencionalidades dos atuais agentes nos marcos de uma economia política pautada pela atualização do socialismo cubano.

HAVANA: URBANIZAÇÃO, USO DO TERRITÓRIO E TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM

A história de Havana confunde-se com a história de Cuba. A origem desta cidade está diretamente associada à importância que o mar adquiriu no seu processo de conformação. Como afirma Friginals (2005[1995]), quem olha para Havana, deve, portanto, olhar do ponto de vista do mar. Sobretudo porque, ao longo dos séculos, o mar foi (e é) um elemento que se integrou cada vez mais na cultura material e espiritual dessa sociedade.

Fundada em 1519, a atual capital congrega mais de cinco séculos de transformações na paisagem, resultante do uso do território durante os períodos coloniais, republicano (imperialismo estadunidense) e revolucionário. A história de Havana começa por Habana Vieja, um dos assentamentos coloniais mais antigos do Novo Mundo. Sua construção começou efetivamente em 1520, pouco depois de sua fundação como vila. Em pouco tempo, esta vila se converteu em um ponto estratégico de comércio e para defesa da ilha, o que levou os espanhóis a desenharem um planejamento urbano em quadrículas de ruas e praças para facilitar o tráfego de pessoas, o escoamento dos produtos e a defesa militar.

Até o século XVIII, importantes obras arquitetônicas marcaram a paisagem urbana desse mundo criado pelo mar, como a construção do Castillo de la Real Fuerza (1558-1587), do Castillo de los Tres Reyes del Morro (1589-1630) e da Fortaleza de San Carlos de la Cabaña (1763-1774). Outra grande obra que

complementou a defesa militar por terra foi a construção da muralha (1671-1740). Com quase 5km de extensão (4.892 metros), 1,40m de espessura e 10 metros de altura, a muralha, que chegou a ter nove portões, limitou, a princípio, a expansão urbana da península, separando-a da zona rural. A muralha foi demolida a partir de 1863, quando a intensificação das atividades econômicas conduziu à expansão urbana para além dos muros da vila de Havana. As igrejas também são outras testemunhas da arquitetura colonial, são várias espalhadas, sobretudo no perímetro de Habana Vieja, entre elas estão a Catedral de Havana (1748-1778), a Igreja de las Mercedes (1865-1867) e o Conventos de São Francisco (1719-1738).

Essas formas permanecem até hoje na paisagem urbana, trazendo à memória o que um dia foi a vila de San Cristóbal de la Habana. Ao circular pelas ruas de Habana Vieja é comum identificar traços singulares que remontam ao período: casarões antigos que seguem habitados (ainda que em condições deterioradas pela falta de reforma), ruas bem estreitas e calçadas quase inexistentes. Por conta disso, não há postes de luz, toda infraestrutura de energia foi construída subterraneamente, desde o período colonial.

Economicamente, até o século XVIII, Havana se estabeleceu como importante centro comercial de mercadorias e escravos, além de ser o principal enclave marítimo e militar a serviço da estrutura global comandada pela Europa. Diferentemente de outros países da América Latina, Cuba não possuía, ou pouco possuía, jazidas de ouro ou prata. De maneira que, pelas suas características o que se estabeleceu, a princípio, foi uma colonização de serviços. Todo processo de conquista foi organizado como um negócio por grupos econômicos que, com capital próprio, e respaldo do Estado organizaram a dominação desse território entorno de uma função predominante de serviços.

“Havana foi se convertendo no centro de reuniões de frotas, com o obrigatório suprimento de água, abastecimentos para a viagem transatlântica, trabalhos de carenagem e reparação de navios, hospedagem para a população de passagem, custódia dos tesouros particulares ou reais em trânsito, vigilância de zona marítima e proteção contra ataques inimigos” (Fraginals, 2005 [1995], p.50). Esses e muitos outros serviços exigiram o surgimento de uma potente atividade

econômica baseada em manufaturas complementares de artigos para navios, fortalezas, moinhos, armazéns, estaleiros, etc. Tais fatores impulsionaram o crescimento de Havana que, já no século XVII, havia sido alçada à categoria de cidade dentro do que ainda seria o recinto cercado pela muralha.

Prematuramente, Havana reuniu características de urbe moderna, muito antes, inclusive, de algumas cidades espanholas. Até a última década do século XIX, Havana já havia adotado e implantado em seus serviços e infraestrutura as técnicas desenvolvidas durante a I e II Revolução Industrial. Ontiveros e Ramírez (1996) enumeram algumas delas: em 1794, a primeira máquina a vapor; em 1819 o primeiro barco à vapor da América Latina; em 1837 a implantação da ferrovia; 1848, iluminação pública a gás; entre 1851-55, o telégrafo; em 1862, o transporte público de tração animal; entre 1874-1893 aqueduto de abastecimento de água; em 1881, o serviço telefônico; e, em 1890, a iluminação eléctrica.

Embora, antes da demolição do muro, a vida urbana para além dos limites de Havana tenha ganhado força, é após a guerra da independência de 1898, e sob o novo domínio do império estadunidense, que essa expansão se consolida. Nos primeiros 20 anos da república, a urbe experimentou a primeira grande expansão do século XX, com a mancha urbana estendendo-se principalmente para a direção oeste (o que hoje seria Centro Havana, Vedado e Playa), onde fundamentalmente se instalou a aristocracia e a burguesia naquela época.

No entanto, o maior crescimento ocorreu no pós-segunda guerra devido ao crescimento demográfico e a estabilização no preço do açúcar. A expansão da faixa urbana e suburbana se deu a partir de um processo especulativo, revelando já as assimetrias que diferenciavam o tipo de infraestrutura e as tipologias arquitetônicas. “El alto precio del suelo en las áreas centrales y la franja próxima al mar, ocupadas por los sectores de ingresos económicos más elevados, condujo al incremento de los alquileres, obligando a una parte de las clases populares a establecerse en áreas alejadas de los centros” (Mendez e Hernández, 2022, p.66).

Os sucessivos planejamentos urbanos que se estabeleceram continham viés ideológico. Envolviam sobretudo o interesse de políticos e proprietários, os

quais em concordância com o poder de solvência de seus habitantes buscavam ocupar novas zonas da cidade. Mendez e Hernandez (2022) apontam que a intenção de beneficiar o empresariado nacional mediante a oportunidade de estimular a construção de habitações levou, em 1953, à criação da Divisão de Fomento de Hipotecas, bem como como uma divisão do Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba (BANFAIC), criando o Seguro de Hipoteca. Esse processo de fracionamento da cidade com vistas a especulação imobiliária, fomentado pela consolidação de um capitalismo financeiro que gradativamente se mundializava, foi uma das expressões mais radicais da anarquia da ocupação territorial em Havana, pois na mesma medida que crescia a urbanização, cresciam também as assimetrias sociais.

Efetivamente, foi durante o desenvolvimento do capitalismo financeiro, encabeçado pelos EUA que Cuba, especialmente Havana, conhece um elevado desenvolvimento econômico e produtivo, bem como a modernização da malha urbana com quilômetros de estradas pavimentadas, rede de comunicação, rede comercial, rede bancária, malha industrial coesa. Na década de 50, Cuba chegou a ter o terceiro maior PIB per capita da América Latina e Caribe, o segundo maior PIB per capita em consumo de carne da região, o terceiro país com maior nível de salários da indústria açucareira. Havia um automóvel para cada 30 pessoas, e 57% da população era urbana. Só Havana concentrava 25% de toda população de Cuba naquela época (Pericás, 2018)

Em termos de materialidade urbana, a principal obra do período foi a construção do Malecón. A famosa via costeira de 8 km de extensão foi uma obra de engenharia primorosa, começou em 1901 e só terminou em 1958, sendo construída em três etapas. Até então a região costeira de Havana recebia todos os dejetos provenientes de casas, comércios etc., e que desaguavam direto no mar. Uma parte do Malecón teve que ser aterrada, e tubulações foram instaladas pra canalizar os dejetos.

Outra obra marcante do período foi o capitólio de Havana. Erguido no final da década de 40 e inspirado no Panteão de Paris e capitólio de Washington, o prédio inicialmente fora construído para abrigar o congresso americano, mas

hoje abriga a Assembleia Nacional Popular. Além disso, hotéis luxuosos e seus cassinos, a exemplo do Hotel Nacional, o Hotel Riviera e o Habana Libre se tornaram símbolos da máfia italiana e norte americana. Sua construção, à época, recebeu total apoio do então ditador Fulgêncio Batista.

Cuba era usada por esses grupos para a lavagem de dinheiro e diversão que mesclava os principais vícios da burguesia: o jogo, a bebida e a prostituição.

El alcohol se convirtió en el elixir mágico que transformaría La Habana en el ejemplo supremo de la buena vida [...] El juego también formaba parte de la ecuación [...] Estaba también el sexo. En su mayor parte, los turistas masculinos dejaban a la esposa en casa [...] Con el fin de aumentar al máximo el potencial de la isla, los capitalistas se unieron para fundar un «trust del placer» integrado por compañías e inversores estadounidenses y alineado con ciertos intereses políticos cubanos (English, 2007, p.26-27).

Em 1946, o Hotel Nacional foi palco da maior reunião de gangster que se teve notícia, o evento que contou inclusive com show de Frank Sinatra reuniu líderes de 23 grupos mafiosos norte-americanos com o objetivo de traçar novas estratégias para expandir os negócios financeiros em Cuba.

Cines teatros também foram construídos nessa época, em sua maioria em bairros centrais, como Vedado Playa e Nuevo Vedado, locais onde fundamentalmente se concentrava a burguesia. Alguns dos mais famosos, como teatro Karl Marx, Cine 23 y 12, Cine Yara e Cine Acapulco continuam ativos até hoje e costumam ser palcos para festivais de música, teatro e cinema, com preços simbólicos para a população.

Apesar de todo progresso registrado durante o período republicano, Cuba era também o espaço das desigualdades, da concentração de terra e de bases produtivas nas mãos de pouco. Havia predominância de grandes monopólios com transnacionais estadunidense (Pericás, 2018). Os EUA detinham a maior parte da produção açucareira, além do controle sobre setores essenciais como o de telecomunicações, de energia, de transporte, de ferrovias. A oferta de créditos do sistema bancário nacional era essencialmente usada para favorecer as corporações monopolistas estrangeiras que chegavam na ilha como Sherwin Willians, Texaco, Shell e Firestone.

Em que pese os bons salários na indústria açucareira, o desemprego era crônico, 25% da força de trabalho estava desocupada e os outros 75% referia-se à mão-de-obra temporária, sazonal, que estava empregada na produção açucareira. Embora existisse uma malha industrial desenvolvida, faltava uma política de localização racional, já que Havana congregava 75% de toda produção industrial não açucareira do país. Em 1953, Cuba tinha um milhão de analfabetos, na zona rural, a porcentagem de iletrado era de quase 42%, apenas 3% da população tinha nível médio, e só 1% tinha acesso a curso superior.

Mas, a partir de 1959, o processo revolucionário trouxe novos modos de apropriação do espaço. Inicialmente, a cidade se transformou em palco de mobilizações em massa. A presença de Fidel Castro atraía multidões em discursos homérico, que costumavam durar de 4 a 6 horas, sobretudo na Plaza de la Revolucion, antigo centro cívico construído por Fulgêncio Batista. Algumas antigas formas assumem novas funções. Os hotéis da máfia estadunidense se transformaram em ambientes de reuniões dos comitês revolucionários. Inclusive, Fidel Castro instalaria em uma das habitações do Hotel Habana Libre, o que seria o QG da Revolução. Atualmente esses hotéis continuam em funcionamento e são propriedade do Estado Cubano.

A urbanização de Cuba durante o processo Revolucionário seguiu uma tendência singular. Segundo Rabaza (s/d), diferentemente da urbanização de tipo extensivo (expansão de assentamentos e foco nas grandes cidades), que acompanhou os períodos históricos precedentes, durante o processo Revolucionário entram em jogo os fatores de tipo intensivo (apontam para as assimetrias internas). Ou seja, a vida urbana não se limita mais às áreas centrais das grandes cidades, mas se difunde para as zonas periféricas, avançando para além perímetro central, e chegando às zonas rurais. Uma das características desse processo de tipo intensivo levado à cabo pela Revolução, foi a prioridade dada a infraestruturas básicas de cunho social, como acesso à terra, à moradia e à educação.

O processo de reforma agrária iniciado em 1959, e que continuou entre os anos 60 e 61 foi um exemplo disso. Era o fim do latifúndio. Pequenas

propriedades de terra, além de moradia foram entregues aos trabalhadores camponeses. A Campanha de Alfabetização, também iniciada em 1959, instituiu brigadas de voluntários que chegaram aos lugares mais longínquos de Cuba para instruir, construir escolas, Faculdades de Obreros e Campesinos, e instalar uma rede de bibliotecas para acesso comunitário.

Así se diferencian la urbanización antigua, la reciente y la muy reciente, coincidentes también con los períodos colonial, neocolonial y socialista. Estos planteamientos de etapas y fases del desarrollo urbano nos indican pues, que la urbanización no tiene una etapa decadente, ni concluyente, ya que ella marcha al unísono del desarrollo económico, y surge a la par del proceso de asimilación del territorio y como fase superior del mismo (Rabaza, s/d, p.3).

Na primeira década da Revolução, a população urbana cresce para 60.5%. Interessante atentar para o fato de que entre os anos 1970 e 1981, houve um crescimento de aproximadamente 60% das cidades menores e povoações entre 2.000 e 10.000 habitantes. A política de desenvolvimento urbano da Revolução que tinha por objetivo descentralizar o inchaço da zona capitalina levou à Divisão Política Administrativa de 1976, repartindo o território cubano de 6 para 14 províncias e, assim, fortalecer os centros provinciais no âmbito produtivo e social.

Em termos urbanísticos, específicos à capital Havana, houve a introdução de novas formas arquitetônicas a exemplo da Sorveteria Copellia, no bairro Vedado. A sorveteria de dois andares, e que ocupa um quarteirão inteiro foi construída na década de 60 com estilo arquitetônico modernista projetado por Mario Girona Fernández. Ativa até hoje, desde sua inauguração a sorveteria oferece os preços mais acessíveis da cidade, motivo pelo qual é comum que as quatro entradas tenham filas consideráveis, com tempo de espera de aproximadamente 2 horas.

Outra marca arquitetônica do período são os edifícios de estilo soviético, como os que atualmente compõem os Ministérios do Interior e da Comunicação, na Plaza de la Revolución. Os blocos pré-fabricados da época da URSS também serviram para expansão da urbanização em zonas periféricas da cidade com a criação de conjuntos habitacionais levantados a partir das microbrigadas dos

anos 70. Um dos bairros que mais representa esta época é Alamar, localizado na zona leste de Havana.

Por fim, talvez um dos maiores legados da etapa Revolucionária seja a restauração do centro histórico de Habana Vieja. O projeto conduzido pela Oficina do Historiador da Cidade, e a cargo do historiador Eusebio Leal, ocorreu entre anos 70 até a primeira década dos anos 2000. Essa restauração, fortalecida a partir do Plan Maestro decretada por Fidel Castro em 1993, foi de extrema importância para revitalizar parte o sítio histórico e atrair milhares de turistas até hoje.

Em 1982, o Centro Histórico de Havana foi incluído na lista de patrimônio mundial, pela Unesco. Além disso, o Plan Maestro obteve o reconhecimento de especialistas internacionais em patrimônio cultural, sendo recompensado com mais de 20 prêmios nacionais e internacionais, sendo também incorporado pela Unesco na lista de melhores práticas de restauração do patrimônio mundial. “Basado en la autogestión y dotado de un enfoque social, educativo y cultural a la vez, el Plan Maestro cubano se ha convertido en un modelo internacional para la restauración y valorización de los centros históricos urbanos, especialmente en los países de América Latina” (Unesco, 2023, online).

CAMINHOS INTERPRETATIVOS PARA OS DIAS ATUAIS (À GUIA DE CONCLUSÃO)

Como toda e qualquer proposta de construção de sociedade, Cuba, ao longo de seu processo Revolucionário foi tomada por contradições inerentes ao sistema. Quem deseja compreender o atual socialismo cubano, deve se esmerar em compreender sua história a partir de suas particularidades estruturais, sem perder de vista o geral, isto é, as causas históricas mundiais com seus movimentos de sublevação.

Decretado o caráter socialista da Revolução em 1961, logo em seguida (1962), os EUA iniciariam oficialmente o bloqueio econômico contra Cuba. Isso fortaleceria a aproximação com o bloco socialista do leste europeu, em especial a URSS, culminando com a entrada de Cuba no Comércio da Assistência Mutua

dos países socialistas (Comecon), em 1972. Pode-se afirmar, que ao longo dos anos subsequentes tanto um fator (bloqueio) quanto outro (apoio soviético) atuaram em um movimento contrário e complementar, empurrando Cuba para a construção de um sistema próprio e aos moldes dos países do terceiro mundo: subdesenvolvido, dependente e particularmente embargado.

O subdesenvolvimento (e sua conseqüente dependência) é a característica geral que une Cuba aos fenômenos de igual natureza que ocorreram nos demais países da América Latina. Por esta razão, o estudo dos fenômenos urbanos nestes países deve partir de dois dados essenciais segundo Santos (1982): “de um lado, os efeitos de dominação por parte de países ou regiões mais desenvolvidos; de outro, os esforços mais ou menos grandes e mais ou menos bem-sucedidos para evitar ou, ao menos, atenuar os efeitos do domínio” (Santos, 1982, p.11).

Assim, nas primeiras décadas de fase gestacional da Revolução, entre 1961 até 1989 (queda da URSS), Cuba se empenharia na transição para o socialismo como projeto de sociedade. Uma das apostas iniciais era alinhar as transformações sociais com as potencialidades da ciência e da tecnologia, estabelecendo, para isso um sistema organizativo baseado na técnica. O caminho para o socialismo, muito embora tenha sido fortemente subvencionado pela URSS em termos materiais (monetário, insumos, produtos, maquinários, etc...) e imateriais (transferência de conhecimento de tecnologia e técnicas organizativas), estas não foram suficientes para criar uma condição produtiva necessária à realidade cubana. Principalmente devido às inconsistências em processos tecnológicos não condizentes com as matérias-primas recebidas ou com as infraestruturas pré-existentes (Loncomilla, 2024).

A superação do capitalismo, no entanto, não significava necessariamente ignorar ou, no limite, erradicar aquilo que já estava posto em termos técnicos infra estruturais. Não por acaso, o próprio Che Guevara enquanto esteve à frente do Ministério das Indústrias (1961-1965), admitiu a necessidade de aceitar a relevância dos procedimentos técnicos capitalistas, incorporando-os na transição ao socialismo.

As formas de condução da economia, numa ótica tecnológica, devem buscar-se onde estejam mais desenvolvidas e possam ser adaptadas à nova sociedade. A tecnologia do campo imperialista pode ser utilizada pelo campo socialista sem perigo de “contágio” da ideologia burguesa. No rumo econômico, sucede o mesmo em tudo o que se refere às regras técnicas de controle de produção e direção. (Guevara, 2009[1964], p.62).

A preocupação do então ministro residia menos na infraestrutura em si, e mais sobre o modo como tais formas seriam (re)incorporadas na dinâmica produtiva socialista. Em outras palavras, ressignificar a técnica, passava por ressignificar as condições do modo de produção capitalista, cuja as contradições postas entre forças produtivas x relações de trabalho resultavam sempre na exploração da mão-de-obra para extração da mais-valia.

Ora, para Santos (2023 [1996], p.250), o projeto de uma *civilização técnica*, traz consequências de peso justamente na significação do território como um todo, e também em suas partes como regiões, cidades, e zonas especiais de produção. O projeto cubano e sua configuração socioespacial, de 1959 até hoje é, justamente, essa soma de: sociedades preexistentes, bloqueio estadunidense, influencia soviética e a busca por um caminho aos próprios moldes. O movimento histórico que segue a partir dos anos 90 foi particularmente determinante para que Cuba buscasse a afirmação de seu território entorno de uma revisão interna, sem perder de vista as pressões de poderes globalizantes hegemônicos que continuam à sombra de sua existência. Até porque, como afirma Santos (2021 [1982]), todo uso do espaço sob a lógica da produção globalizante (capitalista) pressupõe um uso privilegiado em função das forças hegemônicas substancialmente privadas.

A partir dos anos 90, a queda do campo soviético no Leste Europeu, o fim da URSS como principal parceiro econômico, a saída do Comecon, e a intensificação do bloqueio com as leis Torricelli (1992) e Helms Burton (1996)⁷ - entre tantas outras normativas de recrudescimento que se seguiram - limitaram

⁷ A Lei Torricelli, também conhecida como “Lei para a democracia em Cuba” foi aprovada pelo congresso norte-americano em 1992 e proibia as subsidiárias norte-americanas sediadas em outros países de realizar negócios com cuba. Também proibiu a viagem de cidadãos dos EUA à ilha. Já a Lei Helms-Burton entrou em vigor em 1996. Seu principal objetivo é penalizar as empresas estrangeiras que negociam com Cuba, impedindo-as de fechar negócios com os EUA.

ainda mais o acesso a créditos, insumos, bens materiais, imateriais e serviços, reconfigurando a paisagem cubana em uma relação simbiótica com as políticas socioeconômicas internas, as quais, em um movimento pendular entre dogma e pragmatismo, centralização e descentralização revelaram, também, o caráter contraditório do sistema cubano.

Instaura-se, então, uma crise, conhecida como Período Especial, que com altos e baixos, manifesta-se até os dias atuais. O movimento de reavaliação do projeto revolucionário ganharia força a partir de 2008, com a chegada de Raul Castro ao poder, oficializando-se a partir de 2011, nos marcos da promulgação dos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución* que, entre outras coisas, reafirmou o caráter socialista de Cuba, ao mesmo tempo em que reconheceu a necessidade de outras formas gestão econômica que não apenas a Estatal avalizando a chamada atualização do socialismo cubano.

Os eventos mais recentes, como as 243 medidas de recrudescimento sancionadas por Trump em 2019, a pandemia da Covid-19 em 2020, a reforma monetária interna conhecida como *Tarea Ordenamiento* em 2021, bem como a Guerra entre Rússia e Ucrânia, aprofundaram ainda mais crise socioeconômica do país, obrigando o governo a retomar as medidas de atualização interna para amenizar o processo inflacionário, a desvalorização dos salários e a escassez de alimentos. Uma das principais medidas, nesse sentido, foi a liberação das micro e pequenas empresas privadas de capital nacional, conhecidas como Mipymes, a partir Decreto nº 46 de agosto de 2021.

Embora algumas interpretações classifiquem as Mipymes como ator totalmente novo, Cuba tem, desde a Revolução, uma relação histórica de centralização e descentralização em relação ao empreendimento e/ou capital privado, representado, primeiro, pelos investimentos estrangeiros (oficializado desde anos 90 com crise do Período Especial), e depois, pelos Trabalhadores por Conta Própria (TCPs) ou *Cuentapropistas* que adquirem uma licença para abrir pequenos negócios, em sua maioria relacionados ao comércio de bens e serviços de baixo valor agregado (gastronomia, hospedagem, serviço de entrega, transporte, vendedores ambulantes, etc...). À diferença dos TCPs, as Mipymes se

constituem como personalidade jurídica e são autorizadas a contratar até 100 empregados, no caso das médias empresas.

A inserção das Mipymes na economia cubana nesse curto espaço de tempo produziu uma configuração em que alguns resultados sociais e econômicos podem ser avaliados, seja na oferta de bens e serviços, seja na reconfiguração do mercado de trabalho, seja na criação de novas políticas voltadas para o empreendedorismo privado. A profusão destes empreendimentos privados tem sido um marco para a expansão da chamada “segunda economia” (Nove, 1989; Cepal, 1997; Estrada, 2015), ao mesmo tempo que revelam algumas desigualdades: econômicas (nem todo cubano tem capital inicial e influência para abrir sua própria empresa), salariais (os salários dos empreendimentos privados são maiores que do setor estatal), territoriais (a maioria da Mipymes estão concentradas em Havana e em zonas cêtricas da capital), de gênero (74,4% do sócios são homens para 25,6% de mulheres), de acesso (os preços dos bens e serviços das Mipymes privados são bem mais elevados se comparados ao do setor estatal) entre tantas outras contradições com as quais o governo cubano está procurando lidar a partir de agora.

Quem transita por Cuba, sobretudo pela capital Havana, encontra uma paisagem onde as velhas e novas formas passam a conviver no espaço, bem como novas funções se sobrepõem as antigas funções. Uma Havana onde os antigos hotéis se misturam aos novos complexos turísticos, marcadamente por torres modernas e financiadas por investidores estrangeiros (como o famoso Ibero Star Selection, do Vedado, mais conhecido como Torre K). Onde os empreendimentos estatais se mesclam aos ambulantes (formais e informais), *timibirichis* (negócios de garagem que podem ser tantos TCPs licenciados como informais) e Mipymes com infraestruturas modernas. Onde os clássicos da Ford e Chevrolet dos anos 40 e 50 circulam junto aos carros e motonetas elétricas que se multiplicaram pelas ruas de Havana. Onde turistas com alto poder aquisitivo desfrutam dos melhores roteiros turísticos enquanto a crise tem levado um número considerável de pessoas em situação de vulnerabilidade para as ruas.



Figura 2: O Capitólio de Havana.

Fonte: Autoria própria.

Enfim, a Reinvenção de Cuba (parodiando Fraguinals) se materializa em uma paisagem marcada por um misto de resistência, insistência, nostalgia, melancolia, deterioro e criatividade. Em Havana, essa reinvenção dialética, onde diversas formas de capitais, produção e trabalho se manifestam de maneira contraditória na paisagem, condiz com a flexibilidade tropical característica dos países subdesenvolvidos.

O estudo de tais fenômenos, à rigor, partem sempre de um enfoque econômico para se desdobrarem posteriormente em uma ótica histórica, sociológica e, no limite, antropológica. Os mesmos fenômenos que dificilmente são analisados do ponto de vista do lugar, do espaço sobre o qual se constituem. Talvez porque exista uma dificuldade metodológica (mesmo dentro das ciências geográficas) em assimilar a existência de um jogo dialético entre estabilidade histórica e novas condições que impulsionam o desenvolvimento da cidade em sua materialidade. “Na medida em que a economia se altera profundamente, assim como a sociedade correspondente, e na medida também em que os tipos de relações econômicas e de toda ordem mudam substancialmente, as cidades se tornam rapidamente *outra coisa* ao que era até então” (Santos, 2020 [1985], p.64).

Desta forma, o espaço assume um papel importante ao estimular novas articulações entre homens e objetos.



Figura 3 – Habana Vieja.

Fonte: Autoria própria.

REFERÊNCIAS

CEPAL. **La Economía Cubana: reformas estructurales y desempeño em los noventa**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

DE SOUZA, M. A. Milton Santos, um revolucionário. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. N.16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ENGLISH, T.J. **Nocturno de la Habana: cómo la mafia se hizo con Cuba y la acabó perdiendo en la Revolución**. Epublibre, 2007.

ESTRADA, O.F. Hacia un nuevo modelo de Planificación en Cuba. (2015). En: Torres, R.; Pérez, O.M.; Castilacci, F; Brundenius, C. (Ed.) **Cuba en un nuevo Escenario, perspectiva de desarrollo económico**. La Habana, Cuba: Publicaciones Acuario, 2015.

FRAGINALS, M.M. **Cuba Espanha Cuba: uma história em comum**. São Paulo: Edusc, 2005.

GUEVARA, Che. **Textos Econômicos**. Tradução: Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 2009.

LONCOMILLA, G.M. A centralidade tecno-científica na configuração da economia socialista: diálogos possíveis entre Oskar Lange e Che Guevara. **Revista SEP**. N.68, p.108-132, 2024.

MÉNDEZ, A.J.R; HERNÁNDEZ, R.M. Expansión urbana de la Habana: el Cerro 1925–1960. **International Journal of Cuban Studies**, V. 14, N.1, p. 63-91, 2022.

NOVE, A. **A economia do Socialismo Possível**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ONTIVEROS, A.L; RAMÍREZ, J.N. La Habana, patrimonio de la humanidad. Evolución, causas de su conformación y algunos caracteres urbanos. p.177-228. 1996. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/60871352.pdf>.

OROSA, I.C. **Las cuencas sinorogénicas como registro de la evolución delorógeno cubano: implicaciones para la exploración de hidrocarburos**. 219 f. Tese. (Doutorado em “Modelización de Procesos Geológicos”). Universidade de Barcelona. Barcelona, 2012.

PERICÁS, L.B. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Boitempo, 2018.

RABAZA, M, P. Particularidades del proceso de urbanizacion en Cuba. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal4/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/04.pdf>. S/D.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2021 [1982].

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2020 [1985].

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2012 [1987].

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Edusp, 2013[1994].

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 2013[1996].

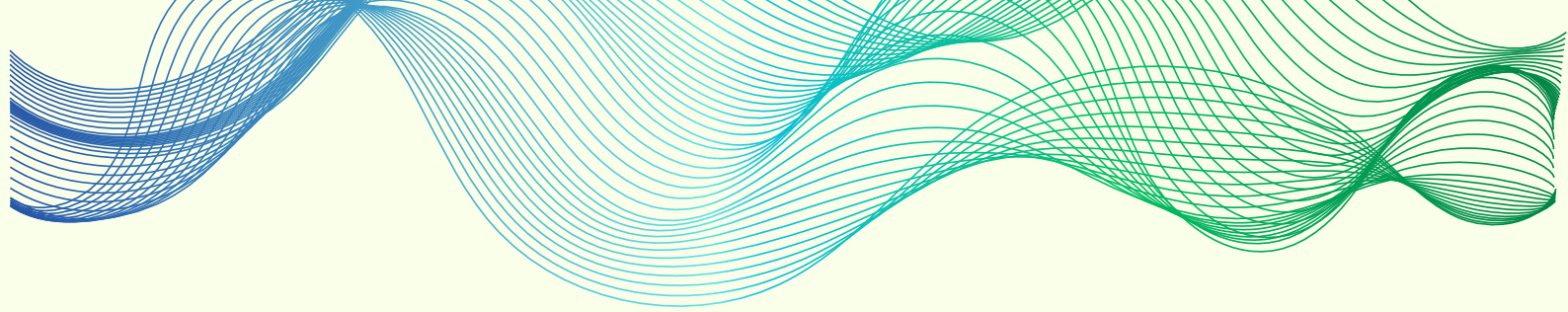
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. N.16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SIERRA, J.A.S. Cuba y Puerto Rico. Un inevitable comodín diplomático de la geopolítica post-emancipadora Hispanoamericana. **Latinoamérica fin de siglo**:

el sexenio 1898-1903. Alcalá de Henares (Madrid): Asociación Complutense de Investigaciones Socioeconómicas sobre América Latina, 1998.

UNESCO. La Habana, cuando todos se ponen manos a la obra. **El Correo de Unesco**. 25.abr.2023. Disponível em: La Habana, cuando todos se ponen manos a la obra | El Correo de la UNESCO.



SE MA GEO UEL

